

# Relatório e Contas

31 de Dezembro  
de 2022



**access**

mais que um banco

## A Nossa Visão

A nossa visão é clara e emocionante, é desafiadora e alcançável. A Nossa visão é simples.

# Ser o Banco Africano mais respeitado do mundo

## A Nossa Missão

Definir padrões para práticas de negócios sustentáveis que estimulam e libertam o talento dos nossos Colaboradores, agregam valor superior aos nossos Clientes e proporcionam soluções inovadoras aos mercados e comunidades a que servimos.

## Os Nossos Valores

Excelência  
Inovação  
Liderança  
Paixão pelos Clientes  
Profissionalismo  
Colaboradores Autónomos

# índice

01	Relatório de Gestão	07
02	Declaração de responsabilidade dos administradores	14
03	Relatório de Auditoria	16
04	Demonstração da posição financeira	22
05	Demonstração do rendimento integral	23
06	Demonstração das variações no capital próprio	24
07	Demonstração de fluxos de caixa	24
08	Notas às demonstrações financeiras	27

# Relatório de Gestão

## Contextualização

Líder no ranking dos bancos africanos em número de clientes – 49 milhões – o Grupo Access Bank começou a operar em Moçambique em Setembro de 2020. Dez anos depois da sua última entrada num novo mercado, Moçambique foi o país escolhido para o início de uma nova fase na expansão do Grupo, justificada pela importância, cada vez maior, de Moçambique no panorama africano.

O Access Bank Mozambique, S.A. ("Access Bank Mozambique" ou "Banco") pretende, assim, contribuir para o crescimento exponencial do país nos próximos anos, tentando criar bases financeiras sustentáveis que melhorem a vida dos moçambicanos.

O Access Bank PLC é um banco comercial universal que opera com uma rede de mais de 700 balcões, com presença em 17 países e três continentes. Tem mais de 28 mil colaboradores nas suas operações na Nigéria, Reino Unido, Gambia, Zambia, Quênia, Ruanda, Congo, Serra Leoa, Gana, África do Sul, Botswana, Camarões, Guiné e Moçambique. Possui ainda escritórios de representação na China, Líbano, Índia e Emirados Árabes Unidos.

## A nossa identidade

Com o investimento em Moçambique, o Access Bank Mozambique pretende reforçar a sua visão de ser o Banco Africano mais respeitado do mundo e ser uma porta de entrada do continente africano para o mundo.

O Access Bank Mozambique é um banco ambicioso que aposta na liderança, na excelência, na inovação e no profissionalismo, enquanto valores de uma identidade muito própria, alicerçada na paixão pelos clientes e em colaboradores autónomos.

O Access Bank tem como missão definir padrões para práticas de negócio sustentáveis que estimulem e libertem o talento dos colaboradores, acrescentando valor para os clientes e proporcionando soluções inovadoras para os mercados e comunidades que serve.

## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

2022 foi um ano cheio de desafios, a nível doméstico impactado pelos fenómenos naturais, enquanto a nível internacional pelo rescaldo da pandemia da covid 19 e a guerra na Europa, que continuam a afectar as economias mundiais, Moçambique mostrou-se resiliente e continuou a crescer.

Um crescimento que o Access Bank Mozambique, S.A. acompanhou, apresentando-se como parceiro estratégico para empresas e instituições público-privadas do país, através de uma equipa de profissionais dedicados e focados para servir seus clientes e com uma oferta de serviços de classe mundial.

Em 2022, continuámos a apostar na bancarização e na inclusão financeira através da oferta de produtos inovadores e serviços de excelência.

'Mais que um Banco' é o nosso lema porque nos dispomos a fazer mais que um banco tradicional, mas sim a ajudar a concretizar sonhos dos moçambicanos, através de uma oferta de produtos e serviços que agregam valor e tornam o Access no seu banco de preferência.

Por isso, em 2022, continuámos a desafiar os moçambicanos a sonhar connosco, ajudando a construir uma sociedade mais forte e sustentável. Lançámos uma variada oferta de produtos e serviços, adaptados às necessidades de cada segmento.

Apostámos na inovação e acreditamos que a única forma de criarmos valor para os nossos parceiros é através da sustentabilidade, e no investimento no futuro dos nossos clientes e do país.

Somos um Banco inclusivo, a nossa missão é garantir que cada vez mais moçambicanos tenham acesso, de forma facilitada, a serviços bancários. Desde o final de 2020, quando iniciámos as nossas operações em Moçambique, nos posicionámos como um Banco Universal, servindo todos os segmentos de negócios.

Com uma sólida presença no continente africano através da maior rede de retalho de África, o Access Bank tem vindo a reforçar o seu posicionamento de Banco Africano mais respeitado no mundo.

Em 2022, continuámos a ser o Banco mais premiado com várias distinções internacionais, motivo de orgulho e de reconhecimento do empenho diário das nossas equipas e de confiança pelos nossos clientes.

Ainda em 2022 consolidamos o processo de fusão com o BancABC, com um crescimento substancial, tornando o Access num Banco mais robusto e de referência nacional, pronto para um 2023 cheio de sucesso.

Somos eternamente gratos aos nossos colaboradores e clientes particulares e empresas por confiarem em nós. Estamos conscientes do percurso que ainda precisamos de percorrer, mas estamos certos e confiantes que juntos faremos a diferença.

- Eng.º Rogério Samo Gudo

# Principais desenvolvimentos macro económicos

O ano de 2022, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) no seu relatório, World Economic Outlook (WEO) publicado em Janeiro de 2023, intitulado "Inflation Peaking amid Low Growth", foi marcado por uma tímida recuperação da economia mundial, que cresceu somente para 3.4% após os 6.2% no ano anterior num ambiente de novas incertezas e riscos associados à continuação do confinamento por conta da COVID-19 em particular na China, o início e o prolongamento da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e movimento global de medidas contracionistas de combate à inflação por partes dos principais Bancos Centrais, contribuíram para o abrandamento do crescimento mundial em 2022.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu que a abertura da China após um longo período de confinamento, influenciou positivamente o crescimento mundial em 2022 aliado à sua influência no comércio mundial, que poderá alavancar mais o crescimento previsto para os próximos tempos.

O crescimento global em 2022 situou-se em cerca de 3.4% comparado com o crescimento positivo de 6.2% registado em 2021. Prevê-se que o crescimento mundial alcance a taxa de 2.9% e 3.1% em 2023 e 2024 respectivamente. A inflação global poderá melhorar para 6.6% em 2023 contra 8.8% em 2022.

Os factores na génese do desempenho da economia mundial em 2022, foi explicada principalmente pelos efeitos nefastos da Guerra entre a Rússia e Ucrânia que continua ainda sem cessar fogo, criando disrupção na cadeia de valor de oferta dos principais bens e serviços que resultou no aumento dos preços à escala mundial. Alguns elementos que contribuíram positivamente para o crescimento global incluem: consumo privado e investimento elevado, rigidez dos mercados de trabalho e políticas fiscais à altura dos desafios.

Os preços das principais matérias primas "commodities" seguiu uma trajetória mista inicialmente crescente e depois decrescente, reflectindo as influências do lado da oferta e da procura, incluindo, igualmente, o impacto da guerra entre a Rússia e Ucrânia, sanções impostas, redução da procura pela China por conta do confinamento face ao alastramento de casos de Covid-19.

Entre Fevereiro e Agosto de 2022, o preço do petróleo aumentou 19.1% por conta da subida do gás natural em 129.2%. A título ilustrativo, a Rússia cortou o fornecimento de gás à Europa. O preço do petróleo Crude aumentou em 3.5% entre Fevereiro e Agosto para \$120/barril em Março aquando da invasão da Rússia à Ucrânia. O confinamento por conta da Covid 19 na China contribui para a redução na procura do petróleo e que contribui para que o barril fosse transacionado nos mercados abaixo de \$100 em Abril de 2022. As sanções impostas pela importação do petróleo Russo impulsionou a subida do preço para \$120 barril em Junho. Os mercados assistiram à subida do preço de petróleo em 2022 para uma média de \$98.2 barril e equaciona-se quedas nos próximos anos para níveis de \$76.3% barril.

A subida dos níveis de inflação forçou vários Bancos Centrais a aumentar as taxas de referência de política monetária, em alguns casos de forma agressiva e por via de reformas, como foi o caso do Estados Unidos da América com a aprovação do Inflation Reduction Act por forma a criar um ambiente favorável de suporte à actividade económica e incentivou igualmente, os governos a implementarem políticas fiscais mais assertivas.

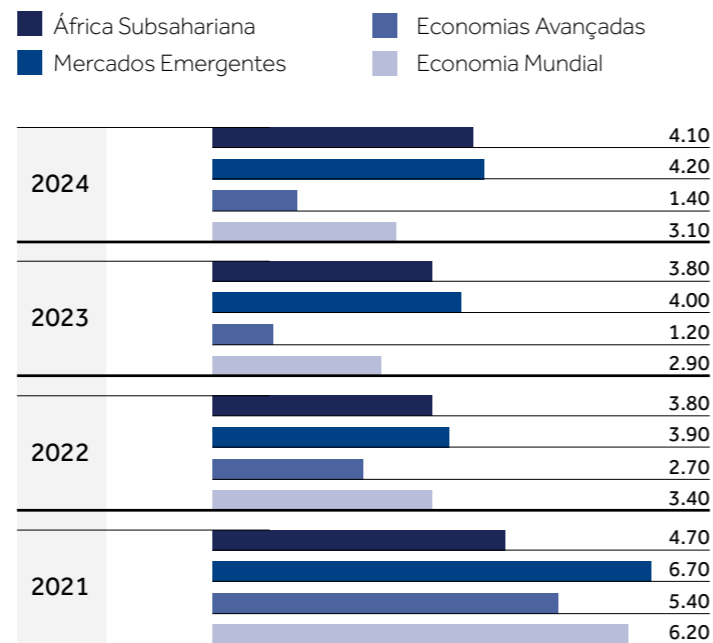
Por outro lado, o crescimento económico na Europa esteve acima do previsto em 2022, explicado pela sua resiliência face aos termos de troca diante da guerra na Ucrânia. A resiliência que esteve patente no consumo e no investimento que reflecte o apoio governamental às famílias e firmas afectadas.

A previsão de crescimento económico mundial para 2023 foi revista em Janeiro de 2023 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2.9%, contra um crescimento de 3.2 % projectado em Outubro de 2022, em função dos impactos da crise Rússia – Ucrânia sobre o mundo, principalmente pelo seu alastramento até aos dias de hoje, que continua causar uma crise humanitária na Europa, com ramificações à escala mundial. A tensão geopolítica forçou a União Europeia, os EUA e Reino Unido a instituíram sanções económicas contra a Rússia.

A invasão da Rússia à Ucrânia teve influência imediata no aumento dos preços de gás, do Brent e do trigo. O desempenho actual da economia global mantém-se refém da dinâmica deste evento político e militar.

Relativamente à África Subsaariana, registou-se um crescimento de 3.8% em 2022 contra 4.7% registado em 2021, e espera-se crescer em 3.8% e 4.1% em 2023 e 2024, respectivamente. Os números globais para a região sobrepõem variações significativas no desempenho, com mais de um terço das economias subsaarianas a crescer acima de 4.1% em 2021-2023. Espera-se que em 2023 a situação geopolítica na Zona Euro impacte as economias desta região através das limitações indirectamente impostas na importação de trigo, adubos e fertilizantes, artigos essenciais para sector produtivo.

Figura 1: Projecção do Crescimento Mundial



Fonte: World Economic Outlook – Update (Jan, 2023)

# Economia Nacional

## i) Produto Interno Bruto (PIB):

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) referentes ao PIB real de Moçambique em 2022 indicam que a actividade económica cresceu 4.24% no 4º trimestre de 2022, superior a 3.36% observados em 2021, significando uma melhoria considerável. O desempenho económico foi liderado pelos sectores da agricultura, indústria extractiva, hotéis e restaurantes, transportes e comunicações. O segmento de hotéis e restaurantes foi o sector com o maior contributo para o crescimento (Tabela 1).

A recuperação e o desempenho positivo da economia moçambicana num ambiente caracterizado por incertezas à escala mundial, de índole económica e social, associadas à tensão geopolítica na Europa, foi influenciada pelo abrandamento da actividade dos principais parceiros comerciais, com impacto na redução da procura externa. O ramo de hotéis e restaurantes manteve-se resiliente em 2022 por conta do alívio das medidas no âmbito do combate e prevenção da Covid-19, o que resultou no crescimento do sector em 17.16% comparando com o período homólogo em 2021.

O índice de volume de negócios reportado em Dezembro de 2022 (indicador avançado de actividade económica), quando comparado com o período homólogo de 2021, registou um crescimento de 12.2%, enquanto que os índices de volume de negócios e de remuneração registaram variações positivas de 0.3%, refletindo um maior dinamismo dos mesmos de acordo com Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Por outro lado, o índice de emprego registou variação negativa de 5.3%.

As perspectivas de crescimento continuam encorajadoras por conta dos ganhos económicos esperados com o início de vários projectos em curso, em particular da Bacia do Rovuma, num contexto de retoma do apoio técnico financeiro por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Num futuro muito próximo, esperamos que o crescimento económico de Moçambique continue a melhorar, por conta de uma economia mais diversificada impulsionada pelo arranque dos mega projectos no sector energético, nomeadamente do gás natural não liquefeito, que se encontra até ao momento refém da instabilidade militar na província de Cabo Delgado. Especialistas na matéria, indicam que o crescimento aumente à medida que os projectos de produção e exportação de gás arranque pontualmente como previsto entre 2023 e 2026.

O atraso do arranque foi forçado pela insurgência em Afungi, no norte de Cabo Delgado, o que levou a Total Energies e parceiros a evocar a cláusula de força maior em Abril de 2021.

Tabela 1: Dinâmica do PIB Trimestral de Moçambique por Ramos de Actividade - Variação Anual (%)

Ramos de Actividade	2021				2022			
	II	III	IV	I	I	II	III	IV
Agricultura	4.9	1.7	5.0	4.2	4.03	5.07	4.18	5.33
Pescas	1.9	3.3	2.4	2.1	0.94	2.51	3.61	-1.19
Ind. Extraç. Mineira	-15.1	4.5	8.8	10.7	8.56	9.14	8.81	14.86
Indústria Transformadora	-1.5	2.0	2.9	3.1	3.80	3.19	-2.63	-5.19
Electricidade Gás e Água	0.8	-7.0	5.2	0.9	6.29	6.93	-3.13	1.97
Construção	-7.6	3.2	3.1	4.7	3.64	2.27	-2.23	-0.87
Comércio e Serv. Reparação	0.0	3.0	2.8	3.3	3.25	2.04	0.96	4.76
Hoteis e Restaurantes	-18.7	-0.4	0.6	2.7	11.45	7.63	13.32	17.16
Transportes, Armazenagem e Informação e Comunicações	-9.1	3.5	2.7	5.6	7.34	8.53	7.14	14.43
Serviços Financeiros	2.2	1.7	2.3	2.0	1.66	3.61	3.54	2.86
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0.8	0.5	1.3	1.4	0.82	1.31	2.14	2.98
Administração Publica	3.5	1.8	0.7	0.5	0.34	1.89	1.69	2.92
Educação	3.2	3.0	2.1	2.1	3.78	3.69	3.42	1.78
Saúde e Acção Social	14.4	9.9	5.2	3.5	3.41	3.74	3.04	-2.18
Outros Serviços	3.2	3.1	3.1	3.1	3.17	3.08	3.13	3.27
Valor Acrescentado	-0.6	2.2	3.6	3.7	4.13	4.53	3.55	5.05
Impostos sobre Produtos	5.5	1.6	3.1	2.2	4.22	5.05	3.89	-2.30
PIB a preços de mercado	0.2	2.1	3.5	3.6	4.14	4.59	3.60	4.24

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

## ii) Inflação:

O nível geral de preços medidos pelo IPC – Moçambique, que engloba o Índice de Preços do Consumidor das cidades de Maputo, Beira, Nampula, Quelimane, Tete, Chimoio, Xai-Xai e Província de Inhambane em Dezembro de 2022 acumulada situou-se em 10.91%, acima dos 7.15% registados no período homólogo, a inflação média no final de 2022 subiu para 10.28% acima dos 6.41% em 2021.

A classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas tiveram variações positivas, assim como os transportes, com 6.56% e 2.77%, respectivamente, conforme ilustra a tabela abaixo (Tabela 2).

A inflação acelerou de forma rápida, comparada com o ano transacto, devido também à influência negativa dos aspectos relacionados com aumento dos custos na importação de bens de primeira necessidade incluindo o impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia que modificaram o curso normal da oferta dos produtos e serviços na economia nacional. Um aspecto importante a realçar é a inflação do principal parceiro comercial regional - África do Sul, que tem estado a ultrapassar uma crise energética de grande proporções que também afecta a sua produção interna e naturalmente a oferta de produtos para exportação aos países vizinhos, incluindo Moçambique.

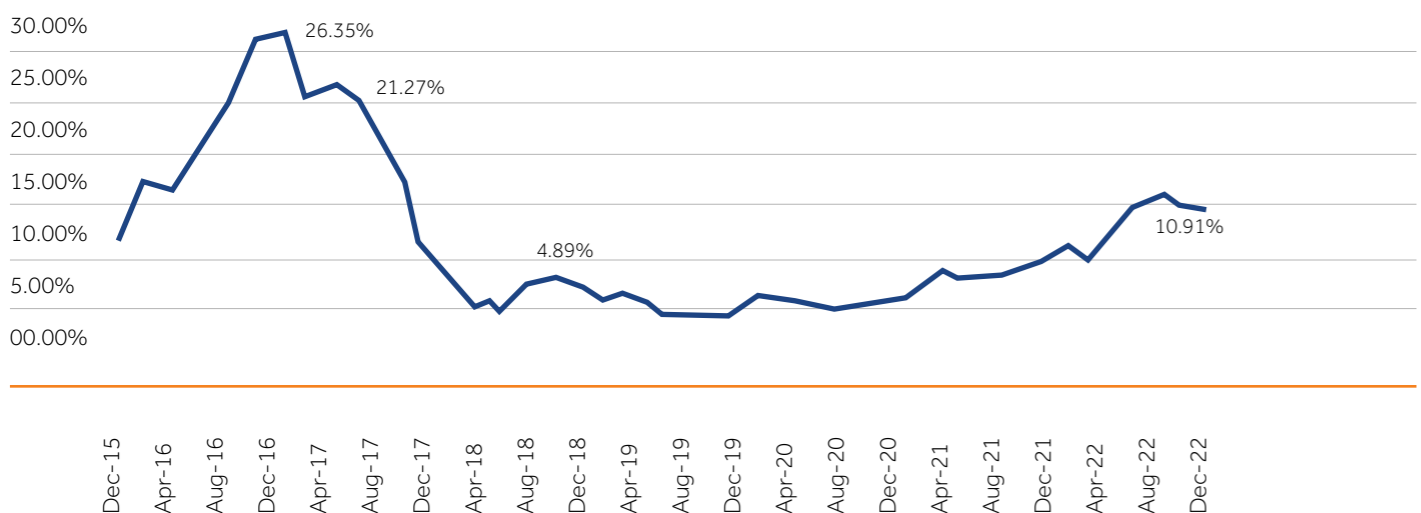
**Tabela 2: Inflação acumulada, contribuição por classes**

Descrição	Contrib (%)
<b>Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas</b>	<b>6.56</b>
Bebidas alcoólicas e tabaco	0.02
Vestuário e calçado	0.14
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	0.33
<b>Mobiliário, artigos equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação</b>	<b>0.28</b>
Saúde	0.02
Transportes	2.77
Comunicações	0.01
<b>Lazer, recreação e cultura</b>	<b>0.01</b>
Educação	0.05
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	0.59
Bens e serviços diversos	0.13
<b>Total</b>	<b>10.91</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Importa referir, que após a introdução de um instrumento robusto de condução de política monetária em Abril de 2017, designada por Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO), um instrumento que influencia a inflação através das expectativas, taxas de câmbio e crédito, acreditamos que as condições actuais da economia moçambicana continuam a favorecer uma projecção de uma inflação baixa e estável, embora sinalize persistência de riscos diversos que exigem prudência na condução da política monetária.

**Figura 2: Evolução da inflação, Inflação anual (%)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (INE)

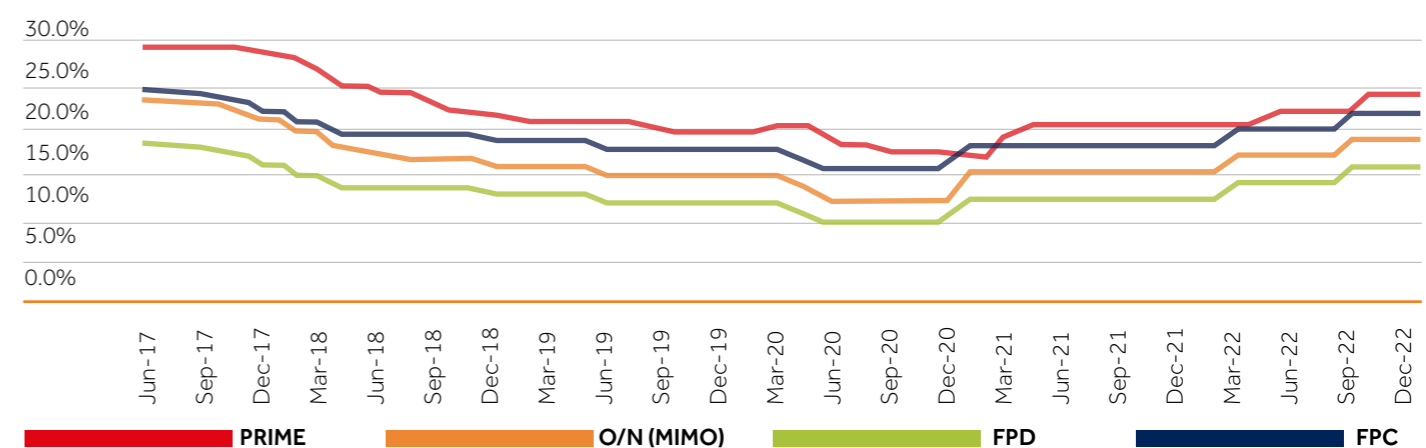
## iii) Política monetária

Durante o ano em análise, o Banco de Moçambique (BM), através do seu Comité de Política Monetária (CPMO), esteve atento e pronto para intervir com medidas necessárias de carácter prudencial para manter um sistema financeiro nacional estável e sólido que pudesse absorver quaisquer choques, especialmente num contexto desafiante afectado pelos factores exógenos, em particular o prolongamento da tensão geopolítica na Europa, por conta da Guerra entre Rússia e Ucrânia.

As principais taxas de referência, nomeadamente a Facilidade Permanente de Depósito (FPD), Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Taxa de Política Monetária (MIMO) mantiveram-se estáveis até fins de Setembro a níveis de 12.25%, 18.25% e 15.25% respectivamente, consolidando a tendência de intervenção efectuada por forma a gerir e mitigar de forma prudente os riscos e incertezas num ambiente de pandemia (figura 3). Entretanto, o Banco de Moçambique, em função das perspectivas de inflação que apontavam na altura um potencial aumento, decidiu aumentar a taxa de Política Monetária de 15.25% para 17.25%, em Setembro de 2022. Igualmente a FPC e a FPD aumentaram na mesma magnitude e mantiveram-se a níveis de 20.25% e 14.25%, respectivamente, até ao fecho do ano.

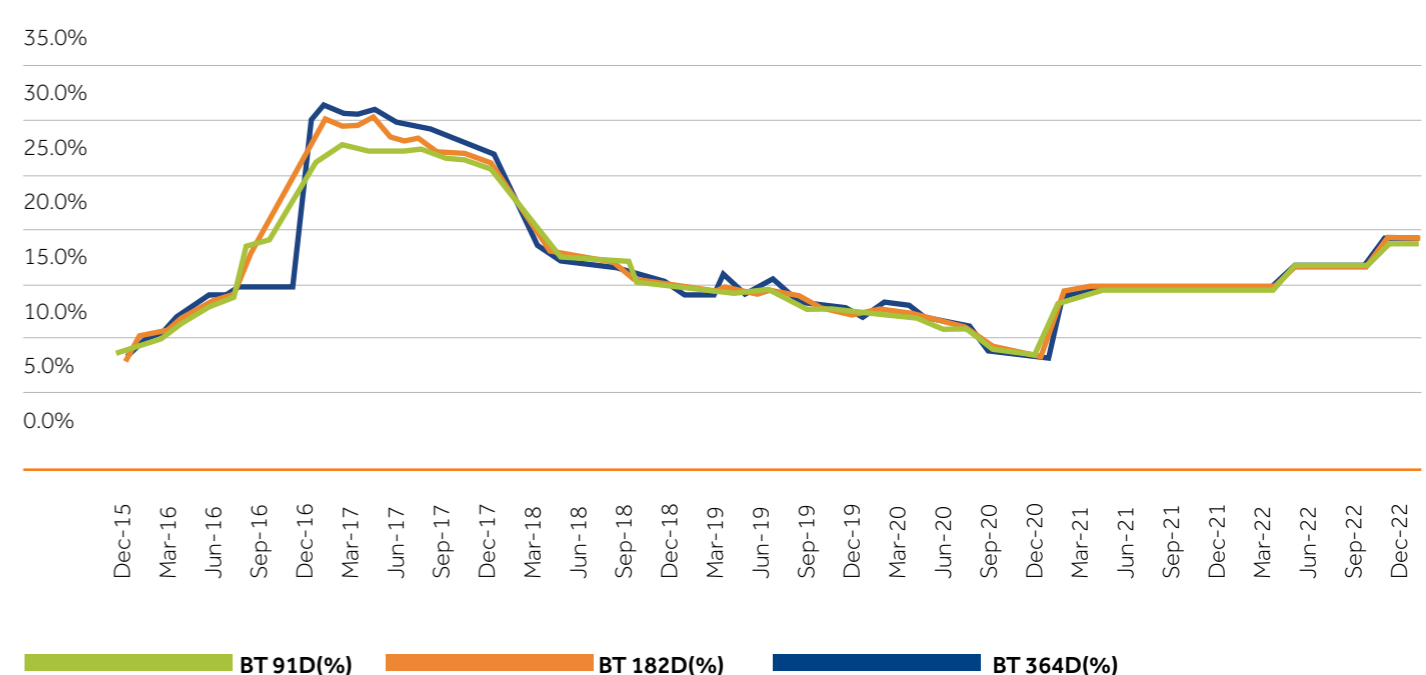
Nos finais do quarto trimestre, a reunião do Comité de Política Monetária (CPMO) ocorrida no dia 30 de Novembro, embora tenha mantido a taxa de política monetária inalterada, mostrou profunda preocupação em relação aos elevados riscos e incertezas por conta da tensão geopolítica na Europa e redução da procura externa, naturalmente o seu impacto para a economia moçambicana. O CPMO mostrou-se preocupado também com o aumento da despesa pública corrente. Como previsto, em função da tendência global, o Banco de Moçambique conteve a pressão inflacionária com recurso a uma política mais restrictiva tal como aconteceu em outras geografias.

**Figura 3: Evolução das principais Taxas de Referência**



Em linha com o cenário das taxas de juro de referência acima mencionadas, assistimos durante o início do ano ao aumento das taxas de juro dos Bilhetes de Tesouro para as maturidades de 91 dias, 182 dias e 364 dias de 13.36%, 13.38% e 13.40% para 17.66%, 17.71% e 17.73%, respectivamente (Figura 4).

**Figura 4: Taxas de juro de Bilhetes de Tesouro – 91;182 e 364 dias**



#### iv) Taxa de Câmbio

O Metical manteve-se estável durante o ano face às principais moedas no mercado nacional (USD, EUR, GBP e ZAR). O Metical, quando comparado com outras moedas a nível global, foi considerado em vários fóruns como tendo sido a moeda com melhor desempenho durante o ano de 2021.

Ao longo do quarto trimestre do ano em análise, o Metical, face às principais moedas de referência para o país, nomeadamente, o Rand sul-africano, o Euro e o Dólar americano, continuou a registar uma apreciação considerável em particular face ao Rand sul-africano e o Euro, de 9.86% e 9.73%, respectivamente em relação ao trimestre homólogo de 2021 (Figura 6). Importante realçar que o Dólar americano esteve historicamente estático face ao Metical quando comparado de forma homóloga em 2022, com ano de 2021. A taxa de câmbio no final de 2022 manteve-se em 63.87/USD comparada com 63.83/USD no último dia do ano de 2021, que representa uma tímida depreciação.

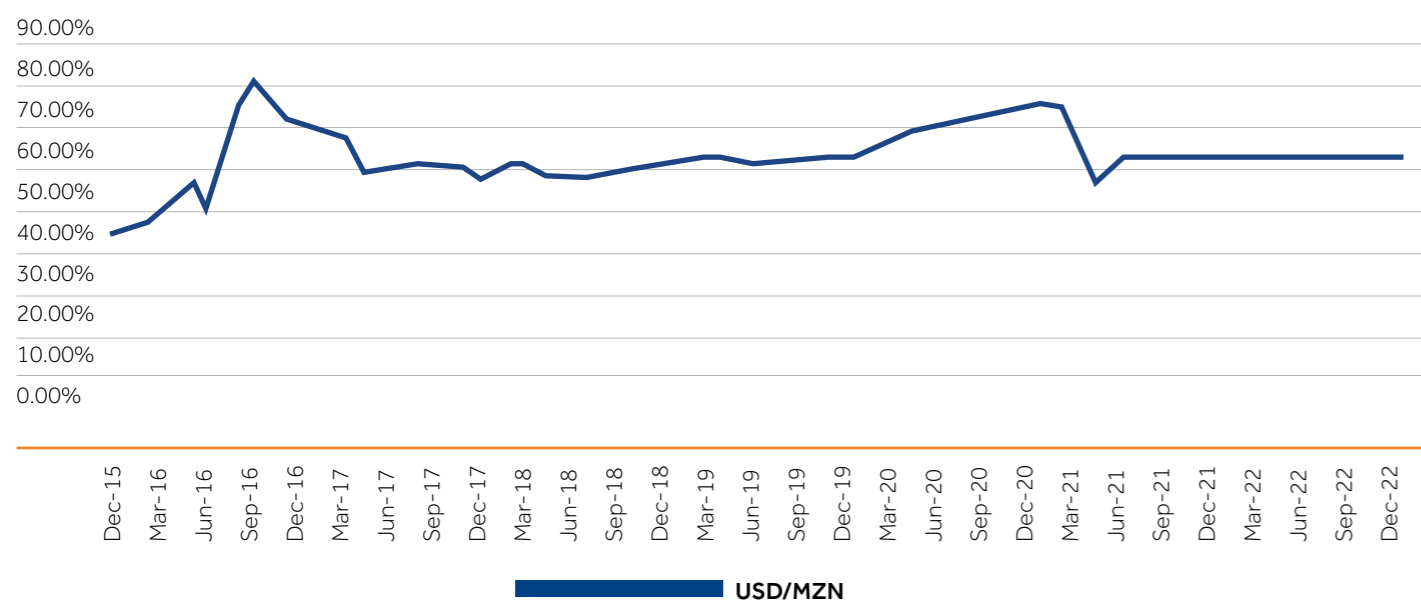
Dados finais sobre o comércio externo indicam que no terceiro trimestre de 2022 o défice da balança comercial de bens fixou-se em cerca de 4.781 milhões de USD norte americanos, aproximadamente 2.843 milhões de USD acima do montante alcançado no ano anterior.

Os dados do Banco de Moçambique (BM) referentes ao terceiro trimestre de 2022, mostram que as exportações de bens e serviços em relação ao período homólogo em 2021 subiram em cerca de 68% (de 3.603 milhões de USD em 2021 para 6.058 milhões de USD), em resultado do aumento da procura externa, principalmente no sector primário, relacionado com as exportações recambiadas pelos grandes projectos, com destaque de maior crescimento, o alumínio e o gás natural.

O país também registou uma recuperação da actividade económica no sector do turismo, aliado à reabertura das economias em face das medidas de restrição por conta da Covid-19. Por outro lado, as importações aumentaram de 5.540 milhões de USD em 2021 para 10.839 milhões de USD em 2022, em resultado do aumento acentuado da importação de combustíveis e pela entrada da Plataforma Flutuante do Projecto Coral Sul.

As perspectivas positivas em relação ao início da exportação de gás na bacia do Rovuma, previstas mas ainda dependentes da decisão do principal protagonista, TotalEnergies, irão contribuir para aliviar potenciais pressões no mercado cambial.

Figura 6: Evolução da taxa de câmbio USD/MZN



Fonte: Banco de Moçambique

#### Evolução dos indicadores financeiros

	Em '000 MZN	
	2022	2021
<b>Balanço</b>		
Activo total	17,330,574	15,256,793
Crédito a clientes	5,249,432	4,498,668
Recursos de clientes	13,712,497	11,575,396
Empréstimos Subordinados	-	306,488
Aplicações em Instituições de Crédito	1,533,380	1,814,623
Crédito a clientes / Recursos de clientes	38%	39%
<b>Resultados</b>		
Resultado líquido	55,878	(20,140)
Margem financeira	1,287,915	808,255
Produto bancário	1,973,947	1,310,422
Gastos operacionais	(1,849,539)	(1,349,971)
<b>Rendibilidade</b>		
Produto bancário / Activo líquido	14,65%	10,46%
Rendibilidade do activo total	0,32%	-0,13%
Resultados antes do imposto / capitais próprios médios	5,32%	-1,71%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	2,36%	-0,87%
<b>Qualidade do crédito</b>		
Crédito em Incumprimento (Bruto) / Crédito Total (Bruto)	11%	20%
Provisões para Crédito em Incumprimento / Crédito em Incumprimento	28%	21%
<b>Rácios de eficiência</b>		
Gastos operacionais / Produto bancário	94%	103%
Gastos administrativos / Produto bancário	34%	41%
Gastos com pessoal / Produto bancário	44%	46%
<b>Capital</b>		
Rácio de solvabilidade	23%	33%
Total do capital regulamentar	1,874,980	1,946,338
Capital social	2,450,000	2,450,000
Risco de crédito	8,195,828	5,647,239
<b>Outros indicadores</b>		
Número de colaboradores	291	323
Rede de balcões	11	11
Número de ATM	22	26
Número de POS	1909	1279

# Declaração de responsabilidade dos administradores

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação fiel das demonstrações financeiras anuais do Access Bank Mozambique, S.A. que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo nessa data e as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards), assim como o Relatório da Administração.

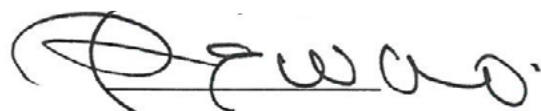
As responsabilidades dos administradores incluem: conceber, implementar e manter controlos internos relevantes para a preparação e fiel apresentação destas demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro; seleccionar e aplicar políticas contabilísticas apropriadas; e proceder a estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A responsabilidade dos administradores também inclui manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de riscos eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco prosseguir como entidade em continuidade e não têm motivo para julgar que o banco não se manterá em continuidade no próximo ano.

## Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais do Access Bank Mozambique, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Maio de 2023 e foram assinadas em sua representação por:



Rogério Samó Gudo  
Presidente do Conselho de Administração



Oludolapo Ogundimu  
Administrador Não Executivo



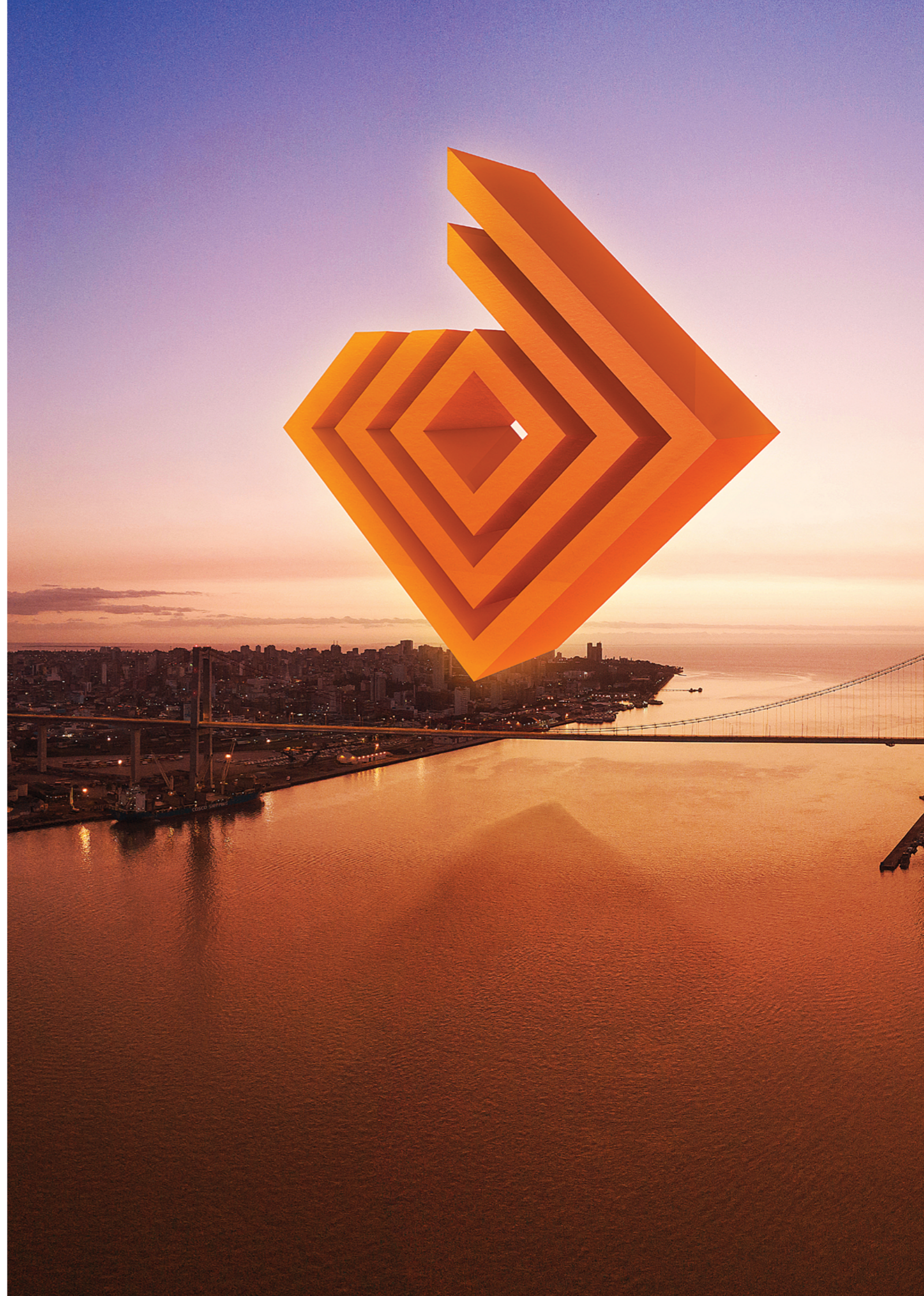
Luísa Capelão  
Administradora Não Executiva



Marco Abalroado  
Administrador Delegado



Abraham Aziegbe  
Administrador Não Executivo





# Relatório de Auditoria



## Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Access Bank Mozambique, S.A.

### A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Access Bank Mozambique, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### O que auditámos

As demonstrações financeiras do Access Bank Mozambique, S.A., apresentadas nas páginas 17 a 126, que compreendem:

- A demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022;
- a demonstração do rendimento integral para o exercício então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o exercício então findo;
- a demonstração das variações no capital próprio para o exercício então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

### Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Independência

Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

### Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório anual - 31 de Dezembro de 2022". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

*PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada*  
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique  
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: mz\_maputo@pwc.com  
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.  
Número de matrícula: 101181995 - NUIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### *Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras*

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

#### *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.  
Registada sob o nº 11/SAC/OCAM/2014, representada por:

  
João Veiga  
Auditor Certificado 70/CA/OCAM/2014  
Maputo, 30 de Junho de 2023

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Access Bank Mozambique, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Access Bank Mozambique, S.A. (“Access Bank Mozambique” ou “Banco”), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco.

### Relatório

No decurso do exercício acompanhamos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Access Bank Mozambique e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

O presente exercício foi marcado pela entrada em vigor do novo Código Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/2022 de 25 de Maio. Contudo, as alterações introduzidas pelo novo Código Comercial não tiveram impacto significativo na actividade fiscalizadora.

No âmbito das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, PwC – ProceWaterhouseCoopers, Lda., com o qual mantivemos contacto no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Access Bank Mozambique bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor sobre a conjuntura económica global e nacional, o desempenho dos negócios e da situação do Access Bank Mozambique, evidenciando os aspectos mais significativos. Em relação a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício no montante de 55.878.406 Meticais, que prevê a alocação de 30% do resultado (16.763.522 Meticais), destinado à constituição da reserva legal e o remanescente (39.114.884 Meticais) para resultados transitados, foi verificada a sua conformidade com os requisitos legais e regulamentares, com especial destaque ao disposto no artigo 82, nº 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Adicionalmente, procedemos a apreciação do Relatório do Auditor Independente, ainda em minuta, sobre a auditoria às demonstrações financeiras do Access Bank Mozambique referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, preparadas pela Administração em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), cujo âmbito e opinião expressa mereceram a nossa consideração.

### Parecer

Tendo em consideração os procedimentos expostos acima, e face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Access Bank Mozambique, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, ainda em minuta, somos do parecer favorável à:

- i) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022;
- ii) Aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração; e
- iii) Aprovação da proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração

Maputo, 30 de Junho de 2023

O Fiscal Único

I2A Auditores, S.A.

Representado por:



A blue circular stamp with the I2A logo and the word 'AUDITORES' is placed over the signature.

Manuel Fonseca

Partner

# Demonstração da posição financeira

Activos	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Caixa e equivalentes de caixa	11	3,784,902	3,380,836
Aplicações em instituições de crédito	12	1,533,380	1,814,623
Activos financeiros	13	2,903,410	2,838,595
Crédito a clientes	14	5,249,432	4,498,668
Outros activos	15	1,715,116	582,966
Activos por impostos correntes	16	10,380	5,920
Activos por impostos diferidos	17	432,974	432,974
Activos não correntes detidos para venda	18	627,020	467,803
Activos tangíveis	19	554,798	710,645
Direito de uso de activos	20	370,378	319,430
Activos intangíveis	21	148,784	204,333
<b>Total de activos</b>		<b>17,330,574</b>	<b>15,256,793</b>
<b>Passivos</b>			
Recursos de clientes	22	13,712,497	11,575,396
Empréstimos	23	-	306,488
Outros passivos	24	946,737	869,165
Passivos de locação	24.1	305,584	195,866
<b>Total de passivos</b>		<b>14,964,818</b>	<b>12,946,915</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	25	2,450,000	2,450,000
Resultados transitados		(84,244)	(140,122)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2,365,756</b>	<b>2,309,878</b>
<b>Total do capital próprio e passivos</b>		<b>17,330,574</b>	<b>15,256,793</b>

# Demonstração do rendimento integral

	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Juros e rendimentos similares		1,750,677	1,084,742
Juros e encargos similares		(462,762)	(276,487)
<b>Margem financeira</b>	4	<b>1,287,915</b>	<b>808,255</b>
Ganhos/Perdas por imparidade de activos financeiros	14.1	94,901	(56,839)
<b>Margem financeira após a imparidade de activos financeiros</b>		<b>1,382,816</b>	<b>751,416</b>
Rendimento com taxas e comissões		357,545	308,828
Gastos com taxas e comissões		(235,305)	(122,026)
<b>Rendimento líquido de taxas e comissões</b>	5	<b>122,240</b>	<b>186,802</b>
Resultado de operações financeiras	6	332,325	272,006
Outros rendimentos operacionais	7	136,566	100,198
<b>Produto bancário</b>		<b>1,973,947</b>	<b>1,310,422</b>
Gastos com o pessoal	8	(871,579)	(601,340)
Depreciações e amortizações	19,21	(299,789)	(215,046)
Outros gastos operacionais	9	(678,171)	(533,585)
<b>Gastos operacionais</b>		<b>(1,849,539)</b>	<b>(1,349,971)</b>
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>124,408</b>	<b>(39,549)</b>
Imposto sobre o rendimento	10	(68,530)	19,409
<b>Resultado líquido</b>		<b>55,878</b>	<b>(20,140)</b>
<b>Rendimento Integral</b>		<b>55,878</b>	<b>(20,140)</b>

## Demonstração das variações no capital próprio

	Capital Social	Resultados transitados	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>2,450,000</b>	<b>(119,982)</b>	<b>2,330,018</b>
Prejuízo do exercício	-	(20,140)	(20,140)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>2,450,000</b>	<b>(140,122)</b>	<b>2,309,878</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2022</b>	<b>2,450,000</b>	<b>(140,122)</b>	<b>2,309,878</b>
Lucro do exercício	-	55,878	55,878
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>2,450,000</b>	<b>(84,244)</b>	<b>2,365,756</b>

## Demonstração de fluxos de caixa

	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>55,878</b>	<b>(20,140)</b>
Ajustamentos para itens não-monetários			
Depreciações e amortizações		299,789	215,046
Perdas por imparidade de outros activos financeiros		94,901	(56,839)
Provisões		75,954	-
Impostos diferidos		-	(432,681)
<b>Subtotal</b>		<b>526,522</b>	<b>(294,615)</b>
Varição de crédito a clientes		(845,665)	(4,400,757)
Varição de outros activos		(1,136,609)	737,480
Varição de aplicações em instituições de crédito		-	(1,177,430)
Varição de recursos de clientes		2,137,101	11,430,981
Varição de outros passivos		111,335	678,113
<b>Fluxos de caixa líquidos gerados pelas actividades operacionais</b>		<b>792,684</b>	<b>6,973,772</b>
(Aquisição) / Venda provenientes de:			
Activos tangíveis		(114,719)	(621,120)
Activos financeiros		(64,815)	(2,739,957)
Activos intangíveis		(24,622)	(15,569)
Activos não correntes detidos para venda		(159,217)	(467,803)
Empréstimos		(306,488)	306,488
<b>Fluxos de caixa líquidos (usados) nas actividades de investimento</b>		<b>(669,861)</b>	<b>(3,537,961)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>5,195,459</b>	<b>1,759,648</b>
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas actividades operacionais		792,684	6,973,772
Fluxos de caixa líquidos (usados) nas actividades de investimento		(669,862)	(3,537,961)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	11	<b>5,318,282</b>	<b>5,195,459</b>

## Transferências de Moçambique para fora

Queres realizar transferências para outros países de África? Dirige-te a uma agência e, através do Access África, transfere dinheiro para a **Nigéria, República Democrática do Congo, Gana, Gâmbia, Ruanda, Zâmbia, Serra Leoa, Quênia ou Guiné**, com segurança e facilidade.

Para além do serviço estar disponível para Clientes e não Clientes, o valor da transferência fica imediatamente disponível na conta do destinatário.

Para mais informações dirige-te a uma agência, liga para o 800 724 724 ou envia um e-mail para [contactcenter.moz@accessbankplc.com](mailto:contactcenter.moz@accessbankplc.com).

<https://mozambique.accessbankplc.com>



# Notas às demonstrações financeiras

## Nota 1

### Nota introdutória

O O Access Bank Mozambique, S.A. ("Access Bank Mozambique" ou "Banco") é uma sociedade domiciliada em Moçambique. O endereço da sede social do Banco é Rua dos Desportistas n.º 480, 17 / 18º, Maputo Business Tower. O Banco obteve a licença de prestação de serviços bancários completos do Banco de Moçambique em 6 de Fevereiro de 2020. A actividade do Banco é direccionada principalmente ao segmento de banca de retalho, de negócios, corporativo e tesouraria.

Em Setembro de 2020, o Banco celebrou um contrato de compra e venda (CCV) com a Atlas Mara para adquirir a sua participação de 100% no banco African Banking Corporation (Moçambique), S.A. ("BancABC"), uma operação que foi subsequentemente concluída em Maio de 2021, depois de todas as condições prévias terem sido satisfeitas ou dispensadas, tendo-se os bancos fundido em 21 de Dezembro 2021 através da incorporação do BancABC no Access Bank Mozambique.

O Banco tem um Conselho de Administração devidamente constituído, composto por um Administrador Delegado e quatro Administradores Não Executivos.

No início de 2022, o Banco tinha 11 agências, número com o qual se mantinha no final do ano, sendo que deste número 10 balcões foram adquiridos na sequência da fusão com o BancABC.

Em termos de tecnologia, o Banco opera com uma infra-estrutura de Tecnologia de Informação (TI) que responde às necessidades dos clientes e proporciona-lhes a melhor experiência possível. Esta infra-estrutura de TI contém todas as medidas de segurança cibernética.

## Nota 3

### Base de preparação

#### 3.1.3.1 Adopção de normas novas e emendas a normas que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2022

Norma / Interpretação	Data de emissão	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de Junho de 2021' (emenda à NIRF 16)		(emenda) A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de Junho de 2021 até 30 de Junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. O Banco avaliou o impacto e concluiu que não era significativo para as demonstrações financeiras.	1 de Abril de 2021
Activos Fixos Tangíveis — Valores recebidos antes do uso pretendido (Emendas à IAS 16)	14 de Maio de 2020	As emendas proíbem a dedução ao custo de um item do activo fixo tangível dos valores recebidos da venda de itens produzidos para colocar o activo na localização e condição necessárias para que possa funcionar da forma pretendida pelos órgãos de gestão. Ao invés, a entidade reconhece os valores recebidos pela venda desses itens, bem como os respectivos custos, nos resultados. O Banco avaliou o impacto e concluiu que não era significativo para as demonstrações financeiras.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022
Contratos onerosos — Custo de Cumprimento de um Contrato (Emendas à IAS 37)	14 de Maio de 2020	As emendas especificam que o "custo de cumprir um contrato" inclui "os custos directamente relacionados com o contrato". Os custos directamente relacionados com o contrato podem ser custos incrementais de cumprir esse contrato (por exemplo, mão-de-obra directa e materiais) ou afectação de outros custos directamente relacionados com o cumprimento de contratos (por exemplo, afectação da taxa de depreciação de um item do activo fixo tangível utilizado para cumprir esse contrato).	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022

## Nota 2

### Base de apresentação

O Banco prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 foram, conforme emitidas pelo IASB e pelos respectivos órgãos antecessores. Ademais, foram igualmente aplicadas as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Para efeitos de supervisão, o Banco qualifica-se nos termos da Lei n.º 20/2020 de 31 de Dezembro, sendo, portanto, supervisionado pelo Banco de Moçambique na sua qualidade de Autoridade de Supervisão Financeira. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NIRF, tal como o disposto no Aviso N.º 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2007, do Banco de Moçambique.

Norma / Interpretação	Data de emissão	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
Referências à Estrutura conceptual' (emenda à NIRF 3)		Esta alteração actualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de actividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adoptar, relativamente aos activos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de activos contingentes da adquirida numa concentração de actividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022
Melhoramentos Anuais das normas NIRF Ciclo 2018-2020	14 de Maio de 2020	IFRS 1 – A emenda permite que uma subsidiária que aplique o parágrafo D16(a) da IFRS 1 possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas usando as quantias reportadas pela sua empresa-mãe, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022
	14 de Maio de 2020	IFRS 9 – A emenda esclarece quais comissões uma entidade deve incluir quando aplica o "teste dos 10%" previsto no parágrafo B3.3.6 da IFRS 9 ,quando avalia se deve desreconhecer um passivo financeiro. Uma entidade só deve incluir comissões pagas ou recebidas entre a entidade (o cliente) e o mutuante, incluindo comissões pagas ou recebidas pela entidade ou pelo mutuante em nome do outro.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022
	14 de Maio de 2020	IFRS 16 – A emenda ao exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16 retira do exemplo a ilustração de reembolso de melhorias no locado pelo locador, para evitar o surgimento de dúvidas quanto ao tratamento de incentivos à locação que se poderiam verificar devido à forma como os incentivos à locação são ilustrados nesse exemplo.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022
	14 de Maio de 2020	IAS 41 – A emenda elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41 para as entidades excluírem fluxos de caixa fiscais quando mensuram o justo valor de activos biológicos recorrendo a uma técnica de valor actual.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022

### 3.2 Normas (novas e emendadas) que foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023

Norma / Interpretação	Data de emissão	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
Divulgação de políticas contabilísticas (emendas à IAS 1 e à demonstração de práticas IFRS 2)	12 de Fevereiro de 2021	As emendas determinam que a entidade deve divulgar as suas políticas contabilísticas materiais, em vez das suas políticas contabilísticas significativas. Outras emendas explicam como é que a entidade pode identificar uma política contabilística significativa. São dados exemplos de quando é que uma política contabilística significativa pode ser material. Para apoiar a emenda, o Conselho também desenvolveu orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na demonstração de práticas IFRS 2.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2023
Definição de Estimativas Contabilísticas (Emendas à IAS 8)	12 de Fevereiro de 2021	As emendas substituem a definição de alteração de estimativas contabilísticas por uma definição de estimativas contabilísticas. Nos termos da nova definição, estimativas contabilísticas são "quantias monetárias nas demonstrações financeiras que estão sujeitas a incerteza de mensuração". As entidades desenvolvem estimativas contabilísticas se as políticas contabilísticas exigirem que os itens nas demonstrações financeiras sejam mensurados de forma a incluírem a incerteza de mensuração. As emendas esclarecem que uma alteração de uma estimativa contabilística que resulte de informações novas ou desenvolvimentos novos não é a correcção de um erro.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2023
Activos e Passivos por Impostos Diferidos Resultantes de uma Única Operação (Emendas à IAS 12)	7 de Maio de 2021	A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) activos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do activo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.	A Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2023

Norma / Interpretação	Data de emissão	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
IFRS 17 Contratos de seguro (nova)		Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira.	A Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2023
IFRS 17, Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (alteração)		Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adopção de um "overlay" na classificação de um activo financeiro para o qual a entidade não efectue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre activos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação activo financeiro a activo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse activo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse activo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.	A Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2023

### 3.3 Resumo de políticas contabilísticas significativas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas contabilísticas foram todas aplicadas, a menos que esteja indicado o contrário.

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Metical (MZN), a moeda funcional do Banco. Salvo se indicado em contrário, a informação financeira apresentada em Metical foi arredondada ao milhar mais próximo.

#### (b) Comparativos

As políticas contabilísticas, quando aplicável, foram aplicadas de forma consistente com o ano anterior.

#### (b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, de acordo com a convenção do custo histórico, excepto nas situações identificadas especificamente, que decorre da aplicação das NIRF. Durante o exercício, não houve alterações relevantes de políticas contabilísticas e divulgações.

### 3.4 Juízos de valor, estimativas e premissas contabilísticas significativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e o valor dos activos e passivos, rendimentos e encargos. Os resultados reais podem diferir dos montantes estimados. As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos de forma contínua e as revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revista, se a revisão afectar apenas esse exercício, ou no exercício da revisão e exercícios futuros, se a revisão afectar tanto os exercícios actuais como os futuros.

As informações sobre as áreas significativas de incerteza das estimativas e dos julgamentos críticos na aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida.

#### 3.4.1 Mensuração de perdas de crédito esperadas ("PCE")

A mensuração das perdas de crédito esperadas de activos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma área que exige a utilização de modelos complexos e premissas significativas sobre condições económicas futuras e comportamento do crédito (por exemplo, a probabilidade de incumprimento dos clientes) e as perdas resultantes.

Também são necessárias alguns juízos de valor significativos na aplicação dos requisitos contabilísticos para mensurar PCE, tais como:

- Determinar critérios para um aumento significativo do risco de crédito;
- Escolher modelos e premissas apropriados para mensuração de PCE;
- Estabelecer o número e as ponderações relativas de cenários prospectivos para cada tipo de produto/mercado e as PCE associadas; e
- Estabelecer grupos de activos financeiros semelhantes para efeitos de mensurar a PCE.

Para mais pormenores, ver notas 3.15 e 14.

#### 3.4.2 Imposto sobre o rendimento

O Banco está sujeito a imposto sobre o rendimento em Moçambique. São necessárias estimativas significativas para calcular a provisão de imposto sobre o rendimento. Calcular a dotação para imposto do exercício do Banco envolve estimativas e juízos de valor que incluem interpretação das leis fiscais locais e uma avaliação sobre se as autoridades fiscais irão aceitar a posição assumida.

Estes juízos de valor têm em conta o aconselhamento externo, quando apropriado, e a opinião do Banco quanto a compromissos com as autoridades fiscais relevantes. Há muitas operações e cálculos para os quais a determinação fiscal final é incerta no exercício da actividade normal.

O Banco reconhece passivos para questões previstas em auditorias fiscais com base em estimativas sobre se serão devidos impostos adicionais. Quando o resultado fiscal final destas matérias é diferente dos montantes registados inicialmente, essa diferença vai afectar o imposto sobre o rendimento e as provisões para impostos diferidos no período em que essa determinação é efectuada. O reconhecimento de activos por impostos diferidos de prejuízos fiscais baseia-se na projecção de lucros efectuada pela Administração. Estas projecções consideram os planos de capitalização do Banco e as condições de mercado prevalentes na economia. Para mais pormenores, ver nota 3.8.

### 3.5 Conversão de moeda estrangeira

As rubricas na moeda funcional e de apresentação incluídas nas demonstrações financeiras das entidades do Banco são mensuradas usando a moeda do ambiente económico primário em que a entidade desenvolve a sua actividade ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em MZN, que é a moeda funcional do Banco.

#### i. Transacções e saldos

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional tendo por base as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções, ou da avaliação quando os itens voltam a ser mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções, assim como da conversão dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira às taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos nos resultados. As diferenças de conversão relacionadas com mudanças no custo amortizado também são reconhecidas nos resultados.

Para a demonstração da posição financeira e do rendimento integral, aplicaram-se as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	País	2022		2021	
		No final do exercício	Média do ano	No final do exercício	Média do ano
GBP	Reino Unido	76.83	78.70	86.2	90.03
EUR	União Europeia	68.18	67.21	72.27	77.43
USD	Estados Unidos de América	63.87	63.85	63.83	65.42
ZAR	África de Sul	3.77	3.93	4.02	4.43

### 3.6 Proveitos operacionais

Os proveitos como receitas derivadas de comissões de prestação de serviços, margem financeira, comissões, excedentes líquidos resultantes de operações financeiras e outros proveitos são incluídos nos proveitos operacionais.

#### 3.6.1 Juros

##### i. Taxa de juro efectiva

Os proveitos e custos de juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

A "taxa de juro efectiva" é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- o custo amortizado do passivo financeiro.

Quando calcula a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos comprados ou originados em imparidade de crédito, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, excluindo as PCE. Para activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito, é calculada uma taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito usando os fluxos de caixa futuros estimados incluindo as PCE.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui as taxas e comissões contratuais pagas ou recebidas, os custos de transacção e os descontos ou prémios que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da operação incluem custos incrementais directamente imputáveis à aquisição ou emissão do activo ou passivo financeiro.

##### ii. Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro corresponde à quantia pela qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, menos ou mais a amortização acumulada, usando o método da taxa de juro efectiva da eventual diferença entre o montante inicial e o montante no vencimento, ajustado em função de provisões para perdas de crédito esperadas relativamente aos activos financeiros. A quantia escriturada bruta de um activo financeiro corresponde ao custo amortizado de um activo financeiro antes de ajustamento, em função de provisões para perdas de crédito esperadas.

##### iii. Cálculo de proveitos e custos de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo ou passivo financeiro. No cálculo de proveitos e custos de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não estiver em imparidade de crédito) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista em consequência da estimativa periódica de fluxos de caixa de instrumentos de taxa variável para reflectir movimentos das taxas de juro de mercado.

Contudo, para activos financeiros que tenham ficado em imparidade de crédito depois do reconhecimento inicial, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo dos proveitos de juros regressa à base bruta. Para activos financeiros em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo de proveitos de juros não regressa a uma base bruta, mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

##### iv. Apresentação

Os proveitos de juros calculados usando o método da taxa de juro efectiva apresentados na demonstração do rendimento integral incluem juros de activos financeiros e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os outros proveitos de juros apresentados na demonstração do rendimento integral incluem proveitos de juros de locações financeiras.

Os custos de juros apresentados na demonstração do rendimento integral incluem juros de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

### 3.6.2 Proveitos e custos de comissões

Os proveitos e custos de comissões que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro são incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os outros proveitos de comissões – incluindo comissões de serviços relacionados com contas e comissões de sindicância – são reconhecidos à medida que os serviços relacionados são prestados. Quando não se espera que um compromisso de crédito resulte no levantamento do mesmo, as taxas ou comissões do compromisso de crédito são reconhecidas linearmente no exercício do compromisso.

Um contrato com um cliente que resulte num instrumento financeiro reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco pode ficar parcialmente abrangido pelo âmbito da NIRF 9 e parcialmente pelo âmbito da NIRF 15. Nesse caso, o Banco aplica primeiro a NIRF 9 para separar e mensurar a parte do contrato abrangida pelo âmbito da mesma e aplica depois a NIRF 15 à parte restante.

Os outros custos de comissões dizem respeito principalmente a comissões de operações e de prestação de serviços, que são reconhecidas em custos à medida que os serviços são recebidos.

### 3.6.3 Resultado de operações financeiras

O resultado de operações financeiras inclui ganhos cambiais na reavaliação e ganhos cambiais não realizados na reavaliação.

### 3.6.4 Proveitos de rendas

O proveitos de rendas de propriedades de investimento é reconhecido na demonstração do rendimento integral em quotas constantes durante o prazo do arrendamento. Os incentivos à locação concedidos são reconhecidos como parte integrante do total de proveitos de rendas.

### 3.6.5 Outros proveitos

As receitas e proveitos de prestação de serviços são reconhecidos quando o montante dos proveitos e os custos relacionados com a prestação dos serviços, bem como o grau de conclusão, podem ser mensurados com fiabilidade na data de relato.

## 3.7 Benefícios dos empregados

#### i. Planos de contribuição definida

As contribuições são reconhecidas como custos na demonstração do rendimento integral à medida que são incorridas. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na medida em que possa haver um reembolso de fundos ou uma redução em pagamentos futuros.

#### ii. Benefícios de curto prazo dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados são levados a custos à medida que o serviço relacionado é prestado. São reconhecidos custos de desempenho na medida em que o Banco tenha uma obrigação presente perante os seus empregados que possa ser mensurada com fiabilidade. Estes custos são reconhecidos durante o período do trabalho que os empregados devem prestar para se tornarem elegíveis para os serviços. A obrigação do Banco a respeito de dias de férias acumulados é reconhecida integralmente na demonstração da posição financeira.

## 3.8 Impostos

Os custos com imposto sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e diferidos, reconhecidos em resultados excepto na medida em que digam respeito a rubricas reconhecidas directamente no capital próprio ou na demonstração do rendimento integral.

O Banco determinou que os juros e multas relacionados com impostos sobre o rendimento, incluindo tratamentos fiscais incertos, não estão abrangidos pela definição de impostos sobre o rendimento e, por conseguinte, contabilizou-os nos termos da IAS 37: provisões, passivos contingentes e activos contingentes e reconheceu os custos relacionados em outros custos.

## i. Impostos correntes

Os impostos correntes compreendem os impostos que se espera pagar ou receber vindos de lucros ou prejuízos tributáveis do exercício, bem como eventuais ajustamentos em impostos a pagar ou a receber relacionados com exercícios anteriores. O valor dos impostos correntes a pagar ou a receber corresponde à melhor estimativa do montante de impostos que se espera pagar ou receber que reflecta a incerteza relacionada com o imposto sobre o rendimento, se a houver. É mensurado usando as taxas de imposto aprovadas ou virtualmente aprovadas na data de relato, de acordo com a lei moçambicana. Os impostos correntes também incluem impostos decorrentes de dividendos. Os activos e passivos por impostos correntes só são compensados se determinados critérios estiverem preenchidos.

## ii. Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos em relação a diferenças temporárias entre as quantias escrituradas de activos e passivos para efeitos de relato financeiro e as quantias utilizadas para efeitos fiscais.

São reconhecidos impostos diferidos em relação a diferenças temporárias no reconhecimento inicial de activos ou passivos de operações que não sejam concentrações de actividades empresariais e que não afectem os lucros ou perdas para efeitos contabilísticos nem fiscais.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos de impostos não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que venha a haver lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças fiscais temporárias relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer um activo por impostos diferidos na totalidade, passam a ser considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados em função da reversão de diferenças temporárias existentes, com base em planos de negócio do Banco.

Os activos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que deixe de ser provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; essas reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumente. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros futuros que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são mensurados às taxas de imposto que se espera virem a ser aplicadas a diferenças temporárias quando revertidas, usando taxas de imposto aprovadas ou virtualmente aprovadas na data de relato. A mensuração de impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que decorreriam da maneira como o Banco espera, na data de relato, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os activos por impostos correntes e os passivos por impostos correntes só são compensados se houver um direito juridicamente vinculativo de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes e o Banco tencionar liquidá-los em base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos são compensados com base nos mesmos princípios.

## 3.9 Imparidade de activos não financeiros

Os valores escriturados dos activos não financeiros do Banco, excepto os activos por imposto diferido, são revistos a cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Quando ocorre tal indicação, é estimado o valor recuperável do activo.



Com o objectivo de testar a imparidade, os activos que não podem ser testados individualmente são analisados no menor conjunto de activos que gera fluxos de entrada de caixa pelo uso contínuo que sejam amplamente independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou conjuntos de activos (a "unidade geradora de caixa" ou UGC). A "quantia recuperável" de um activo ou UGC corresponde ao seu valor de uso ou ao seu justo valor, consoante o que for menor, menos os custos da venda. O "valor de uso" baseia-se nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados para o seu valor actual usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte a actual avaliação de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo ou da UGC.

São reconhecidas perdas por imparidade se a quantia escriturada de um activo ou de uma UGC exceder a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados e são alocadas primeiro para reduzir a quantia escriturada do eventual goodwill afecto à UGC e seguidamente para reduzir as quantias escrituradas dos outros activos da UGC em base proporcional. As perdas por imparidade relativas ao goodwill não são revertidas. Para outros activos, as perdas por imparidade só são revertidas na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido apurada, líquida de depreciação ou amortização, se não tivesse sido reconhecida nenhuma perda por imparidade.

### 3.10 Activos financeiros e passivos financeiros

#### 3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente o crédito, depósitos, títulos de dívida e passivos subordinados apenas quando fica vinculado às cláusulas contratuais do instrumento.

Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo operações de compra e venda de activos financeiros com liquidação regular (regular-way)) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco fica vinculado às cláusulas contratuais do instrumento. Um activo ou passivo financeiro é mensurada inicialmente ao justo valor mais os custos da operação directamente imputáveis à sua aquisição.

#### 3.10.2 Classificação

##### i. Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ("JVAORI") ou ao justo valor através de resultados ("JVAR"). Um activo financeiro é mensurados ao custo amortizado se preencher ambas as condições seguintes e não for designado como sendo ao JVAR:

- o activo financeiro é detido ao abrigo de um modelo de negócio cujo objectivo é deter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de capital e juros ("UPCJ").

Um instrumento de dívida só é mensurado ao JVAORI se preencher ambas as condições seguintes e não for designado como sendo ao JVAR:

- o activo é detido ao abrigo de um modelo de negócio cujo objectivo é alcançado tanto através da recolha de fluxos de caixa contratuais como da venda de activos financeiros; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são UPCJ.

No reconhecimento inicial de uma participação em capital que não seja detida para negociação, o Banco pode optar por apresentar de forma irrevogável as alterações subsequentes do justo valor no outro rendimento integral ("ORI"). Esta opção é feita numa base investimento a investimento.

Todos os outros activos financeiros são classificados como mensurados ao JVAR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar de forma irrevogável, um activo financeiro que preencheria os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao JVAORI como sendo mensurado ao JVAR, se essa forma de proceder eliminar ou reduzir significativamente uma discrepância contabilística que se verificaria de outro modo.

##### ii. Avaliação do modelo de negócio

O Banco avalia o modelo de negócio ao nível de uma carteira de activos porque reflecte a melhor maneira como gere os activos e como são prestadas informações à Administração. As informações incluem:

- as políticas e os objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática; em especial, quando a estratégia da Administração se focar em ganhar proveitos de juros contratuais, manter um determinado perfil de taxa de juro, fazer corresponder a duração dos activos financeiros à dos activos que os financiam ou realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- a forma como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Administração do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócio (e os activos financeiros detidos ao abrigo desse modelo de negócio) e a estratégia quanto à forma como esses riscos são geridos;
- a forma como os gestores do modelo de negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- a frequência, o volume e a calendarização das vendas em períodos anteriores, as razões dessas vendas e as suas expectativas quanto à actividade de vendas futura; no entanto, as informações sobre actividades de vendas não são consideradas isoladamente, mas sim como parte de uma avaliação global de como é alcançado o objectivo declarado do Banco para a gestão dos activos financeiros e de como são realizados fluxos de caixa.

Os activos financeiros geridos ou detidos para negociação cujo desempenho seja avaliado numa base de justo valor são mensurados ao JVAR porque não são detidos para recolher fluxos de caixa contratuais nem são detidos tanto para recolher fluxos de caixa contratuais como para vender activos financeiros. Segue-se uma avaliação do modelo de negócio do Banco:

##### a) Deter para recolher

###### Objectivo comercial

A intenção é criar activos financeiros e detê-los até ao vencimento, recolhendo os fluxos de caixa contratuais durante o prazo do instrumento.

Características:

- conceder financiamento e criar activos para ganhar proveitos de juros como fluxo de proveitos primário;
- executar actividades de gestão de risco de crédito; e

- os custos incluem custos de fundos, custos da operação e perdas por imparidade.

##### b) Deter para recolher e vender

###### Objectivo comercial

O objectivo comercial é atingido tanto através da detenção para recolha como pela venda de activos financeiros.

Características:

- carteiras detidas para necessidades de liquidez ou quando um determinado perfil de rentabilidade de juros é mantido ou, ainda, que são normalmente reequilibradas para conseguir a conferência entre a duração de activos e passivos;
- os fluxos de proveitos provêm de proveitos de juros, alterações do justo valor e perdas por imparidade.

##### c) Activos financeiros designados ao justo valor

###### Objectivo comercial

Todos os outros objectivos comerciais, incluindo negociação e gestão de activos financeiros numa base de justo valor.

Características:

- activos detidos para negociação;
- activos originados, comprados e vendidos para realizar lucros ou actividades de subscrição;
- o desempenho da carteira é avaliado numa base de justo valor; e
- os fluxos de proveitos provêm de alterações do justo valor ou ganhos ou perdas de negociação.

##### iii. Avaliação de se os fluxos de caixa contratuais são compostos unicamente por pagamentos de capital e juros

Para o efeito desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial e "juros" é definido como a retribuição pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante do capital em dívida durante um determinado período de tempo para outros riscos e custos básicos da concessão de crédito (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Na avaliação de se os fluxos de caixa contratuais são UPCJ, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Tal inclui avaliar se o activo financeiro contém algum termo contratual que poderia alterar a calendarização ou o montante de fluxos de caixa contratuais de maneira que não cumpriria esta condição. Ao efectuar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o montante e a calendarização de fluxos de caixa;
- características de alavancagem;
- termos relativos a reembolso antecipado e prorrogação;
- termos que limitem os direitos do Banco a fluxos de caixa de determinados activos; e
- características que modifiquem a retribuição do valor temporal do dinheiro (por exemplo, refixação periódica de taxas de juro).

##### iv. Reclassificações

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros depois do seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excepcionais em que o Banco modifique o seu modelo de negócio para gerir activos financeiros, adquira, aliene ou cesse algum segmento de negócio.

Os passivos financeiros nunca são reclassificados.

Os factos seguintes não constituem alterações do modelo de negócio:

- alteração na intenção relacionada com certos activos financeiros (mesmo em situações de alterações significativas das condições de mercado);
- desaparecimento temporário de um certo mercado de activos financeiros; e
- transferência de activos financeiros entre partes da entidade com modelos de negócio diferentes.

O Banco pode optar por reclassificar um activo financeiro não derivado contabilizado ao justo valor através de resultados retirando o da categoria de justo valor através de resultados se o activo financeiro deixar de ser detido para efeitos da sua venda no curto prazo. Os activos financeiros que não correspondam a crédito e contas a receber só podem ser reclassificados retirando os da categoria de detidos para negociação em raras circunstâncias decorrentes de um evento único que seja fora do comum e pouco provável que se repita no curto prazo. Além disso, o Banco pode optar por reclassificar activos financeiros que preencheriam a definição de crédito e contas a receber retirando-os das categorias de justo valor através de resultados ou justo valor através de outro rendimento integral se tiver a intenção e capacidade para deter estes activos financeiros durante o futuro previsível ou até ao vencimento na data de reclassificação.

As reclassificações são efectuadas ao justo valor na data de reclassificação. O justo valor passa a ser o novo custo ou custo amortizado, consoante o que se aplicar, e não são efectuadas subsequentemente reversões de ganhos ou perdas de justo valor registados antes da data de reclassificação. As taxas de juro efectivas para activos financeiros reclassificados nas categorias de crédito e contas a receber e custo amortizado são determinadas na data de reclassificação. Aumentos adicionais nas estimativas de fluxos de caixa ajustam as taxas de juro efectivas prospectivamente.

##### Data de reclassificação

O primeiro dia do primeiro ano de relato a seguir à modificação do modelo de negócio que leve a que uma entidade reclassifique activos financeiros. As mudanças no objectivo do modelo de negócio do Banco têm de ser efectuadas antes da data de reclassificação. Todas as reclassificações aplicam-se prospectivamente a partir da data de reclassificação.

Quando o Banco reclassifica um activo financeiro da categoria de mensuração ao custo amortizado para a categoria de mensuração de justo valor através de outro rendimento integral, o reconhecimento de proveitos de juros não é alterado e continua a usar a mesma taxa de juro efectiva. No entanto, quando o Banco reclassifica um activo financeiro da categoria de mensuração de justo valor através de resultados, a taxa de juro efectiva é determinada com base no justo valor do activo na data de reclassificação.

##### a) Reclassificação do custo amortizado

Quando activos financeiros detidos ao custo amortizado são reclassificados em activos financeiros detidos ao justo valor através de resultados, a diferença entre o justo valor dos activos na data de reclassificação e o custo amortizado reconhecido anteriormente é reconhecida em resultados.

Para activos financeiros detidos ao custo amortizado que são reclassificados ao justo valor através de outro rendimento integral, a diferença entre o justo valor dos activos na data de reclassificação e o valor escriturado bruto reconhecido anteriormente é reconhecida no outro rendimento integral.

Adicionalmente, o montante das perdas de crédito esperadas acumuladas relatadas relativo aos activos financeiros reclassificados é reclassificado de provisões para perdas de crédito, para uma reserva separada no outro rendimento integral na data de reclassificação.

#### **b) Reclassificação do justo valor através de outro rendimento integral**

Quando os activos financeiros detidos ao justo valor através de outro rendimento integral forem reclassificados em activos financeiros detidos ao justo valor através de resultados, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos anteriormente no outro rendimento integral são transferidos para resultados.

Para activos financeiros detidos ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam reclassificados em activos financeiros detidos ao custo amortizado, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos anteriormente no outro rendimento integral são ajustados em função do justo valor do activo financeiro de forma que sejam registados ao valor que teriam se tivessem sido sempre detidos ao custo amortizado. Além disso, as perdas de crédito esperadas acumuladas relacionadas registadas no outro rendimento integral são revertidas em contrapartida do valor escriturado bruto dos activos reclassificados na data de reclassificação.

#### **c) Reclassificação do justo valor através de resultados**

Quando os activos financeiros detidos ao justo valor através de resultados são reclassificados em activos financeiros detidos ao justo valor através de outro rendimento integral ou activos financeiros detidos ao custo amortizado, o justo valor na data de reclassificação é usado para determinar a taxa de juro efectiva do activo financeiro para o futuro. Além disso, a data de reclassificação é usada como data de reconhecimento inicial para o cálculo das perdas de crédito esperadas. Quando os activos financeiros detidos ao justo valor através de resultados são reclassificados em activos financeiros detidos ao custo amortizado, o justo valor na data de reclassificação torna-se o valor escriturado bruto do activo financeiro.

### **3.10.3 Mensuração subsequente**

#### **i. Activos financeiros e passivos financeiros detidos ao custo amortizado**

Os activos financeiros e passivos financeiros detidos ao custo amortizado são registados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva (ver Nota 3.6.1). Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

#### **ii. Activos financeiros detidos ao JVAORI**

Os instrumentos de dívida detidos ao JVAORI são subsequentemente registados ao justo valor, com todos os ganhos e perdas não realizados decorrentes de alterações do justo valor (incluindo ganhos ou perdas cambiais relacionados) a serem reconhecidos no outro rendimento integral e acumulados numa componente separada do capital próprio. Os ganhos e perdas cambiais do custo amortizado são reconhecidos em proveitos. As alterações das perdas de crédito esperadas são reconhecidas em resultados e são acumuladas no capital próprio. No desconhecimento, os ganhos ou perdas de justo valor acumuladas, líquidas de imparidade para perdas de crédito esperadas acumuladas, são transferidas para resultados.

As participações em capital designadas ao JVAORI são subsequentemente registadas ao justo valor com todos os ganhos e perdas não realizados decorrentes de alterações do justo valor (incluindo ganhos ou perdas cambiais relacionados) a serem reconhecidos no outro rendimento integral e acumulados numa componente separada do capital próprio.

No desconhecimento, a provisão acumulada é transferida para resultados transitados e não é reciclada em resultados.

#### **iii. Activos e passivos financeiros detidos ao JVAR**

Os activos e passivos financeiros detidos obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e os activos financeiros designados ao justo valor através de resultados são subsequentemente registados ao justo valor, com os ganhos e perdas decorrentes de alterações do valor a serem registados na rubrica de resultados de operações financeiras, salvo se o instrumento for parte de uma relação de cobertura de fluxos de caixa. Os proveitos de juros contratuais de activos financeiros detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidos como proveitos de juros.

### **3.10.4 Desreconhecimento**

#### **i. Activos financeiros**

Os investimentos são desconhecidos com base na data de negociação quando a compra ou a venda do investimento está sujeita a um contrato cujos termos exigem entrega do investimento dentro do prazo estabelecido pelo mercado em causa. Os activos financeiros são desconhecidos quando os direitos contratuais de receber os seus fluxos de caixa cessam, quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e vantagens associados à sua titularidade ou quando o Banco não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e vantagens associados à sua titularidade, nem mantém o controlo do activo financeiro.

No desconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo e a soma (i) da retribuição recebida e (ii) de ganhos ou perdas acumulados que tenham sido reconhecidos da demonstração do rendimento integral é reconhecida em resultados.

Os ganhos/perdas acumulados reconhecidos na demonstração do rendimento integral a respeito de títulos de capital próprio designados ao JVAORI não são reconhecidos em resultados no desconhecimento desses títulos. Os interesses em activos financeiros transferidos elegíveis para desconhecimento que são originados ou mantidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou um passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas mantém a totalidade ou substancialmente a totalidade dos riscos e vantagens dos activos transmitidos ou de parte destes. Nestes casos, os activos transferidos não são desconhecidos. As operações de empréstimo de títulos e de venda e recompra de títulos são exemplos destas operações.

Quando são vendidos activos a terceiros com uma troca de retorno total sobre os activos transferidos, a operação é contabilizada como uma operação de financiamento garantida, semelhante a operações de venda e recompra, porque o Banco mantém a totalidade ou substancialmente a totalidade dos riscos e vantagens desses activos.

Nas operações em que o Banco não mantém nem transfere substancialmente a totalidade dos riscos e vantagens da titularidade de um activo financeiro e mantém o controlo do activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado em função da medida em que está exposto a alterações do valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de servir o activo financeiro transferido em contrapartida de uma comissão. O activo transferido é desconhecido se preencher os critérios para desconhecimento. É reconhecido um activo ou passivo para o contrato de serviço se a comissão de serviços for mais do que adequada (activo) ou menos do que adequada (passivo) à execução do serviço.

#### **ii. Passivos financeiros**

O Banco reconhece passivos financeiros quando as suas obrigações contratuais são cumpridas, canceladas ou se extinguem, o que é avaliado tanto qualitativa como quantitativamente.

### **3.10.5 Modificações de activos e passivos financeiros**

#### **i. Activos financeiros**

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original consideram-se extintos. Neste caso, o activo financeiro original é desconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido ao justo valor mais os custos da operação elegíveis. As comissões recebidas como parte da modificação são contabilizadas como segue:

- são consideradas comissões na determinação do justo valor do novo activo e as comissões que representem reembolso de custos de operação elegíveis são incluídas na mensuração inicial do activo; e
- as outras comissões são incluídas em resultados como parte dos ganhos ou perdas no desconhecimento.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao JVAORI não resultar no desconhecimento do activo financeiro, o Banco recalcula primeiro a quantia escriturada bruta do activo financeiro usando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante em resultados, como ganhos ou perdas de modificação. Os custos ou comissões incorridos e as comissões recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados durante o prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se essa modificação for efectuada devido a dificuldades financeiras do cliente, os ganhos ou perdas são apresentados juntamente com as perdas por imparidade. Nos outros casos, são apresentados como proveitos de juros calculados usando o método da taxa de juro efectiva.

#### **ii. Passivos financeiros**

O Banco classifica os seus passivos financeiros, excepto garantias financeiras e compromissos de concessão de crédito, como mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos de juros são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Os depósitos e os títulos de dívida emitidos são as fontes de financiamento por dívida do Banco. Quando o Banco vende um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato de recompra ou de empréstimo de títulos para recomprar o activo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura, o contrato é contabilizado como um depósito e o activo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco como activo dado de garantia.

O Banco classifica instrumentos de dívida como passivos financeiros ou capital próprio de acordo com os termos contratuais do instrumento. Os depósitos e os títulos de dívida emitidos são inicialmente mensurados ao custo amortizado menos os custos da operação, incrementais e directos, e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Na demonstração da posição financeira, os outros passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado incluem os depósitos de bancos, depósitos de clientes, empréstimos que vencem juros, títulos de dívida emitidos e outros passivos.

O Banco desconhece um passivo financeiro quando os seus termos forem modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado forem substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desconhecido e a retribuição paga é reconhecida em resultados. Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como um desconhecimento, o custo amortizado do passivo é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e os ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos em resultados. Os custos ou comissões incorridos são reconhecidos como um ajustamento à quantia escriturada do passivo e amortizados durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado recalculando a taxa de juro efectiva do instrumento.

### **3.10.6 Compensação de instrumentos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido reflectido na demonstração da posição financeira se, e apenas se, o Banco tiver um direito juridicamente eficaz de proceder a tal compensação dos valores reconhecidos e se houver uma intenção de proceder à liquidação numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. Os proveitos e os custos são apresentados em base líquida apenas quando permitido ao abrigo das NIRF ou quando os ganhos e perdas são decorrentes de um conjunto de operações semelhantes.

### **3.11 Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e equivalentes de caixa incluem notas e moedas em caixa, saldos não sujeitos a restrições mantidos em bancos centrais e activos financeiros com elevado grau de liquidez com vencimentos originais iguais ou inferiores a três meses, a contar da data de aquisição, que estejam sujeitos a um risco insignificante de alteração do seu justo valor e sejam usados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo.

A caixa e equivalentes de caixa são contabilizados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

### **3.12 Crédito**

O Access Bank Mozambique tenciona desenvolver a sua actividade em todos os segmentos de clientes do mercado, com foco principal na banca de retalho e de pequenas e médias empresas (BRPME), e na banca de grandes empresas e de investimento (BGEI), nos vários sectores de relevância da economia moçambicana.

#### **BRPME**

O Banco tem crédito ao retalho para recolher fluxos de caixa contratuais. O seu modelo de negócios foca-se no crescimento deste crédito dentro de limites aceitáveis de apetência pelo crédito e mantendo práticas de cobrança sólidas. Os produtos incluídos neste modelo de negócios incluem:

- crédito ao consumo (incluindo o sector público);
- importação e exportação (operações ao estrangeiro) incluindo descobertos.

#### **BGEI**

O modelo de negócios do Banco também se foca na recolha de fluxos de caixa contratuais de crédito a empresas e no crescimento deste crédito dentro de limites aceitáveis de apetência pelo crédito. Os produtos incluídos neste modelo de negócios incluem:

- financiamento da tesouraria;
- operações de estrangeiro (cartas de crédito, garantias bancárias, remessas documentárias e outras);

- crédito de longo prazo (crédito ao investimento, financiamento de projectos, financiamento imobiliário e financiamento de veículos e activos).

### 3.13 Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento na demonstração da posição financeira incluem:

- títulos de dívida mensurados ao custo amortizado; e
- instrumentos de capital próprio não cotados designados ao JVAORI.

Os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado incluem activos detidos para obter fluxos de caixa contratuais que representam unicamente pagamentos de capital e juros. Os proveitos de juros desses activos financeiros são incluídos nos juros e rendimentos similares usando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos ou perdas que se verifiquem no desconhecimento são reconhecidos directamente em resultados e apresentados em ganhos/(perdas) líquidos de títulos da carteira de investimento juntamente com ganhos e perdas cambiais. As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração do rendimento integral.

O Banco optou por apresentar no ORI alterações do justo valor de certos investimentos em instrumentos de capital próprio que não são detidos para negociação. Esta opção é feita instrumento a instrumento no reconhecimento inicial e é irrevogável. Os ganhos e perdas destes instrumentos de capital próprio nunca são reclassificados em resultados e não é reconhecida nenhuma imparidade em resultados. Os dividendos são reconhecidos em resultados, salvo se representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento, caso em que são reconhecidos no ORI. Os ganhos e perdas acumulados reconhecidos no ORI são transferidos para resultados transitados aquando da alienação do investimento.

### 3.14 Justo valor

Algumas políticas contabilísticas e divulgações do Banco exigem a mensuração do justo valor tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros. O Banco tem um quadro de controlo estabelecido a respeito da mensuração do justo valor, que é supervisionada pelo director financeiro do Banco. O Banco também usa avaliadores externos especializados para instrumentos mais complexos do nível 3. A equipa de avaliação do departamento financeiro do Banco revê regularmente dados significativos não observáveis e ajustamentos de avaliação usados para mensurar o justo valor para avaliar se as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que essas avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificadas.

#### 3.14.1 Apuramento do justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido por vender um activo ou pago para transmitir um passivo numa operação ordeira entre participantes no mercado na data de mensuração.

O justo valor de investimentos cotados baseia-se em preços de oferta correntes. Se o mercado para um activo financeiro não for activo (para títulos não cotados), o Banco apura o justo valor recorrendo a técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes em condições de plena concorrência, referência a outros instrumentos substancialmente idênticos, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções recorrendo ao máximo de dados de mercado e apoiando-se o mínimo possível em dados específicos da entidade.

O Banco classifica as mensurações do justo valor usando uma hierarquia do justo valor que reflecte a relevância dos dados utilizados para efectuar as mensurações. A hierarquia do justo valor tem os seguintes níveis:

- preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos (nível 1);
- dados diferentes de preços cotados incluídos no 1 que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (isto é, como preços) ou indirectamente (isto é, derivados de preços) (nível 2); e
- dados para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (dados não observáveis) (nível 3).

### 3.15 Crédito com Imparidade

O risco de crédito é decomposto segundo as componentes comuns do risco de probabilidade de incumprimento (probability of default ou "PD"), exposição em incumprimento (exposure at default ou "EAD") e perda dado o incumprimento (loss given default ou "LGD"), modeladas ao nível dos clientes, das linhas e da carteira. Estas componentes do risco são usadas no cálculo de vários parâmetros de risco agregado, como as perdas esperadas (PE). Os modelos usados pelo Banco visam cumprir os requisitos da NIRF 9, de Basileia II e de ordem regulamentar. Estes parâmetros de risco são usados como dados para calcular os montantes de imparidade colectiva.

#### Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade que uma contraparte entre em incumprimento durante os 12 meses a seguir à data de relato (estágio 1) ou durante a vida útil do produto (estágio 2) e incorporação do impacto de premissas económicas prospectivas que afectam o risco de crédito, como taxas de juro, taxas de câmbio, crédito em incumprimento sectorial, inflação e projecções do PIB.

As estimativas de PD vão flutuar em função do ciclo económico. As PDs relativas à vida útil (ou ao prazo estrutural) baseiam-se em modelos estatísticos, calibrados usando dados históricos e ajustados para incorporar premissas económicas prospectivas.

#### Perda dado o incumprimento (LGD)

A perda esperada em caso de incumprimento de um activo financeiro, incorporando o impacto de premissas económicas prospectivas, quando relevante, representa a diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os que o Banco espera receber.

O Banco estima as LGD com base no histórico de taxas de recuperação e considera a recuperação de garantias que sejam parte integrante do activo financeiro, considerando premissas económicas prospectivas, quando relevante.

#### Exposição em incumprimento (EAD)

A exposição esperada na demonstração da posição financeira no momento do incumprimento, tendo em conta a alteração esperada na exposição durante a vida útil da mesma, incorpora o impacto de levantamento de linhas de crédito, reembolsos de capital e juros, amortizações e reembolsos antecipados, juntamente com o impacto de premissas económicas prospectivas, quando relevante.

Para apurar as perdas de crédito esperadas (PCE), estas componentes são multiplicadas conjuntamente (PD para o período de referência (12 meses ou para a vida útil), x LGD no início do período x EAD no início do período) e descontadas à data de relato usando a taxa de juro efectiva como taxa de desconto.

### 3.15.1 Perdas de crédito esperadas

O Banco reconhece provisões de PCE relativamente aos seguintes instrumentos financeiros não mensurados ao JVAR:

- crédito a clientes e instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de concessão de crédito emitidos.

Não são reconhecidas perdas por imparidade para participações em capital.

As perdas de crédito esperadas representam o valor actual dos défices de caixa esperados durante o prazo residual de um activo financeiro, linha de crédito não utilizada ou garantia financeira. O défice de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos de acordo com os termos contratuais do instrumento e os fluxos de caixa que o Banco espera receber durante a vida contratual do instrumento.

#### 3.15.2 Mensuração

A mensuração da PCE reflecte:

- uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- o valor temporal do dinheiro; e
- informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais e previsões de condições económicas futuras.

A estimativa da PCE é apurada multiplicando a probabilidade de incumprimento (PD) pela perda dado o incumprimento (LGD) e pela exposição esperada na data de incumprimento (EAD). Podem verificar-se múltiplos eventos de incumprimento durante a totalidade da vida de um instrumento.

São incorporadas premissas económicas prospectivas na PD, na LGD e na EAD, se relevante e quando influenciam o risco de crédito, como taxas de crescimento do PIB, taxas de juro, inflação e taxa de câmbio. Estas variáveis são incorporadas usando a projecção mais provável do Banco e as projecções são efectuadas usando todas as informações razoáveis e fundamentáveis, que incluem tanto projecções desenvolvidas internamente como disponíveis externamente, e coerentes com as utilizadas para efectuar o orçamento e planeamento do capital.

De forma a considerar a não linearidade de perdas de crédito, são incorporados múltiplos cenários prospectivos no conjunto de resultados possíveis para todas as carteiras significativas.

O período durante o qual são apurados défices de caixa limita-se geralmente ao prazo contratual máximo em que o Banco está exposto ao risco de crédito. No entanto, para determinadas linhas de crédito revogáveis, que incluem descobertos, a exposição do Banco ao risco de crédito não se limita ao prazo contratual. Para estes instrumentos, o Banco estima uma vida apropriada com base no período real em que o Banco está exposto ao risco de crédito, o que inclui o efeito de medidas de gestão do risco de crédito, como o cancelamento de linhas não utilizadas.

Para instrumentos financeiros com imparidade de crédito, a estimativa de défices de caixa pode exigir o recurso à análise do crédito por peritos. A título de exemplo, o Banco pode também mensurar a imparidade de crédito com base no justo valor de um instrumento usando um preço de mercado observável.

A estimativa de PCE de um instrumento financeiro colateralizado reflecte o montante e a calendarização de fluxos de caixa esperados na execução do colateral menos os custos de obtenção e venda do colateral, independentemente de se a execução é considerada provável.

Os défices de caixa são descontados usando a taxa de juro efectiva (ou taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito para instrumentos comprados ou originados em imparidade de crédito (COIC)) do instrumento financeiro como calculada no reconhecimento inicial.

### 3.15.3 Reconhecimento

#### i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses (estágio 1)

São reconhecidas perdas de crédito esperadas no momento do reconhecimento inicial de um instrumento financeiro que representam os défices de caixa durante a vida útil do instrumento decorrentes de possíveis eventos de incumprimento até 12 meses após a data do balanço.

As perdas de crédito esperadas continuam a ser apuradas nesta base até que se verifique um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento ou o instrumento fique em imparidade de crédito. Se deixar de se considerar que um instrumento mostra um aumento significativo do risco de crédito, as perdas de crédito esperadas voltam a ser apuradas numa base de 12 meses.

#### ii. Aumento significativo do risco de crédito (estágio 2)

Se um activo financeiro tiver um aumento significativo do risco de crédito (ASRC) desde o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para perdas de crédito esperadas para eventos de incumprimento que possam ocorrer durante a vida útil do activo. O aumento significativo do risco de crédito é avaliado comparando o risco de incumprimento de uma exposição na data de relato com o risco de incumprimento na origem (depois de ter em conta a passagem do tempo). Significativo não significa estatisticamente significativo nem é avaliado no contexto de alterações nas PCE. Se uma alteração do risco de incumprimento é significativa ou não é avaliado usando determinados factores quantitativos e qualitativos, cujo peso depende do tipo de produto e contraparte.

Os activos financeiros que estão em mora há 30 dias, ou mais, e não estão em imparidade de crédito, são sempre considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito. Para carteiras menos significativas, em que é aplicada uma abordagem de taxa de perdas ou de taxa de crédito em mora transitado para o período, o aumento significativo do risco de crédito para calcular as perdas de crédito esperadas baseia-se primariamente no critério dos 30 dias de mora.

Os factores quantitativos incluem uma avaliação sobre o aumento significativo da probabilidade de incumprimento (PD) prospectiva desde a origem. Uma PD prospectiva é uma PD ajustada em função de condições económicas futuras na medida em que estejam correlacionadas com alterações do risco de crédito. O Banco compara a PD durante a vida útil na data de relato com a PD durante a vida útil esperada na data de origem para o mesmo ponto na estrutura temporal e determina se tanto a alteração absoluta como a relativa entre as duas excede os limiares pré-determinados. Se as diferenças entre os parâmetros de incumprimento descritos excedem os limiares definidos, considera-se que o instrumento sofreu um aumento significativo do risco de crédito.

Os factores qualitativos que são avaliados incluem os processos normais de gestão do risco de crédito, como crédito colocado em análise de forma antecipada. Uma conta em análise de forma antecipada é uma conta que evidencia risco ou potenciais problemas significativos e que necessita de maior monitoria, supervisão ou atenção da Administração.

As debilidades nestas operações de crédito, se não forem corrigidas, podem levar a uma deterioração das perspectivas de reembolso e à probabilidade de uma redução do rating de crédito. Os indicadores podem incluir uma rápida deterioração do sector económico de exercício da actividade, preocupações sobre a capacidade da direcção para gerir operações, resultados operacionais negativos ou em deterioração, liquidez sob pressão e saldos em mora, entre outros factores.

### iii. Exposições em imparidade de crédito (ou em incumprimento) (estágio 3)

Os activos financeiros em imparidade de crédito (ou em incumprimento) correspondem aos activos em mora há 90 dias ou mais, em termos de capital e/ou juros. Também se considera que os activos financeiros estão em imparidade de crédito quando for improvável que os devedores paguem se ocorrer um ou mais eventos observáveis que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro.

Pode não ser possível identificar um único evento isolado mas o efeito combinado de vários eventos pode fazer com que activos financeiros fiquem em imparidade de crédito.

Os indícios de que um activo financeiro está em imparidade de crédito incluem dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou do cliente;
- violação de um contrato, tal como um evento de incumprimento ou mora;
- por motivos económicos ou contratuais relativos a dificuldades financeiras do cliente, os seus mutuantes fizeram lhe concessões que, de outro modo, não equacionariam, incluindo medidas de reestruturação;
- falência pendente ou efectiva, ou outro tipo de recuperação financeira para evitar ou atrasar o cumprimento das obrigações do cliente;
- desaparecimento de um mercado activo para o activo financeiro em causa devido a dificuldades financeiras do cliente; e
- compra ou origem de um activo financeiro com um forte desconto que reflecte as perdas de crédito incorridas.

As linhas de crédito irrevogáveis concedidas a um devedor em imparidade de crédito que ainda não tiverem sido utilizadas também são incluídas nas provisões para imparidade de crédito no estágio 3, na medida em que a linha possa ser cancelada.

As provisões para perdas de activos financeiros em imparidade de crédito são apuradas com base numa avaliação dos fluxos de caixa recuperáveis num conjunto de cenários, incluindo a realização de colateral detido, quando apropriado. As provisões para perdas detidas representam a diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa que se espera recuperar, descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento, e o valor contabilístico bruto do instrumento antes de qualquer imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Banco segue a definição de incumprimento prevista regulamentarmente.

#### Análise do crédito por peritos

Para crédito a empresas, os clientes são classificados pela Gestão do Risco de Crédito numa escala de notação do crédito que vai de crédito vivo a créditos em incumprimento. Depois de um crédito mostrar sinais de deterioração do crédito, transita na escala de notação do crédito na carteira de crédito vivo e a avaliação do crédito e a supervisão do financiamento é normalmente executada pelo Comité de Crédito do Banco quando é classificado com o grau de crédito menção especial.

Os clientes classificados em "menção especial" mostram debilidades bem definidas em áreas como gestão e/ou desempenho, mas não há expectativas actuais de perdas de capital ou juros. Quando a avaliação da imparidade indicar que vai haver uma perda de capital de um financiamento, o cliente é classificado em "muito duvidoso", ao passo que clientes com financiamentos com outras imparidades de crédito são classificados em "duvidoso".

Os instrumentos classificados em "vencido", "duvidoso" ou "muito duvidoso" são considerados créditos em incumprimento, isto é, estágio 3 ou exposições em imparidade de crédito.

Para activos financeiros individualmente significativos do estágio 3, a Administração do Banco pondera todos os juízos de valor que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do activo. Incluem: as perspectivas comerciais, o ambiente sectorial e geopolítico do cliente, a qualidade do valor realizável do colateral, a posição jurídica do Banco relativamente a outros credores e eventuais opções de renegociação / reestruturação / modificação.

A diferença entre a quantia escriturada do crédito e os fluxos de caixa futuros esperados descontados corresponde ao montante da imparidade de crédito no estágio 3. O cálculo dos fluxos de caixa futuros envolve juízos de valor e estimativas significativas. Sempre que há informações novas e que existem negociações ou reestruturações, as estimativas dos fluxos de caixa futuros são revistas.

Para activos financeiros que não são individualmente significativos, como a carteira de crédito de retalho, que compreende um grande número de créditos homogéneos que partilham características semelhantes, usam-se estimativas e técnicas estatísticas, bem como análises da classificação do crédito.

Os clientes de crédito de retalho são considerados em imparidade de crédito quando estão em mora há mais de 90 dias. Os produtos de crédito de retalho também são considerados em imparidade de crédito se o cliente requerer a falência ou outro tipo de programa de recuperação, falecer ou a empresa for encerrada no caso de uma pequena empresa, se o cliente renunciar ao colateral ou se houver uma fraude identificada na conta. Adicionalmente, se a conta não for garantida e o cliente tiver outras contas de crédito junto do Banco que sejam consideradas em imparidade de crédito, a conta também pode ficar em imparidade de crédito.

As técnicas utilizadas para calcular os montantes de imparidade usam modelos que analisam as taxas históricas de reembolso e incumprimento durante um determinado horizonte temporal. Quando são utilizados vários modelos, é necessário recorrer a juízos de valor para analisar as informações disponíveis fornecidas e escolher o modelo ou combinação de modelos apropriado a ser utilizado. Também se recorre à análise crédito por peritos para determinar se são necessários alguns ajustamentos posteriores ao modelo para elementos de risco de crédito que ainda não estejam a ser considerados no modelo.

#### 3.15.4 Instrumentos financeiros modificados

Quando os termos contratuais originais de um activo financeiro tiverem sido modificados por motivos de crédito e o instrumento não tiver sido desreconhecido, as perdas de modificação resultantes são reconhecidas na imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral, com uma diminuição correspondente do valor contabilístico bruto do activo. Se a modificação envolveu uma concessão de crédito que o Banco não teria equacionado de outro modo, o instrumento é considerado em imparidade de crédito e é considerado reestruturado.

As PCE para activos financeiros modificados que não tenham sido desreconhecidos e não estejam considerados em imparidade de crédito são reconhecidas numa base de 12 meses ou até à sua maturidade se houver um aumento significativo do risco de crédito.

Estes activos são avaliados para apurar se houve um aumento significativo do risco de crédito posterior à modificação.

Embora os empréstimos possam ser modificados por motivos não relacionados com crédito, pode verificar-se um aumento significativo do risco de crédito. Para além do reconhecimento de ganhos e perdas de modificação, o valor contabilístico revisto dos activos financeiros modificados tem impacto no cálculo das perdas de crédito esperadas com aumento ou diminuição das perdas de crédito esperadas reconhecidas na imparidade.

#### 3.15.5 Abates de instrumentos em imparidade de crédito e reversão de imparidade

Na medida em que um instrumento financeiro de dívida for considerado irrecuperável, a parte aplicável do valor contabilístico bruto é abatida por contrapartida da provisão de imparidade associada. Estes créditos são abatidos depois de todos os necessários procedimentos terem sido concluídos, se se decidir que não existe nenhuma probabilidade realista de recuperação e o montante das perdas tiver sido apurado.

As recuperações posteriores de montantes abatidos anteriormente reduzem o montante da provisão para imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral. Se, num período subsequente, o montante das perdas por imparidade de crédito diminuir e a diminuição puder ser relacionada objectivamente com um evento que se tenha verificado depois da imparidade de crédito ter sido reconhecida (como uma melhoria da notação de crédito do devedor), as perdas por imparidade de crédito reconhecidas anteriormente são revertidas ajustando a conta de imparidade. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do rendimento integral.

#### 3.15.6 Provisões para perdas de instrumentos comprados ou originados em imparidade de crédito (COIC)

O Banco mensura as perdas de crédito tendo em conta a maturidade dos instrumentos COIC durante toda a vida do instrumento. No entanto, não são reconhecidas perdas de crédito esperadas no reconhecimento inicial para instrumentos COIC dado que as perdas de crédito esperadas para a vida útil são inerentes à quantia bruta contabilizada inicialmente. O Banco reconhece as alterações das perdas de crédito esperadas para a vida útil que se verifiquem depois do reconhecimento inicial na demonstração do rendimento integral e as alterações acumuladas como uma imparidade. Quando as perdas de crédito esperadas para a vida útil de instrumentos COIC são inferiores às do reconhecimento inicial, as diferenças favoráveis são reconhecidas como ganhos de imparidade na demonstração do rendimento integral (e como perdas por imparidade, quando as perdas de crédito esperadas forem maiores).

#### 3.15.7 Melhoria do risco de crédito/sanação

Existe um período desde o ponto em que instrumentos passam para perdas de crédito esperadas até à maturidade (estágio 2 ou estágio 3) e são reclassificados novamente em perdas de crédito esperadas para 12 meses (estágio 1). Para activos financeiros em imparidade de crédito (estágio 3), a transferência para o estágio 2 ou para o estágio 1 só é permitida quando o instrumento deixar de ser considerado em imparidade de crédito. Um instrumento deixa de ser considerado em imparidade de crédito quando não existir défice de fluxos de caixa comparado com os termos contratuais originais.

Para activos financeiros no estágio 2, só podem ser transferidos para o estágio 1 quando deixarem de ser considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito.

Quando o aumento significativo do risco de crédito tiver sido apurado usando parâmetros quantitativos, os instrumentos são transferidos automaticamente de volta para o estágio quando os critérios de transferência baseados na PD original tiverem deixado de ser cumpridos. Quando forem transferidos instrumentos para o estágio 2 devido a uma avaliação de factores qualitativos, os problemas que levaram à reclassificação devem ser sanados antes de os instrumentos poderem ser reclassificados no estágio 1. Abrange os casos em que actos da Administração tenham levado aos instrumentos serem classificados no estágio 2, exigindo que esses actos sejam resolvidos antes de os créditos serem reclassificados no estágio 1.

Um crédito reestruturado só pode ser retirado da divulgação (sanado) se estiver em cumprimento (estágio 1 ou 2) e for cumprido um período probatório adicional de 2 anos. Para um crédito reestruturado que esteja a cumprir, os seguintes critérios têm de ser cumpridos:

- ter-se passado pelo menos um ano sem nenhum incumprimento com base nos termos do contrato reestruturado;
- for provável que o cliente pague integralmente as suas obrigações sem realização de garantias; e
- o cliente não tiver nenhuma imparidade acumulada quanto ao montante em dívida.

Posteriormente aos critérios referidos acima, tem de cumprir um prazo probatório adicional de dois anos, em que são efectuados pagamentos regulares pelo cliente e não existe mora há mais de 30 dias nas exposições do cliente.

#### 3.16 Garantias financeiras e compromissos de concessão de crédito

Os contratos de garantia financeira são contratos que obrigam o emitente a fazer determinados pagamentos para reembolsar ao titular perdas que este sofra devido a um determinado devedor não ter feito pagamentos na data devida, de acordo com os termos de um instrumento de dívida. São dadas garantias financeiras a bancos, instituições financeiras e outras organizações por conta de clientes para garantir empréstimos, descobertos e outras linhas bancárias.

Os compromissos de concessão de crédito são compromissos firmes de conceder crédito sujeito a termos e condições pré definidos.

As garantias financeiras e os compromissos de concessão de crédito concedidos a uma taxa de juro inferior ao mercado são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras ao justo valor na data em que a garantia ou o compromisso de concessão de crédito foi concedido, ao passo que os contratos de garantia financeira e os compromissos de concessão de crédito concedidos a taxas de juro de mercado são registados em contas extrapatrimoniais. Subsequentemente, são mensurados como imparidade calculada de acordo com a NIRF 9 e o montante inicialmente reconhecido, consoante o que for maior, menos, quando apropriado, o montante acumulado de proveitos reconhecidos de acordo com os princípios da NIRF 15.

#### 3.17 Adiantamentos e outras contas a receber

Os adiantamentos e outras contas a receber são activos financeiros e são contabilizados ao custo amortizado. Os riscos de incumprimento identificáveis são contabilizadas através de imparidades.

# Pensar no futuro é agir agora

Regemos o nosso dia-a-dia na base da responsabilidade sustentável, respeito e preocupação com o meio ambiente.

Promovemos atitudes e um estilo de vida mais sustentável, tanto dentro como fora do Banco.

**Falar em sustentabilidade é colocar numa balança o suprimento das necessidades da população e a consciência relativamente aos recursos naturais cada vez mais escassos e finitos.**



### 3.18 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são contabilizados ao custo menos depreciação e perdas por imparidade acumuladas. Quando as partes de um elemento de activo fixo tangível tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como activos fixos tangíveis em separado. Os imóveis são detidos para uso na prestação de serviços ou para efeitos administrativos.

A depreciação é reconhecida na demonstração de resultados em quotas constantes, durante a vida útil estimada do activo fixo tangível. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Edifícios:	40-50 anos
Computadores e equipamento de escritório:	3-5 anos
Mobiliário e decoração:	5-20 anos
Veículos:	5 anos

Os valores residuais dos activos, os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos e ajustados, se apropriado, à data de relato. Os custos posteriores são incluídos na quantia escriturada do activo ou reconhecidos como um activo separado, consoante for apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros associados ao activo revertam para o Banco.

Os custos de assistência diária a activos fixos tangíveis são reconhecidos, quando incorridos, na demonstração do rendimento integral.

Os ganhos ou perdas na alienação de activos fixos tangíveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

### 3.19 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como activos detidos para venda quando o seu valor contabilístico for recuperado principalmente através de uma operação de venda e a venda é considerada altamente provável. São contabilizados pela quantia escriturada ou pelo justo valor, consoante o que for menor, menos custos da venda.

O colateral recuperado corresponde a acções, imóveis de investimento ou outros investimentos recuperados de clientes e utilizados para liquidar as suas obrigações em dívida. Os activos recuperados não são incluídos na demonstração da posição financeira até que sejam vendidos para recuperar a dívida por liquidar ou sejam utilizados a título de liquidação para reduzir a dívida por liquidar. Quando é recuperado um colateral para satisfazer um crédito, a conta a receber é anulada por contrapartida da provisão para imparidade.

O colateral recuperado é incluído nas demonstrações financeiras com base na forma como o Banco tenciona realizar lucros a partir desse colateral como "activos não correntes detidos para venda" e é contabilizado ao custo ou ao justo valor estimado, consoante o que for menor, menos custos da venda, se o Banco tencionar vender, ou ao custo menos depreciação acumulada, se for para ser usado no desenvolvimento da actividade normal. Os ganhos ou perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda (calculados como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor contabilístico do activo) são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no ano em que se verifiquem.

### 3.20 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são contabilizados de acordo com a NIC 38 activos fixos intangíveis. Os activos fixos intangíveis incluem nomes comerciais, relações com clientes, software, licenças e outros contratos.

São inicialmente reconhecidos quando são separáveis ou decorrem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o custo pode ser mensurado com fiabilidade e, no caso de activos fixos intangíveis não adquiridos no contexto de uma concentração de actividades empresariais, quando for provável que benefícios económicos futuros imputáveis aos activos fluam do seu uso.

Os activos intangíveis são contabilizados ao custo (que é, no caso de activos adquiridos no contexto de uma concentração de actividades empresariais, o justo valor na data de aquisição), menos amortizações e provisões para imparidade, se as houver, e são amortizados ao longo das suas vidas úteis de uma forma que reflecta o padrão com que contribuem para fluxos de caixa futuros, geralmente durante 4 anos. Os activos intangíveis são revistos em termos de imparidade sempre que há indicadores de imparidade.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, se apropriado.

### 3.21 Locações

No início de um contrato, o Banco avalia se este constitui, ou contém, uma locação. Um contrato constitui ou contém uma locação se incluir o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Para avaliar se um contrato contém o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Banco usa a definição de locação da NIRF 16. Esta política aplica-se a contratos celebrados (ou alterados) em 1 de Janeiro de 2019 ou data posterior.

#### i. Banco como locatário

Na altura do início ou da alteração de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco imputa a retribuição prevista no contrato a cada componente de locação com base no preço individual. No entanto, para arrendamentos de agências e instalações para escritórios, o Banco optou por não separar as componentes que não sejam de locação e contabiliza as componentes de locação e as que não sejam de locação como uma única componente de locação.

O Banco reconhece o direito de uso de activos e um passivo de locação na data de início da locação.

O direito de uso de activos é inicialmente mensurado pelo custo, que inclui o montante inicial do passivo da locação ajustado em função de pagamentos de locação efectuados na data de entrada em vigor, ou antes desta, acrescidos dos custos directos iniciais incorridos e de uma estimativa dos custos com o desmantelamento e a remoção de benfeitorias em agências ou instalações para escritórios.

O direito de uso de activos é subsequentemente depreciado de acordo com o método de quotas constantes desde a data de início até à data de termo da locação. Além disso, o direito de uso de activos é reduzido periodicamente em função de perdas por imparidade, se as houver, e ajustado em função de certas remensurações dos passivos de locação.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor actual dos pagamentos de locação, que não estejam pagos na data de início, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser facilmente determinada, à taxa incremental de financiamento do Banco. Em geral, o Banco usa a sua taxa incremental de financiamento como taxa de desconto.

O Banco determina a sua taxa incremental de financiamento analisando os seus financiamentos de várias fontes externas e procede a certos ajustamentos para reflectir os termos da locação e o tipo de activo locado.

Os pagamentos da locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem o seguinte:

- os pagamentos fixos, incluindo os pagamentos fixos em substância;

- os pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor;

- as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;

- o preço de exercício de uma opção de compra que o Banco esteja razoavelmente certo de exercer;

- os pagamentos da locação num prazo de renovação opcional, se o Banco tiver uma certeza razoável de exercer a opção de prorrogação; e

- os pagamentos de sanções por rescisão antecipada da locação, salvo se o Banco tiver uma certeza razoável de que não vai rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando se verifica uma alteração em pagamentos futuros da locação decorrente de alterações de um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco do montante esperado como devido ao abrigo de garantias do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre vir a exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão, ou se houver um pagamento da locação fixo em substância revisto.

Quando o passivo da locação é remensurado desta forma, é feito um ajustamento correspondente à quantia escriturada do direito de uso de activos ou é registado em resultados se a quantia escriturada do direito de uso de activos se tiver reduzido a zero. O Banco apresenta o direito de uso de activos numa linha separada na demonstração da posição financeira e os passivos de locação na linha de outros passivos.

#### Locações de curto prazo e activos de pouco valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos de locação para locações de activos de pouco valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamento informático. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados às locações como uma despesa em quotas constantes ao longo do prazo da locação.

#### ii. Banco como locador

Na altura do início ou da alteração de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco imputa a retribuição prevista no contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda. Quando o Banco intervém como locador, determina no início da locação se é uma locação operacional ou uma locação financeira. Para classificar cada locação, o Banco avalia de forma global se a locação transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo subjacente. Se for esse o caso, a locação é uma locação financeira; caso contrário, é uma locação operacional. Como parte desta avaliação, o Banco considera certos indicadores incluindo se a locação é aplicável à maior parte da vida económica do activo.

O Banco aplica os requisitos de desreconhecimento e imparidade da NIRF 9 ao investimento líquido na locação. O Banco revê ainda regularmente os valores residuais estimados e não garantidos para calcular o investimento bruto na locação.

### 3.22 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando o Banco tem uma obrigação presente ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, for provável que seja necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. As provisões são calculadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as actuais avaliações de mercado do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, os riscos específicos do passivo.

É reconhecida uma provisão para contratos onerosos quando os benefícios que o Banco espera que sejam recebidos segundo o contrato são inferiores aos custos inevitáveis para satisfazer as suas obrigações segundo o contrato. A provisão é mensurada ao valor actual do custo esperado de resolver o contrato e o custo esperado líquido de manter o contrato, consoante o que for menor. Antes de ser criada uma provisão, o Banco reconhece as eventuais perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.

É reconhecida uma provisão para taxas bancárias quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa se verifica. Se uma obrigação de taxa estiver sujeita a um limiar mínimo de actividade de forma que o evento que gera a obrigação se consubstancia em atingir uma actividade mínima, uma provisão é reconhecido quando esse limiar mínimo de actividade é atingido.

Os passivos contingentes, que incluem certas garantias diferentes de garantias financeiras, e cartas de crédito dadas de penhor a título de garantia, são obrigações que podem eventualmente resultar de acontecimentos passados cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não verificação de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Banco. Não são reconhecidos passivos contingentes nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### 3.23 Capital social

O capital emitido é o montante pago pelas acções emitidas ao seu valor nominal.

#### i. Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente imputáveis à emissão de instrumentos de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

#### ii. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo no período em que são aprovados pelos accionistas. Os dividendos declarados são reconhecidos directamente no capital próprio.

## Nota 4

# Margem financeira

Os proveitos e custos de juros decompõem-se como segue:

Juros e rendimentos similares	2022	2021
Juros de crédito a clientes	1,290,643	668,942
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	124,672	230,570
Juros sobre activos financeiros	335,362	185,230
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>1,750,677</b>	<b>1,084,742</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Encargos de juros sobre recursos de clientes	(419,882)	(220,280)
Encargos de juros sobre recursos de Instituições de Crédito	(2,989)	(7,157)
Encargos de juros sobre títulos de dívida	(293)	(27,971)
Outros encargos de juros	(39,598)	(21,079)
<b>Total de juros e encargos similares</b>	<b>(462,762)</b>	<b>(276,487)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>1,287,915</b>	<b>808,255</b>

## Nota 5

### Rendimento líquido de taxas e comissões

Os proventos e custos de comissões decompõem-se como segue:

	2022	2021
<b>Rendimento com taxas e comissões</b>		
Banca digital	155,016	77,798
Transferências e outros pagamentos	49,567	58,403
Cartas de crédito e garantias	58,602	12,151
Títulos de negociação	48,970	135,275
Comissão sobre créditos	20,499	4,841
Outras receitas com taxas e comissões	24,891	20,360
<b>Total do rendimento com taxas e comissões</b>	<b>357,545</b>	<b>308,828</b>
<b>Gastos com taxas e comissões</b>		
Encargos bancários	(47,901)	(13,422)
Comissões de agentes	(22,329)	(11,683)
Comissões VISA	(165,075)	(96,921)
<b>Total de gastos com taxas e comissões</b>	<b>(235,305)</b>	<b>(122,026)</b>
<b>Rendimento líquido de taxas e comissões</b>	<b>122,240</b>	<b>186,802</b>

## Nota 6

### Resultado de operações financeiras

Os ganhos e perdas cambiais decompõem-se como segue:

	2022	2021
Operações cambiais	322,798	274,734
Outros ganhos cambiais não realizados	9,527	(2,728)
<b>Total</b>	<b>332,325</b>	<b>272,006</b>

## Nota 7

### Outros rendimentos operacionais

Os outros rendimentos operacionais decompõem-se como segue:

	2022	2021
<b>Outros rendimentos operacionais</b>		
Rendas e alugueres	22,277	10,903
Ganhos com a fusão	-	20,988
Prémios de seguro	9,575	10,479
Ganhos com a venda de activos tangíveis	60,611	7,274
Outros ganhos com as transacções VISA	-	7,805
Ajustamento de impostos	-	5,356
Outros rendimentos	44,103	37,393
<b>Total de outros rendimentos operacionais</b>	<b>136,566</b>	<b>100,198</b>

## Nota 8

### Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se como segue:

	2022	2021
Salários	(386,934)	(302,255)
Subsídios	(223,244)	(146,383)
Assistência médica	(57,613)	(32,882)
Segurança social	(26,077)	(20,803)
Outras gastos com pessoal	(177,711)	(99,017)
<b>Total</b>	<b>(871,579)</b>	<b>(601,340)</b>

Os custos com o pessoal registaram uma variação positiva de 45% relativamente ao ano anterior devido à harmonização de salários após fusão com o BancABC.

## Nota 9

### Outros gastos operacionais

Os outros gastos operacionais decompõem-se como segue:

	2022	2021
Tecnologia e informação	(102,286)	(124,157)
Custos com fusão	(665)	(77,704)
Marketing, publicidade e representação	(32,733)	(38,766)
Comunicação, royalties sobre software e telefone	(97,406)	(35,845)
Rendas	(40,011)	(32,045)
Serviços de segurança	(28,607)	(25,319)
Licenças	(19,274)	(24,898)
Serviços de consultoria	(11,388)	(23,418)
Honorários de auditorias e advocacia	(34,849)	(15,981)
Viagens de Negócio	(43,126)	(21,438)
Eventos, caridades e patrocínios	(15,871)	(2,421)
Reparação e manutenção	(23,754)	(14,331)
Seguros	(18,581)	(16,809)
Artigos de papelaria, franquia e impressão	(11,389)	(7,987)
Emolumentos do Conselho de Administração	-	(4,720)
Recrutamento e formação	(7,286)	-
Imparidade de outros activos financeiros	(75,954)	-
Outros gastos administrativos	(114,991)	(67,746)
<b>Total</b>	<b>(678,171)</b>	<b>(533,585)</b>

## Nota 10

### Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	2022	2021
Impostos correntes	(68,530)	(69,326)
Impostos diferidos	-	88,735
<b>Total</b>	<b>(68,530)</b>	<b>19,409</b>

Os custos com impostos correntes reconhecidos no exercício decorrem das retenções na fonte sobre rendimentos de Bilhetes de Tesouro.

	2022	2021
<b>Lucro/(prejuízo) antes de imposto</b>	<b>124,408</b>	<b>(39,549)</b>
Custos não dedutíveis fiscalmente		
Reintegrações e amortizações	13,906	7,616
Despesas com publicidade	19,966	26,879
Correcção do efeito da NIRF 16	13,491	20,546
Benefícios aos colaboradores	29,970	45,938
Outros	44,610	25,965
Imparidades de outros activos	75,954	
Diferenças de câmbio não realizadas	-	338,438
Despesas de incorporação	-	(29,295)
Juros sobre Bilhetes de Tesouro	(368,886)	(338,583)
<b>Lucro/(prejuízo) fiscal</b>	<b>(46,580)</b>	<b>57,955</b>
Imposto à taxa nominal de 32%	(14,905)	18,546
<b>Imposto diferido constituído/utilizado</b>	<b>10,697</b>	<b>(18,546)</b>

	2022	2021
<b>Impostos sobre o rendimento</b>		
Imposto diferido sobre o prejuízo fiscal	10,697	(18,546)
Imposto diferido sobre os ganhos cambiais não realizados	-	106,631
Despesas de incorporação	(7,593)	(7,593)
NIRF 16	(3,104)	6,998
Imposto diferidos sobre outros rendimentos	-	1,201
Impostos retidos a título definitivo (20%)	(68,530)	(69,281)
<b>Total de imposto sobre o rendimento</b>	<b>(68,530)</b>	<b>19,409</b>

## Nota 11

### Caixa e equivalentes de caixa

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Numerário e saldos em outros bancos	2,011,809	1,779,547
Disponibilidades no Banco Central excluindo as reservas obrigatórias	317,351	573,639
Reservas obrigatórias	1,455,741	1,027,650
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3,784,902</b>	<b>3,380,836</b>
Equivalentes de caixa registados nos fluxos de caixa		
Aplicações em instituições de crédito com maturidade até 3 meses que qualificam para caixa e fluxos de caixa	1,533,385	1,814,623
<b>Total de aplicações em instituições de crédito</b>	<b>1,533,385</b>	<b>1,814,623</b>
<b>Total de caixa e equivalente de caixa nos fluxos de caixa</b>	<b>5,318,282</b>	<b>5,195,459</b>

## Nota 12

### Aplicações em Instituições de Crédito

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Aplicações em Instituições de Crédito	1,533,380	1,814,623
<b>Total de aplicações em Instituições de Crédito</b>	<b>1,533,380</b>	<b>1,814,623</b>

## Nota 13

### Activos financeiros

#### Nota 13.1 Instrumentos de capital próprio não cotados designados ao justo valor através de outro rendimento integral

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Instrumentos de capital próprio não cotados designados ao justo valor através de outro rendimento integral	37,295	37,295

Os instrumentos de capital próprio não cotados incluem acções da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) e da Diamond Seguros, foram classificados como instrumentos de capital próprio que não integram a carteira de negociação e foram designados no reconhecimento inicial como estando mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (JVAORI). A mensuração ao JVAORI foi considerada a mais apropriada porque se trata de investimentos estratégicos que o Banco não tenciona vender. Não houve dividendos reconhecidos no período em causa.

#### Nota 13.2 Títulos da carteira de investimento mensurados ao custo amortizado

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
<b>Bilhetes de Tesouro</b>	<b>1,376,568</b>	<b>1,730,584</b>
Com maturidade até 3 meses	1,242,830	978,791
- Valor nominal	1,250,000	990,000
- Ganhos não recebidos	(7,170)	(11,209)
Com maturidade após 3 meses	133,738	751,793
- Valor nominal	150,000	809,000
- Ganhos não recebidos	(16,262)	(57,207)
Obrigações do Tesouro	415,826	349,550
Eurobonds	1,078,924	730,869
<b>Total de títulos da carteira de investimento</b>	<b>2,871,318</b>	<b>2,811,003</b>
Perdas de imparidade de títulos da carteira de investimento	(5,203)	(9,703)
<b>Títulos da carteira de investimento líquido</b>	<b>2,866,115</b>	<b>2,801,300</b>
<b>Total de títulos da carteira de investimento</b>	<b>2,903,410</b>	<b>2,838,595</b>

## Nota 14

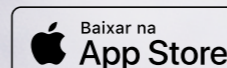
### Crédito a clientes

Em '000 MZN	Crédito Corporativo		Crédito Comercial		Crédito ao Consumo		Total	
	Dez 2022	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2021	Dez 2022	Dez 2021
<b>Crédito a clientes</b>								
Análise por Tipologia								
Descobertos bancários	171,533	284,530	134,812	243,798	22,541	12,580	328,886	540,908
Cartões de créditos	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a prazo	1,564,103	1,365,418	283,192	529,127	3,434,792	2,674,677	5,282,087	4,569,222
Créditos hipotecários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empréstmos brutos</b>	<b>1,735,636</b>	<b>1,649,948</b>	<b>418,005</b>	<b>772,925</b>	<b>3,457,332</b>	<b>2,687,258</b>	<b>5,610,973</b>	<b>5,110,130</b>
Menos: imparidade	(157,718)	(303,350)	(7,928)	(18,347)	(195,896)	(289,765)	(361,542)	(611,462)
<b>Crédito líquido a Clientes</b>	<b>1,577,918</b>	<b>1,346,598</b>	<b>410,077</b>	<b>754,578</b>	<b>3,261,437</b>	<b>2,397,493</b>	<b>5,249,432</b>	<b>4,498,668</b>
<b>Análise por Estágio</b>								
<b>Valor bruto</b>								
Estágio 1	1,242,220	789,412	225,010	450,434	2,698,537	2,303,630	4,165,767	3,543,477
Estágio 2	208,237	271,867	64,768	99,698	530,827	198,182	803,832	569,747
Estágio 3	285,178	588,668	128,227	222,792	227,969	185,446	641,374	996,906
	<b>1,735,636</b>	<b>1,649,948</b>	<b>418,005</b>	<b>772,925</b>	<b>3,457,332</b>	<b>2,687,258</b>	<b>5,610,973</b>	<b>5,110,130</b>
<b>Imparidade por estágio</b>								
Estágio 1	21,757	58,945	175	196	10,703	107,796	32,635	166,937
Estágio 2	116,297	160,762	294	1,963	32,198	77,340	148,789	240,065
Estágio 3	19,664	83,643	7,458	16,188	152,995	104,629	180,118	204,460
<b>Total</b>	<b>157,718</b>	<b>303,350</b>	<b>7,928</b>	<b>18,347</b>	<b>195,896</b>	<b>289,765</b>	<b>361,542</b>	<b>611,462</b>

# mobile banking

Faz o download da aplicação **Access Bank Mozambique**, no Play Store e/ ou App Store, e efectua operações de forma rápida, segura e conveniente onde quer que estejas:

- ✓ Consultas de saldo
- ✓ Consultas e simulador de câmbios
- ✓ Transferências em tempo real (internas e para outros Bancos)
- ✓ Pagamento de Serviços (DStv, GOtv, ZAP, FIPAG, Águas da Região de Maputo)
- ✓ Pagamento de Seguros (Hollard e Moçambique Companhia de Seguros)
- ✓ Solicitação de Cheques



Para mais informações dirige-te à agência, liga para 800 724 724 ou envia um e-mail para: [contactcenter.moz@accessbankplc.com](mailto:contactcenter.moz@accessbankplc.com)  
<https://mozambique.accessbankplc.com>



mais que um banco



#### 14.1. Análise dos movimentos nas perdas por imparidade de crédito a clientes

Análise dos movimentos na imparidade do crédito a clientes:

	2022	2021
Saldo em 1 de Janeiro	611,462	-
Proveniente da fusão		605,642
Créditos abatidos durante o exercício	(760,010)	(344,745)
Nova imparidade líquida criada	(4,051)	58,378
Aumento de imparidade	249,147	274,323
Redução de imparidade	(253,198)	(215,945)
Outros	514,140	292,187
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>361,541</b>	<b>611,462</b>
Inclui:	-	
Imparidade do estágio 3	180,118	204,460
Imparidade do estágio 1 e 2	181,424	407,002
	<b>361,542</b>	<b>611,462</b>

No valor dos créditos abatidos ao activo estão 468,964 milhares de meticais referentes ao abate de créditos relacionados com o Txeneca em que parte é assumida pelo parceiro do Banco (406,648 milhares de meticais que se encontram na linha de "Outros). Desta forma, a perda real para o Banco com este produto foi de 62,317 milhares de meticais.

Decomposição da imparidade na demonstração do rendimento integral:

	2022	2021
- Nova imparidade criada	4,051	(58,378)
- Recuperações do período	90,850	1,539
<b>Imparidade na demonstração do rendimento integral</b>	<b>94,901</b>	<b>(56,839)</b>

Análise dos movimentos na imparidade de títulos da carteira de investimento mensurados ao custo amortizado:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	9,703	-
Adquirido da fusão	-	9,703
Nova imparidade líquida criada	(4,500)	-
Aumento de imparidade	-	-
Redução de imparidade	(4,500)	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>5,203</b>	<b>9,703</b>

#### 14.2. Reconciliação do valor bruto do crédito a clientes

O quadro seguinte apresenta a reconciliação do valor bruto do crédito a clientes

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses (Estágio 1)	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil (Estágio 2)	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado) (Estágio 3)	Total
<b>Em 1 de Janeiro de 2022</b>	<b>3,543,477</b>	<b>569,747</b>	<b>996,906</b>	<b>5,110,130</b>
<b>Estágio 1</b>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	130,159	(130,159)	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	22,114	-	(22,114)	-
<b>Estágio 2</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	(181,486)	181,486	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	-	136,203	(136,203)	-
<b>Estágio 3</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	(74,122)	-	74,122	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	(27,530)	27,530	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	(168,486)	(654,347)	(822,833)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	1,397,335	89,244	5,877	1,492,456
Alterações devido a modificações que não resultaram em imparidade	-	-	-	-
Liquidação e pagamentos antecipados	(175,111)	226,907	366,488	418,284
Outros	(496,599)	(73,581)	(16,885)	(587,065)
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>4,165,767</b>	<b>803,832</b>	<b>641,374</b>	<b>5,610,973</b>

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses (Estágio 1)	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil (Estágio 2)	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado) (Estágio 3)	Total
<b>Em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>41,073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41,073</b>
Proveniente da fusão	4,507,002	929,920	772,330	6,209,252
<b>Estágio 1</b>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	257,789	(257,789)	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	19,196	-	(19,196)	-
<b>Estágio 2</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	(493,026)	493,026	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	-	27,428	(27,428)	-
<b>Estágio 3</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	(429,902)	-	429,902	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	(57,276)	57,276	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	-	(344,745)	(344,745)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	242,673	4,766	2,326	249,766
Alterações devido a modificações que não resultaram em imparidade	-	-	-	-
Liquidação e pagamentos antecipados	(601,329)	(570,328)	126,441	(1,045,216)
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>3,543,476</b>	<b>569,747</b>	<b>996,906</b>	<b>5,110,130</b>

### 14.3 Reconciliação das perdas por imparidade de crédito a clientes

O quadro seguinte apresenta a reconciliação das perdas por imparidade de crédito a clientes.

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado)	
	(Estágio 1)	(Estágio 2)	(Estágio 3)	Total
<b>2022</b>	<b>166,937</b>	<b>240,065</b>	<b>204,460</b>	<b>611,462</b>
<b>Estágio 1</b>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	21,091	(21,091)	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	4,013	-	(4,013)	-
<b>Estágio 2</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	(2,761)	2,761	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	-	38,275	(38,275)	-
<b>Estágio 3</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	(2,213)	-	2,213	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	(8,141)	8,141	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	(168,486)	(654,347)	(822,833)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	22,893	2,082	4,163	29,138
Liquidação e pagamentos antecipados	(171,788)	(10,800)	580,165	397,577
Outros	(5,536)	74,123	77,611	146,198
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>32,635</b>	<b>148,789</b>	<b>180,118</b>	<b>361,542</b>

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado)	
	(Estágio 1)	(Estágio 2)	(Estágio 3)	Total
<b>2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Proveniente da fusão</b>				
<b>Estágio 1</b>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	21,567	(21,567)	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	6,329	-	(6,329)	-
<b>Estágio 2</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	(6,382)	6,382	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	-	7,448	(7,448)	-
<b>Estágio 3</b>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	(3,025)	-	3,025	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	(6,760)	6,760	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	-	(344,745)	(344,745)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	11,313	1,787	1,555	14,655
Liquidação e pagamentos antecipados	32,882	1,525	9,316	43,723
Outros	(21,064)	81,054	232,197	292,187
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>166,937</b>	<b>240,065</b>	<b>204,460</b>	<b>611,462</b>

### 14.4. Perdas de imparidade por produto

<b>2022</b>	<b>Total</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>
Crédito ao consumo	115,780	10,470	31,810	73,500
Crédito com hipoteca	1,766	175	136	1,455
Veículos	510	39	135	336
Empréstimos de curto prazo	2,933	49	-	2,884
Projectos financeiros	107	107	-	-
Empréstimos	80,007	21	293	79,693
Descobertos	2,721	17	118	2,586
<b>Total PCE no retalho</b>	<b>203,824</b>	<b>10,878</b>	<b>32,492</b>	<b>160,454</b>
Crédito com hipoteca	-	-	-	-
Veículos	1,116	1,116	-	-
Empréstimos de curto prazo	28,754	9,485	-	19,269
Empréstimos	127,839	11,156	116,297	386
Descobertos	9	-	-	9
<b>Total PCE na banca corporativa</b>	<b>157,718</b>	<b>21,757</b>	<b>116,297</b>	<b>19,664</b>
<b>PCE do Banco</b>	<b>361,542</b>	<b>32,635</b>	<b>148,789</b>	<b>180,118</b>

<b>2021</b>	<b>Total</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>
Crédito ao consumo	275,512	105,208	75,337	94,967
Crédito com hipoteca	6,215	1,518	1,367	3,331
Veículos	2,099	1,058	637	404
Empréstimos de curto prazo	1,534	27	25	1,482
Projectos financeiros	47	31	1	15
Empréstimos	6,110	26	14	6,069
Descobertos	16,595	125	1,922	14,548
<b>Total PCE no retalho</b>	<b>308,112</b>	<b>107,993</b>	<b>79,303</b>	<b>120,816</b>
Crédito com hipoteca	4	4	-	-
Veículos	90	90	-	-
Empréstimos de curto prazo	5,995	11	99	5,885
Empréstimos	237,881	1,693	160,664	75,524
Descobertos	59,380	57,146	-	2,234
Total PCE na banca corporativa	303,350	58,944	160,763	83,643
<b>PCE do Banco</b>	<b>611,462</b>	<b>166,937</b>	<b>240,066</b>	<b>204,460</b>

### 14.5 Estágio 3 por produto e sector

Decomposição por produto do estágio 3 em Dezembro de 2022:

2022	Valor bruto	PCE
Crédito ao consumo	125,702	125,939
Crédito com hipoteca	12,327	1,455
Veículos	1,600	336
Empréstimos de curto prazo	22,450	2,884
Projectos financeiros	1,836	-
Empréstimos	168,940	79,693
Descobertos	23,341	2,586
<b>Total exposição no estágio 3 no retalho</b>	<b>356,196</b>	<b>212,893</b>
Empréstimos de curto prazo	282,754	19,269
Empréstimos	2,410	386
Descobertos	14	9
<b>Total exposição no estágio 3 da banca corporativa</b>	<b>285,178</b>	<b>19,664</b>
<b>Exposição no estágio 3 do Banco</b>	<b>641,374</b>	<b>232,557</b>

2021	Valor bruto	PCE
Crédito ao consumo	161,381	94,967
Crédito com hipoteca	11,436	3,331
Veículos	2,862	404
Empréstimos de curto prazo	23,181	1,482
Projectos financeiros	1,205	15
Empréstimos	106,500	6,069
Descobertos	101,673	14,548
<b>Total exposição no estágio 3 no retalho</b>	<b>408,238</b>	<b>120,816</b>
Empréstimos de curto prazo	197,399	5,886
Empréstimos	245,272	75,524
Descobertos	145,998	2,234
<b>Total exposição no estágio 3 da banca corporativa</b>	<b>588,669</b>	<b>83,644</b>
<b>Exposição no estágio 3 do Banco</b>	<b>996,907</b>	<b>204,460</b>

### 14.6. Informações prospectivas

Nos seus modelos de imparidade, o Banco recorre a uma gama alargada de dados económicos como informações prospectivas. As variáveis macroeconómicas consideradas para o ajustamento das probabilidades de incumprimento são indicadas seguidamente:

- inflação,
- taxas de juro,
- taxas de câmbio (USD/MZN), e
- taxa de juro da política monetária.

Os dados e modelos usados para calcular as PCE podem nem sempre registar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Por conta disso, são feitos ocasionalmente ajustamentos qualitativos ou sobreposições a título de ajustamentos temporários quando essas diferenças são significativamente relevantes.

As PCE incluem informações prospectivas que se traduzem numa margem para alterações nas condições macroeconómicas e nas projecções quando se estima as PCE para a vida útil do activo. É importante compreender o efeito de alterações projectadas do ambiente macroeconómico nas PCE, de forma que possa ser criado um nível apropriado de imparidades.

Foi construído um modelo de regressão para explicar e prever o impacto de indicadores macroeconómicos nas taxas de incumprimento. Estes modelos de regressão são normalmente construídos com base no histórico de taxas de incumprimento e variáveis macroeconómicas que cobrem pelo menos um ciclo económico, mas preferencialmente mais.

O modelo gera projecções da melhor estimativa para três cenários diferentes: base, pessimista e optimista.

Decomposição por sector do estágio 3 em Dezembro de 2022:

2022	Valor bruto	PCE
Agricultura	617	390
Construção	44,449	88
Distribuição, retalho e armazém	31,610	1,839
Individuais	143,472	77,811
Tecnologia e informação	89	1
Indústrias e agro-processamento	282,939	19,346
Outros	118,209	132,130
Serviços incluindo financeiros	15,184	6
Turismo	669	-
Transportes	4,136	946
<b>Exposição no estágio 3 do Banco</b>	<b>641,373</b>	<b>232,557</b>

2021	Valor bruto	PCE
Agricultura	147,172	32,968
Construção	62,391	2,530
Distribuição, retalho e armazém	164,357	47,209
Individuais	187,536	104,656
Tecnologia e informação	87	2
Indústrias e agro-processamento	261,100	7,765
Outros	50,324	5,513
Serviços incluindo financeiros	23,426	2,869
Turismo	3,497	98
Transportes	97,017	850
<b>Exposição no estágio 3 do Banco</b>	<b>996,907</b>	<b>204,460</b>

Para cada um dos cenários, foram projectados parâmetros macroeconómicos críticos, como segue:

	Cenário optimista	Cenário base	Cenário pessimista
PIB (%)	9,4%	7,3%	5,4%
Inflação	4,1%	4,6%	8,4%
Taxa de câmbio USD/MZN	63,83	65,8	68,4
Taxa de juro	16,2%	16,2%	18,1%

O quadro seguinte mostra a sensibilidade da imparidade para PCE e o rácio de cobertura das PCE no crédito corporativo e de retalho em cada cenário (optimista, base e pessimista) se a probabilidade atribuída a cada um dos cenários fosse aumentada para 100%:

31 Dezembro 2022	Retalho				Corporativo				Total			
	Bruto	ECL	Líquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Líquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Líquido	Rácio de cobertura (%)
<b>Posição em 31 de Dezembro</b>	<b>3,875,337</b>	<b>203,824</b>	<b>3,671,514</b>	<b>5%</b>	<b>1,735,636</b>	<b>157,718</b>	<b>1,577,918</b>	<b>9%</b>	<b>5,610,973</b>	<b>361,542</b>	<b>5,249,432</b>	<b>6%</b>
Cenários												
Base	3,875,337	210,985	3,664,352	5%	1,735,636	163,591	1,572,045	9%	5,610,973	374,576	5,236,397	7%
Optimista	3,875,337	208,472	3,666,865	5%	1,735,636	163,319	1,572,316	9%	5,610,973	371,792	5,239,181	7%
Pessimista	3,875,337	219,437	3,655,900	6%	1,735,636	166,108	1,569,527	10%	5,610,973	385,546	5,225,428	7%

31 Dezembro 2021	Retalho				Corporativo				Total			
	Bruto	ECL	Líquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Líquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Líquido	Rácio de cobertura (%)
<b>Posição em 31 de Dezembro</b>	<b>3,460,182</b>	<b>308,112</b>	<b>3,152,070</b>	<b>9%</b>	<b>1,649,948</b>	<b>303,350</b>	<b>1,346,598</b>	<b>18%</b>	<b>5,110,130</b>	<b>611,462</b>	<b>4,498,668</b>	<b>12%</b>
Cenários												
Base	3,460,182	303,558	3,156,624	9%	1,649,948	267,937	1,382,011	16%	5,110,130	571,495	4,538,635	11%
Optimista	3,460,182	288,710	3,171,472	8%	1,649,948	251,720	1,398,228	15%	5,110,130	540,430	4,569,700	11%
Pessimista	3,460,182	327,714	3,132,468	9%	1,649,948	276,928	1,373,020	17%	5,110,130	604,642	4,505,488	12%

### 14.7 Crédito a clientes renegociado por estágio

O quadro seguinte resume o crédito renegociado por segmento e por sector:

31-Dez-2022	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL
Banca corporativa	69,083	803	170,562	116,297	-	-	239,645	117,100
Banca comercial	6,705	0	32,421	191	20,479	-	59,605	192
Individuais	29,068	99	82,249	15,656	2,451	711	113,767	16,465
<b>Posição em 31 de Dezembro</b>	<b>104,855</b>	<b>903</b>	<b>285,232</b>	<b>132,143</b>	<b>22,930</b>	<b>711</b>	<b>413,017</b>	<b>133,757</b>

31-Dez-2021	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL
Banca corporativa	211,289	59	141,728	130,266	131,722	31,033	484,739	161,358
Banca comercial	109,847	18	16,544	7	46,114	2,871	172,505	2,896
Individuais	69,610	940	38,644	28,724	20,422	15,103	128,676	44,767
<b>Posição em 31 de Dezembro</b>	<b>390,746</b>	<b>1,017</b>	<b>196,916</b>	<b>158,997</b>	<b>198,258</b>	<b>49,007</b>	<b>785,920</b>	<b>209,021</b>

## Nota 15

### Outros activos

Os outros activos decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Contas a receber	616,170	145,077
Outros activos	956,341	308,970
Adiantamentos	64,767	87,183
Outros itens de inventário	19,981	10,547
Contas de compensação	57,857	31,189
<b>Total</b>	<b>1,715,116</b>	<b>582,966</b>

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica Outros Activos, inclui o valor de 872,151,082.37MT referente ao "pré-funding" junto da Vodafone para operacionalização do produto Txeneka (Nano Loans). À 31.12.2021, o montante ascendia à 238,490,440.79MT.

## Nota 16

### Activos por impostos correntes

Os activos por impostos correntes decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Impostos correntes	10,380	5,920
<b>Total</b>	<b>10,380</b>	<b>5,920</b>

## Nota 17

### Activos por impostos diferidos

O movimento dos activos por impostos diferidos é o seguinte:

	2022	2021
<b>01 de Janeiro</b>	<b>432,974</b>	<b>293</b>
Proveniente da fusão	-	345,191
Prejuízos fiscais	10,697	(18,546)
Ganhos cambiais não realizados	-	106,631
Despesas de constituição	(7,593)	(7,593)
NIRF 16	(3,104)	6,998
<b>Total activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>432,974</b>	<b>432,974</b>

### Nota 17.1. Decomposição do activo por impostos diferidos

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
<b>Activo por impostos diferidos</b>		
NIRF 16	4,317	7,421
Despesas de constituição	-	7,593
Ganhos cambiais não realizados	-	-
Prejuízos fiscais	428,657	417,960
<b>Total activos por impostos diferidos</b>	<b>432,974</b>	<b>432,974</b>

Segundo o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Banco tem o direito de recuperar os prejuízos fiscais do exercício durante os 5 anos seguintes. A Administração apurou que a recuperabilidade dos prejuízos fiscais acumulada é certa quando é provável que existam lucros tributáveis futuros que o Banco pode utilizar para absorver estes prejuízos. Os prejuízos fiscais caducam entre 2023 e 2026.

	Montante por utilizar
2023	946,296
2024	518,099
2025	522,349
2026	-
2027	46,580
	<b>2,033,324</b>
Total activos por impostos diferidos potenciais	<b>650,664</b>
Impostos diferidos não registados	<b>(222,007)</b>
<b>Total de impostos diferidos registados</b>	<b>428,657</b>

O total dos prejuízos fiscais do Banco acende a 2,033,324 milhares MT. Com base numa análise orçamental, a Administração concluiu que parte dos prejuízos fiscais, no valor de 1,015,489 milhares MT, não será utilizada no futuro.

## Nota 18

### Activos não correntes detidos para venda

Os activos por impostos correntes decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Activos não correntes detidos para venda	627,020	467,803
<b>Total</b>	<b>627,020</b>	<b>467,803</b>

O saldo de activos não correntes detidos para venda é composto pelos seguintes bens que a administração espera vender durante os próximos 12 meses:

### Activos não correntes detidos para venda

Propriedade	Localização	2022	2021
Decostone Limitada	Bairro da Matola Gare - parcela 3379/H8	165,606	166,876
Mirage Limitada	Bairro do Fomento, fracção A10	29,736	29,736
ADC, S.A	Bairro Machava, Talhão N°   1/ B E C	172,362	172,362
Boane property	Matola-Rio, Bairro Djuba, Rua S/N	14,500	14,500
Beira property 1	Beira registo sob nr. 3620 Livro B Folhas 26	13,213	13,213
Beira property 2	Beira 3 imóveis do Rio Savane Zona Nhangau	24,099	24,099
Beira property 3	Beira rua padre Rafael de Assuncao	6,497	6,497
Beira property 4	Beira Registo sob nr. 3620 Livro B folhas 26	5,163	5,163
Nacala property 1	Nacala registo nr. 2804 Livro Folhas 124 Livro B-8	9,934	9,934
Nacala property 2	Nacala registo nr. 2804 folhas 124 livro B-8	25,422	25,422
RECOL, LDA	Apartamento T2, Bairro Central - Rua 12 Pemba	4,306	-
RECOL, LDA	Moradia T3, B.Central - Rua 12, Pemba	34,796	-
RECOL, LDA	Fração Autón. Comercial, Av. do Chai, Pemba	38,393	-
Kanes Alfaias, Lda	Fração em Beluluane-Reg. nr. 2419, Livro B/7	4,992	-
START, Lda	Zona de Muhala Expansão, Rua das FPLM n° 104	78,000	-
<b>Total</b>		<b>627,020</b>	<b>467,803</b>

## Nota 19

### Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2022	Benfeitorias em propriedade arrendada	Terrenos e edifícios	Equipamento IT e outros equipamentos	Mobílias e utensílios	Veículos a motor	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldo inicial a 1 Janeiro de 2022</b>	<b>634,665</b>	<b>40,441</b>	<b>549,665</b>	<b>96,608</b>	<b>78,789</b>	<b>31,237</b>	<b>1,431,405</b>
Adições	58,025	24,785	30,024	7,740	7,049	61,942	189,566
Reclassificações	-	281,007	(281,007)	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	7,378	17,789	-	-	(25,167)	-
Alienações	(323,953)	(51)	-	-	(2,990)	-	(326,994)
<b>Total de custos de aquisição em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>368,737</b>	<b>353,560</b>	<b>316,472</b>	<b>104,348</b>	<b>82,848</b>	<b>68,013</b>	<b>1,293,978</b>
							-
Depreciação acumulada em 1 de Janeiro de 2022	202,749	5,495	412,012	68,641	31,863	-	720,760
Depreciação	51,715	29,147	32,099	7,190	16,931	-	137,082
Reclassificações	-	232,211	(232,211)	-	-	-	-
Abates	(118,195)	-	(840)	-	-	-	(840)
Outros	674	-	-	-	-	-	674
<b>Depreciação acumulada em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>136,943</b>	<b>266,834</b>	<b>211,899</b>	<b>75,831</b>	<b>47,672</b>	<b>-</b>	<b>739,179</b>
<b>Valor contabilístico líquido em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>231,794</b>	<b>86,725</b>	<b>104,573</b>	<b>28,518</b>	<b>35,175</b>	<b>68,013</b>	<b>554,798</b>

31 de Dezembro de 2021	Benfeitorias em propriedade arrendada	Terrenos e edifícios	Equipamento IT e outros equipamentos	Mobiliários e utensílios	Veículos a motor	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldo inicial a 1 Janeiro de 2021</b>	<b>163,697</b>	<b>36,549</b>	<b>84,379</b>	<b>23,509</b>	<b>12,575</b>	<b>15,875</b>	<b>336,584</b>
Provenientes da fusão	461,899	-	453,812	72,263	25,432	-	1,013,406
Adições	9,069	3,892	9,237	1,954	42,992	17,789	84,933
Reclassificações	-	-	2,421	-	-	(2,421)	-
Abates	-	-	(1,193)	-	-	(6)	(1,199)
Transferências	-	-	1,118	(1,118)	-	-	-
Alienações	-	-	(109)	-	(2,210)	-	(2,319)
<b>Total de custos de aquisição em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>634,665</b>	<b>40,441</b>	<b>549,665</b>	<b>96,608</b>	<b>78,789</b>	<b>31,237</b>	<b>1,431,405</b>
							-
Depreciação acumulada em 1 de Janeiro de 2021	2,728	1,319	5,925	757	4,855	-	15,584
Provenientes da fusão	154,360	-	363,793	64,109	19,160	-	601,422
Depreciação	46,517	4,176	43,705	5,035	10,166	-	109,599
Reavaliações	-	-	-	(1,118)	-	-	(1,118)
Abates	-	-	(840)	-	-	-	(840)
Outros	(856)	-	(571)	(142)	(2,318)	-	(3,887)
<b>Depreciação acumulada em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>202,749</b>	<b>5,495</b>	<b>412,012</b>	<b>68,641</b>	<b>31,863</b>	<b>-</b>	<b>720,760</b>
<b>Valor contabilístico líquido em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>431,916</b>	<b>34,946</b>	<b>137,653</b>	<b>27,967</b>	<b>46,926</b>	<b>31,237</b>	<b>710,645</b>

## Nota 20 Direito de uso de activos

Custo	2022	2021
Saldo inicial a 1 Janeiro	564,455	327,656
Provenientes da fusão	-	240,839
Adições	133,485	-
Alienações	(167,891)	(4,040)
<b>Saldo 31 de Dezembro</b>	<b>530,049</b>	<b>564,455</b>
<b>Depreciações</b>		
Saldo inicial a 1 Janeiro	245,025	24,656
Provenientes da fusão	-	152,415
Adições	82,536	73,244
Alienações	(167,891)	(2,912)
Reclassificações	-	(2,378)
<b>Depreciação acumulada em 31 de Dezembro</b>	<b>159,671</b>	<b>245,025</b>
<b>Total</b>	<b>370,378</b>	<b>319,430</b>

O contrato mais significativo do Banco é o da Sede, tem um prazo de 10 anos e um pagamento adiantado de montante equivalente a 5 anos.

### Montantes reconhecidos na demonstração do rendimento integral:

	2022	2021
Juros e encargos	39,598	21,079
Depreciações	82,536	73,244
<b>Total de custos com direito de uso de activos</b>	<b>122,134</b>	<b>94,323</b>

## Nota 21 Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis foi o seguinte:

	2022	2021
<b>Software</b>		
Total de custos de aquisição em 1 de Janeiro	306,294	189,081
Proveniente da fusão	-	97,317
Adições	3,017	19,968
Trabalhos em curso	21,606	-
Transferências	-	(72)
<b>Total de custos de aquisição em 31 de Dezembro</b>	<b>330,917</b>	<b>306,294</b>
Depreciação acumulada em 1 de Janeiro	101,962	317
Proveniente da fusão	-	71,714
Depreciação do ano	80,171	32,203
Outros	-	(2,273)
<b>Depreciação em 31 de Dezembro</b>	<b>182,133</b>	<b>101,961</b>
<b>Valor contabilístico líquido em 31 de Dezembro</b>	<b>148,784</b>	<b>204,333</b>

## Nota 22 Recursos de clientes

Consistem em depósitos à ordem, depósitos de poupança e depósitos a prazo. O quadro seguinte apresenta uma decomposição por grupos de clientes:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
<b>Contas correntes</b>	<b>9,036,753</b>	<b>7,206,702</b>
- Individuais	1,688,441	1,454,055
- Empresas	7,348,312	5,752,647
<b>Conta poupança</b>	<b>140,207</b>	<b>134,437</b>
- Individuais	140,207	134,437
- Empresas	-	-
<b>Depósito a prazo</b>	<b>4,535,537</b>	<b>4,234,257</b>
- Individuais	1,344,417	944,191
- Empresas	3,191,120	3,290,066
<b>Total</b>	<b>13,712,497</b>	<b>11,575,396</b>

## Nota 23 Empréstimos

Os empréstimos decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Empréstimos obtidos	-	306,488
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>306,488</b>

Os empréstimos constantes do quadro acima foram obtidos do BancABC, para financiamento intragrupo, e integralmente liquidados em Janeiro de 2022.

## Nota 24 Outros passivos

Os outros passivos decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Credores	637,300	419,751
Acréscimos de custos	201,501	197,038
Passivos contingentes da fusão	28,398	198,657
Outros	23,662	18,191
Proveitos diferidos	23,149	17,813
Impostos	32,727	17,715
<b>Total</b>	<b>946,737</b>	<b>869,165</b>

## 24.1. Passivos de locação

Os passivos de locação decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Saldo em 1 de Janeiro	195,866	123,481
Proveniente da fusão	-	103,843
Adições	133,483	-
Reembolsos de passivos de locação	(63,363)	(50,461)
Gastos de juros	39,598	21,079
Outros	-	(2,076)
<b>A 31 de Dezembro 2021</b>	<b>305,584</b>	<b>195,866</b>

## Nota 25 Capital social

Durante o exercício, a estrutura accionista foi a seguinte:

Estrutura do capital social a 31 de Dezembro de 2022	Número de acções	%	Volume de participação 2022
Access Bank Plc	24,497,586	99.990%	2,449,758
Herbert Wigwe	980	0.004%	98
Obinna Nwosu	980	0.004%	98
Benjamim Alfredo	227	0.001%	23
Douglas Munatsi	227	0.001%	23
<b>Total de votos em capital</b>	<b>24,500,000</b>	<b>100%</b>	<b>2,450,000</b>

Estrutura do capital social a 31 de Dezembro de 2021	Número de acções	%	Volume de participação 2021
Access Bank Plc	24,497,586	99.990%	2,449,758
Herbert Wigwe	980	0.004%	98
Obinna Nwosu	980	0.004%	98
Benjamim Alfredo	227	0.001%	23
Douglas Munatsi	227	0.001%	23
<b>Total de votos em capital</b>	<b>24,500,000</b>	<b>100%</b>	<b>2,450,000</b>

## Nota 26

### Operações com partes relacionadas

O Banco é uma subsidiária detida 99,99% pelo Access Bank Plc, constituído na Nigéria. Há quatro accionistas minoritários que detêm 0,008%.

No exercício normal da actividade, são movimentadas contas correntes e são aplicadas divisas junto da empresa-mãe e outras empresas do Grupo a taxas de juro de acordo com o mercado. Os saldos relevantes são os seguintes:

#### a) Outros saldos e operações com partes relacionadas

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Caixa e equivalentes de caixa	391,379	382,980
Outros passivos	(1,925)	(75,692)
<b>Saldo líquido das partes relacionadas</b>	<b>389,455</b>	<b>307,288</b>

O crédito a empresas controladas por administradores ou pelas suas famílias e o crédito a pessoal chave da Administração do Banco é normalmente relatado no crédito a clientes.

#### b) Crédito a partes relacionadas

	2022	2021
Balanço no início do ano	59,147	22,325
Movimentos durante o ano	(31,571)	36,822
Juros a receber	75	-
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>27,652</b>	<b>59,147</b>

#### c) Depósitos de partes relacionadas

	2022	2021
Balanço no início do ano	5,118	3,910
Movimentos durante o ano	(3,514)	1,205
Juros a pagar	-	2
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>1,604</b>	<b>5,117</b>

#### d) Remuneração dos administradores

	2022	2021
Salários	55,867	54,191
Subsídios	57,497	37,456
<b>Total de remuneração dos administradores</b>	<b>113,364</b>	<b>91,647</b>

## Nota 27

### Justo valor

O justo valor de instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos à data da demonstração da posição financeira baseia-se nos preços de mercado cotados ou preços cotados por operadores de mercado (preço de compra para posições longas e preço de venda para posições curtas), sem dedução de custos da operação. Para todos os outros instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado usando técnicas de avaliação apropriadas.

As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor actual líquido, comparação com instrumentos semelhantes para os quais existem preços de mercado observáveis, modelos de fixação de preços de opções e outros modelos de avaliação relevantes.

Esses instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao preço de aquisição, que é o melhor indicador do justo valor, embora o valor obtido do modelo de avaliação relevante possa diferir.

A diferença entre o preço de aquisição e o valor do modelo, usualmente designado por "lucros ou perdas do dia um", é amortizado durante a vida da operação, diferido até que o justo valor do instrumento possa ser determinado, usando dados de mercado observáveis ou seja realizado por meio de liquidação.

À data de 31 de Dezembro de 2022, o Banco não tinha instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

	Justo Valor	Custo amortizado	Outros activos/passivos não financeiros	Valor Contabil	Justo Valor		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>2022</b>							
<b>Activos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa				3,784,902		3,784,902	3,784,902
Activos financeiros				2,903,410		2,903,410	3,033,086
Aplicações em instituições de crédito				1,533,380		1,533,380	1,533,380
Crédito a clientes				5,249,432		5,249,432	4,806,859
Activos intangíveis				148,784		148,784	148,784
sActivos tangíveis			53,259	501,539		554,798	579,920
Activos não correntes detidos para venda					627,020	627,020	627,020
Outros activos					1,715,116	1,715,116	1,715,116
Direito de uso de activos					370,378	370,378	370,378
	-	-	53,259	14,121,447	2,712,514	16,887,220	16,599,446
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos					-	-	-
Recursos de clientes				13,712,497		13,712,497	13,573,485
Outros passivos					946,737	946,737	946,737
Passivos de locação					305,584	305,584	305,584
	-	-	-	13,712,497	1,252,320	14,964,817	14,825,805
Capital social					2,450,000	2,450,000	2,450,000
Resultados transitados					(84,244)	(84,244)	(84,244)
					2,365,756	2,365,756	2,365,756

## Nota 28

### Gestão do risco

#### 28.1 Gestão do perfil de risco global do Banco

As actividades do Banco expõem-no a vários riscos financeiros e essas actividades implicam a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou de uma combinação de riscos. Assumir risco está no cerne da actividade financeira e os riscos operacionais são uma consequência inevitável de desenvolver a actividade. O objectivo do Banco é, portanto, conseguir um equilíbrio apropriado entre risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos sobre o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é um processo realizado conjuntamente pelo Conselho de Administração, a Gerência e demais colaboradores do Banco, é aplicado na definição da estratégia de todas as operações do Banco, e destina-se a identificar potenciais eventos que possam afectar o Banco, garantir que as exposições ao risco do Banco estão dentro dos parâmetros definidos e oferecem garantia razoável quanto ao cumprimento dos objectivos do Banco.

A gestão de risco considera as actividades a todos os níveis do Banco, de modo a proporcionar orientações adequadas a todos os accionistas, para garantir que as acções do Banco são consistentes com a necessidade de fazer face aos desafios competitivos e estão em conformidade com os requisitos regulamentares, ao mesmo tempo que reduzem a exposição do Banco aos riscos diários inerentes às suas actividades.

Os processos em vigor no Banco são capazes de:

- estabelecer a cultura de risco do Banco e considerar todos os demais aspectos da operação que possam afectar a sua cultura de risco;
- estabelecer uma filosofia relativa à gestão de riscos que reconheça eventos inesperados e esperados;
- identificar e definir toda a gama de riscos que enfrenta;
- avaliar, mensurar e quantificar os riscos;
- desenvolver técnicas de mitigação, controlo e monitoria de riscos; e
- cumprir os requisitos regulamentares locais e internacionais em relação às práticas de gestão de risco.

#### Estrutura de gestão do risco

A estrutura de gestão do risco do Banco incorpora a participação efectiva do Conselho de Administração e da Direcção de topo a diferentes níveis para o desempenho de funções de supervisão e garantia de um ambiente adequado de gestão de risco.

O Conselho de Administração exerce a sua supervisão da gestão de risco como um todo e também através do Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração Executivo, Comité de Crédito do Conselho de Administração e outros comités e departamentos de gestão de risco. O Conselho de Administração articula o grau de risco que o Banco está disposto a aceitar no decurso normal das actividades (apetite de risco) e define o perfil de risco global para o Banco.

A gestão do risco compreende um conjunto abrangente de políticas, normas, procedimentos e processos concebidos para identificar, mensurar, monitorar, mitigar e reportar exposições a risco significativos de uma forma uniforme e eficaz em todo o Banco.

A Administração, através do Comité de Crédito da Gestão (CCG), o Comité de Activos e Passivos (ALCO), o Comité de Gestão do Risco Empresarial (CGRE) e o Comité de Gestão do Risco Operacional (CGRO), assegura que todas as directivas do Conselho de Administração relativa à gestão de riscos são implementadas.

## 28.2 Gestão de capital

### 28.2.1 Objectivos

O capital e reservas livres evidenciam o compromisso dos accionistas de assegurar a continuidade da actividade e a solvência do Banco. O risco de solvência é mensurado através do rácio de solvabilidade, que mensura a relação dos fundos próprios com a classificações de activos ponderados pelo risco.

De um modo geral, o Banco não pode assumir mais risco do que aquele que é capaz de suportar. Esta regra é posta em prática usando limites específicos para todos os tipos de riscos e um modelo de capacidade de assunção de riscos que estipula que o capital económico predefinido de nível 1 e de nível 2 deve estar disponível para cobrir perdas potenciais.

A gestão de capital do Banco tem os seguintes objectivos:

- garantir que o Banco tem o volume e qualidade de capital suficiente para fazer face a perdas potenciais decorrentes de diversos riscos, mesmo em circunstâncias extremas;
- respeitar integralmente os requisitos de capital externo;
- manter o nível mínimo de capital regulamentar;
- atender aos requisitos mínimos de solvabilidade definidos internamente;
- salvaguardar a capacidade do Banco de prosseguir as suas actividades para continuar a proporcionar retorno para os accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e
- permitir que o Banco implemente seus planos de crescimento contínuo ao mesmo tempo que segue a sua estratégia comercial.

### 28.2.2 Conformidade com os requisitos de capital externos e internos

O requisito externo de capital mínimo é imposto e monitorado pelo Banco de Moçambique, que exige a manutenção de um rácio de solvabilidade mínimo de 12%. Os accionistas definiram o requisito de capital mínimo interno e um rácio de solvabilidade mínimo de 20%.

A solvabilidade e a utilização dos fundos próprios regulamentares são monitoradas regularmente pela Administração do Banco, recorrendo a técnicas baseadas nas directrizes fixadas pelo Banco de Moçambique, para efeitos de supervisão. As informações exigidas são apresentadas mensalmente ao Banco de Moçambique. Durante o período de relato, o Banco cumpriu tanto os rácios de solvabilidade definidos pelo regulador como as normas mínimas definidas internamente.

Para assegurar que os objectivos referidos acima são atingidos a tempo inteiro, o Banco usa indicadores como o rácio de solvabilidade. Os fundos próprios regulamentares do Banco geridos pelo seu Departamento de Gestão do Risco são divididos em dois níveis:

- **fundos próprios do nível 1:** capital social (líquido do valor contabilístico de acções próprias), interesses minoritários decorrentes da consolidação de interesses no capital próprio permanente dos accionistas, resultados transitados e reservas criadas através da aplicação de resultados transitados; o valor contabilístico do goodwill é deduzido para calcular os fundos próprios do nível 1; e
- **fundos próprios do nível 2:** empréstimos subordinados elegíveis, provisões para imparidade colectiva e ganhos não realizados decorrentes da justa avaliação de instrumentos de capital próprio detidos para negociação.

Os investimentos em associadas são deduzidos aos fundos próprios do nível 1 e 2 para calcular os fundos próprios regulamentares.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados através de uma hierarquia de cinco ponderadores de risco, classificados de acordo com a natureza, de forma a reflectir uma estimativa do risco de mercado de crédito e outros riscos associados a cada activo e contraparte tendo em conta o colateral ou garantias elegíveis. Um tratamento semelhante é adoptado para a exposição extrapatrimonial, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

### 28.2.3 Cálculo do rácio de solvabilidade

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
Capital social	2,450,000	2,450,000
Reserva legal	321	-
Resultados transitados	(139,801)	(140,122)
Insuficiência de provisões	(300,503)	(159,913)
Activos intangíveis	(148,784)	(204,333)
<b>Capital nível 1</b>	<b>1,861,233</b>	<b>1,945,633</b>
0,0125% do Risco de crédito	1,024	706
<b>Capital nível 2</b>	<b>1,024</b>	<b>706</b>
<b>Total do capital regulamentar</b>	<b>1,862,258</b>	<b>1,946,339</b>
Risco de crédito	8,195,828	5,647,239
Risco de mercado	20,716	215,690
Risco operacional	103,457	1,825
<b>Total do risco de crédito</b>	<b>8,320,001</b>	<b>5,864,754</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>22%</b>	<b>33%</b>

## 28.3 Gestão do risco de crédito

No Access Bank, todos os colaboradores estão envolvidos na gestão do risco de crédito, cabendo ao Conselho de Administração a responsabilidade final. O Banco aplica o modelo das três linhas de defesa, que potencia a compreensão da gestão do risco de crédito e do controlo clarificando os papéis e deveres de cada um.

As três linhas de defesa incluem as unidades de negócio, que são a primeira linha de defesa, dado que capta novos clientes que devem ser filtrados de acordo com o mercado alvo e a apetência pelo risco do Banco. A segunda linha de defesa é a unidade de Gestão do Risco de Crédito, que é responsável por rever todos os pedidos comerciais de crédito. A unidade assegura que todos os riscos específicos do cliente e do mercado em aplicações são devidamente identificados e mitigados antes da aprovação.

A unidade assegura também que existe um processo contínuo de identificação, mensuração e mitigação do risco ao nível da carteira e ao nível dos créditos analisados individualmente. O Conselho de Administração, na sua qualidade de terceira linha de defesa, é responsável pela avaliação e revisão contínua das políticas, fixação e aprovação de limites de risco que funcionam como linha directora de todas as actividades do Banco. Desta forma, o processo de gestão do risco do Banco é robusto de forma a mitigar as ameaças impostas pelo sector, o mercado, o ambiente e, recentemente, o impacto negativo da COVID-19 ou outros eventos de risco na actividade Banco.

A Administração do Banco adoptou uma abordagem proactiva para proteger a sua carteira de crédito do impacto da COVID-19 nas demonstrações financeiras do Banco, analisando a extensão da pandemia nos diferentes sectores e subsectores da economia. Esta abordagem permitiu ao Banco compreender as dificuldades e potenciais perspectivas dos seus clientes. Foram tomadas medidas para aliviar o peso do reembolso de crédito para clientes e preservar a qualidade dos activos de risco do Banco, trabalhando dentro das orientações regulamentares. A unidade de Gestão do Risco tirou partido dos progressos e da inovação na área da tecnologia para automatizar a gestão do risco. Foram introduzidas recentemente ferramentas de crédito e análise para melhorar o processo decisório e o processo de monitoria do risco de crédito no Banco.

### 28.3.1 Principais políticas de crédito

De seguida, encontram-se algumas das principais políticas de crédito do Banco:

- **Política de gestão do risco de crédito:** o objectivo principal é permitir a maximização de retornos numa base ajustada pelo risco das exposições de risco de crédito da carteira bancária que recaem no âmbito da política de gestão do risco de crédito. São aplicados sistemas de gestão do risco de crédito robustos, que possibilitam a identificação e mensuração do risco, a criação de limites de exposição ao risco, a monitoria e controlo do risco e a divulgação do risco de crédito da carteira bancária.
- **Política de notação do risco de crédito:** o objectivo desta política é criar notação do risco do devedor (RRDs) e notação do risco do financiamento (RRFs), fiáveis e uniformes, para providenciar directrizes para notação de risco para as exposições de crédito de retalho e corporativo na carteira de crédito e de investimento do Banco.

### 28.3.2 Responsabilidades das unidades de negócio e gestão independente do risco de crédito

No Access Bank, as unidades de negócio e a gestão independente do risco de crédito têm responsabilidade conjunta pela exactidão global das notações de risco atribuídos às operações de crédito e aos clientes.

Os gestores de conta são responsáveis por atribuir os RRDs e os RRFs de acordo com a política aprovada. A gestão independente do risco de crédito valida as notações. Independentemente de quem atribui o rating de risco, a Gestão do Risco de Crédito é responsável por rever e garantir a correcção dos RRDs e RRFs atribuídos às operações de crédito e a clientes.

Esta revisão tem o objectivo de garantir a uniformização do processo de notação de risco do negócio na política de notação de risco do Banco; a aplicação adequada e contínua do processo e de ferramentas de notação do risco; revisão de dados de juízos de valor e dados qualitativos no processo de notação do risco; assegurar a pontualidade e abrangência das revisões de notação do risco; e garantir que a documentação do processo de notação do risco está completa e actualizada.

A Gestão do Risco de Crédito possui a decisão final caso exista alguma questão quanto a uma determinada notação.

### 28.3.3 O processo de crédito

O processo de crédito do Banco começa com o planeamento da carteira e identificação do mercado alvo que é aprovado pelo Conselho de Administração. Nos mercados alvo identificados, os créditos são iniciados pelos gestores de conta dos clientes. Os créditos propostos são sujeitos a revisão e aprovações pelos níveis relevantes de aprovação de crédito. Depois das devidas aprovações, os créditos são desembolsados a favor dos beneficiários.

A gestão dos créditos é executada tanto pelas equipas de gestores de conta de clientes como pela unidade de Gestão do Risco de Crédito do Banco. O processo aplica-se em todo o Banco.

Se uma análise preliminar de uma proposta de crédito de um gestor de conta indicar que é necessário um maior escrutínio, a mesma é analisada com mais pormenor pelo gestor de conta e posteriormente pela unidade de Gestão do Risco de Crédito. A análise da unidade de Gestão do Risco de Crédito é obrigatória para a prorrogação de créditos. Quando a proposta de crédito é aprovada pela unidade de Gestão do Risco de Crédito, é apresentada ao nível seguinte de aprovação apropriado com base na dimensão e na notação do risco dos financiamentos.

O processo base de avaliação do crédito baseia-se tanto em elementos quantitativos das demonstrações financeiras como numa variedade de factores qualitativos. São recolhidas informações sobre o cliente, bem como dados macroeconómicos pertinentes, tais como as perspectivas para o sector relevante. Estes factores são avaliados pelo analista e pelas pessoas envolvidas no processo de aprovação de crédito, apoiando-se não só em factores quantitativos mas também no conhecimento profundo da empresa em questão e da sua gestão.

### Escala de notação de risco e equivalência a notações externas

O Access Bank tem uma escala de notação de risco com 12 graus numéricos. A escala de notação de risco vai de 1 a 8. A notação 1 representa os melhores devedores e financiamentos, ao passo que a notação 8 representa os piores devedores e financiamentos. A escala de notação de risco incorpora subgraus e graus inteiros que reflectem padrões reais de migração de crédito.

O risco país (ou soberano) faz parte do risco de crédito global e é gerido como parte da função de gestão do risco de crédito, dado que tem um impacto substancial na capacidade de cumprimento das contrapartes individuais. A Administração gere de forma cuidada a sua exposição ao risco de crédito. As exposições a crédito decorrem principalmente de crédito a clientes, títulos de dívida e outras obrigações. Também há risco de crédito associado a acordos extrapatrimoniais, como compromissos de concessão de crédito. A equipa do risco do Banco revê regularmente as exposições ao risco e reporta ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração definiu e documentou uma política de crédito para o Banco que constitui a base das decisões de crédito. Esta política inclui um quadro de limites e delegação de poderes de aprovação de crédito que são rigorosamente cumpridos. Nenhum colaborador sozinho tem poderes para aprovar operações de crédito. A Comissão Executiva reporta ao Conselho de Administração e é responsável pela aprovação de decisões de crédito superiores aos limites da Direcção, recomendações sobre limites de exposição e políticas de imparidade. Existe também um Comité de Crédito do Conselho de Administração que aprova créditos superiores ao limite da Comissão Executiva.

O Banco adoptou políticas de imparidade que cumprem as directrizes prudenciais do Banco de Moçambique e a NIRF 9. As imparidades são apuradas mensalmente e sujeitas a revisão regular pela equipa do risco do Banco. Depois de uma operação de crédito ser aprovada, o Banco estabelece processos de monitoria da exposição ao risco com o objectivo de a manter dentro de níveis aceitáveis. Estes processos de gestão de riscos incluem:

- Controlo da documentação e do desembolso;
- Monitoria do reembolso atempado;
- Controlo e avaliação do colateral;
- Revisão do estado da exposição;
- Revisão anual de todas as operações, clientes, sectores, produtos, programas de crédito, etc.;
- Revisão mensal dos compromissos de clientes – análise do nível de depósitos e das demonstrações financeiras regulares do cliente e assegurar que o cliente está a cumprir todas as obrigações de acordo com os critérios e a documentação do financiamento.

### 28.3.4 Controlo dos limites de risco e políticas de mitigação do risco

O Banco gere, limita e controla as concentrações de risco de crédito relativas a contrapartes e bancos individuais e a sectores económicos. O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume, através da fixação de limites para o montante de risco aceite em relação a um cliente ou grupos de clientes e segmentos geográficos ou sectoriais. A monitoria dos riscos é feita de forma contínua e são sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, quando considerado necessário. Os limites do nível de risco de crédito por produto e sector são aprovados e revistos pelo Conselho de Administração de forma regular. A exposição ao risco de crédito também é gerida através de análise regular da capacidade de clientes e potenciais clientes cumprirem as suas obrigações de reembolso de capital e pagamento de juros e da alteração desses limites de concessão de crédito, quando apropriado. Algumas das medidas específicas de controlo e mitigação encontram-se descritas de seguida:

#### (i) Garantias

O Banco emprega uma variedade de políticas e práticas para mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias de crédito, que constitui uma prática comum. O Banco implementa directrizes quanto à aceitabilidade de determinadas classes de garantias para mitigação do risco de crédito.

Os principais tipos de garantias para crédito são:

- garantias em numerário;
- ónus sobre activos financiados;
- hipotecas sobre imóveis para fins residenciais e comerciais;
- ónus sobre activos comerciais, como instalações, inventário e contas a receber; e
- ónus sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

O crédito para empresas geralmente é garantido. Para minimizar as perdas de crédito, o Banco procura obter garantias adicionais das contrapartes logo que sejam identificados indicadores de imparidade no crédito individual relevante.

Os títulos de dívida, os bilhetes de tesouro e outras obrigações elegíveis geralmente não são garantidos.

#### (ii) Reconhecimento de sinais antecipadamente

A antecipação, detecção precoce e comunicação atempada de possíveis problemas são a chave para identificar e gerir com sucesso exposições problemáticas. O objectivo é reconhecer problemas/fraquezas enquanto existirem alternativas adequadas de acção. As responsabilidades individuais para monitorar a exposição ao risco são claramente definidas. Para antecipar problemas, o Banco coloca questões "E se...?" ao conduzir a iniciação de crédito. Na maioria das contas classificadas de problemáticas são gerados regularmente "Memorandos de crédito classificado". Estes relatórios contêm indicadores-chave de desempenho, incluindo os seguintes aspectos:

- obrigações vencidas;
- a documentação legal do cliente incompleta, se aplicável;
- a estratégia de recuperação de crédito ou desreconhecimento; e
- informações sobre a quantidade total de transacções e perda potencial por cliente, sector da indústria.

#### Classificação dos créditos:

A classificação de activos respeita as directrizes prudenciais. Há cinco categorias que indicam graus crescentes de potencial risco de perdas. O objectivo do processo de classificar os activos é estabelecer uma abordagem uniforme ao reconhecimento de problemas, classificação, medidas correctivas e criação de reservas para exposições a crédito que são geridas numa base estratégica.

O processo está desenhado para:

- identificar créditos problemáticos para análise e acção;
- categorizar problemas por gravidade do risco de perda real ou potencial; e
- comunicar créditos problemáticos à Administração para revisão e aprovação de acordo com a gravidade da classificação.

#### Definição de categorias de classificação

Os activos financeiros são segmentados em cinco classes de rating. A escala de rating do Banco, abaixo descrita, reflecte o intervalo de probabilidades de incumprimento definido para cada classe de rating. Significa, em princípio, que as exposições migram entre classes à medida que a avaliação da sua probabilidade de incumprimento se altera. As ferramentas de notação são revistas e actualizadas quando necessário e o Banco valida regularmente o desempenho da notação e a capacidade de detecção de eventos de incumprimento.

Categoria	Descrição
Crédito vivo	O crédito aparenta ser satisfatório.
Menção especial	O crédito aparenta ser satisfatório mas mostra potencial para debilidades inerentes que, se não forem tratadas, podem enfraquecer o activo ou as perspectivas de cobrança integral, por exemplo, quando a documentação é deficiente.
Crédito vencido	O crédito tem debilidades definidas que podem pôr em causa a liquidação da dívida, isto é, a capacidade de pagamento do cliente é duvidosa, inadequada ou superior a 90 dias mas inferior a 180 dias.
Crédito duvidoso	Créditos com as debilidades referidas acima e que se tenham degradado mais, na medida em que, mesmo que existam garantias, a recuperação integral não será possível, em mora superior a 180 dias mas inferior a 12 meses.
Crédito muito duvidoso	Créditos cuja cobrança é considerada impossível ou sem garantias realizáveis ou mora superior a 12 meses.

# Os teus aliados para pagamentos

Os Cartões de Débito do Access Bank, disponíveis para Clientes Individuais e Empresas, são ideais e fáceis de usar no teu dia-a-dia.

## Já tens o teu?



Para mais informações liga 800 724 724 ou envia um e-mail para [contactcenter.moz@accessbankplc.com](mailto:contactcenter.moz@accessbankplc.com).  
<https://mozambique.accessbankplc.com>



mais que um banco





# O Banco que se importa com o próximo

Através do Employee Volunteering juntamos Colaboradores de todos os nossos departamentos para uma série de acções anuais de responsabilidade social com vista a ajudar centros e instituições de caridade.

**Juntos podemos fazer a diferença para um mundo melhor. Ajuda quem precisa. Sê voluntário.**



## Imparidade/crédito em incumprimento e imparidade para perdas de crédito

O crédito em imparidade ou crédito em incumprimento deixa de gerar e contabilizar rendimentos. Estão nesta situação as seguintes categorias:

- créditos classificados como duvidoso ou muito duvidoso; e
- créditos classificados como vencido, quando o capital, juros ou outros tipos de pagamentos estiverem em mora há 90 dias ou mais.

## Gestão correctiva

A unidade de Gestão do Risco de Crédito efectua a monitoria das exposições vencidas com vista a maximizar as recuperações de crédito. Depois de uma conta ser classificada como crédito vencido ou duvidoso, deve ser gerida de acordo com um processo correctivo próprio. A responsabilidade por estas contas deve ser atribuída à unidade de Gestão do Risco de Crédito - unidade de recuperações. A função de resolução deve ser segregada da função de originação de crédito. Os recursos adicionais e o foco mais concentrado de um departamento especialista em recuperação normalmente melhora os resultados de cobrança.

A decisão de transferir créditos em incumprimento para a unidade de Gestão do Risco de Crédito - unidade de Recuperações deve ser tomada no Comité de Activos com Incidentes (CAC), que se reúne sob a presidência do administrador delegado ou do director financeiro. Os métodos de recuperação utilizados pelo Banco incluem:

- Contacto/ acompanhamento frequente com os devedores através de cartas e contactos pessoais para recuperação normal; contacto com o fiador se o crédito estiver coberto por uma garantia.
- O acordo de compromisso/negociação: a redução do incumprimento pode ser alcançada através de uma estratégia de compromisso entre o devedor e o Banco com o objectivo de minimizar a perda. A abordagem do Banco é recuperar o máximo possível do empréstimo vencido através da negociação e compensação. Os determinantes básicos dos acordos de compromisso são:
  - o reduzir o nível de crédito em incumprimento através da sua recuperação acelerada;
  - o melhorar a rentabilidade reduzindo o crédito em incumprimento; e
  - o reciclar os fundos recuperados em activos em cumprimento; a abordagem do Banco é de recuperar o máximo possível através de negociação e eliminar crédito problemático para limpar a carteira; as determinantes básicas de liquidações através de compromisso são as causas de incumprimento, a necessidade de um compromisso, o processo de compromisso, os modos de reembolso e o valor realizável do colateral / garantias.
- O penhor e compensação: o penhor pode ser exercido pelo Banco em todos os títulos que venham a ser detidos pelo Banco no decurso das negociações com o cliente. Se o Banco tiver em nome do mesmo devedor pode exercer o seu direito de compensação em relação ao endividamento do devedor;
- Cessão: trata-se da transferência de um crédito passível de exercício. Quando o Banco financia com base em garantias constituídas por apólices de seguros de vida, carteiras de dívida e facturas de fornecimentos a departamentos governamentais e o devedor entra em incumprimento, o Banco recupera a dívida reclamando-a à parte que é responsável por pagar o crédito passível de exercício através deste mecanismo extrajudicial. Um pré-aviso adequado deve ser dado pelo cedente ao devedor.

- A acção judicial: uma vez constatado que o devedor está a entrar em situação de incumprimento intencional, o Banco recorre aos procedimentos de recuperação legais adequados e cria sistemas e procedimentos adequados para garantir que a taxas do Banco são reconhecidas através de recursos legais; e

- A venda de garantias: sempre que existirem garantias disponíveis em caso de incumprimento por parte do devedor, o Banco dispõe de garantias cobradas a seu favor. Antes da venda, o Banco dá um aviso razoável aos devedores para reembolsar o crédito e pode vir a executar e vender as garantias detidas pelo Banco. O processo de venda deve ser em leilão público ou através de quaisquer procedimentos previstos na lei do país.

O quadro seguinte mostra o contributo do crédito de cada categoria para as correspondentes PCE.

Categoria	2022		2021	
	Montante	Contribuição no total do PCE	Montante	Contribuição no total do PCE
	(%)	(%)	(%)	(%)
Vivo	76%	25%	74%	31%
Menção especial	13%	37%	10%	37%
Vencido	1%	5%	7%	8%
Duvidoso	6%	17%	2%	8%
Muito duvidoso	4%	16%	7%	16%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 28.3.5 Garantias financeiras, compromissos de concessão de crédito e outras rubricas extrapatrimoniais

A finalidade primária destes instrumentos é garantir que os fundos são disponibilizados a clientes quando são necessários. As garantias e as cartas de crédito têm o mesmo risco de crédito que os créditos propriamente ditos.

Os créditos documentários e as cartas de crédito comerciais - que são compromissos escritos do Banco por conta de um cliente a autorizar um terceiro a sacar cheques sobre o Banco até um montante estipulado sujeito a determinados termos e condições - são garantidos pela expedição subjacente de bens a que dizem respeito e, por conseguinte, acarretam menos risco do que um crédito directo.

Os compromissos de concessão de crédito representam a parte não utilizada de autorizações de concessão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito.

A respeito do risco de crédito de compromissos de concessão de crédito, o Banco está potencialmente exposto a perdas de um montante igual ao total não utilizado dos compromissos. No entanto, o montante provável das perdas é menor do que o total não utilizado dos compromissos, dado que a maioria dos compromissos de concessão de crédito estão condicionados aos clientes manterem certos padrões de crédito.

O Banco acompanha os compromissos de concessão de crédito tendo em conta a maturidade dos mesmos uma vez que compromissos de longo prazo em geral têm um grau de risco de crédito maior do que os de curto prazo.

Categoria	2022		2021	
	Balanço	Contribuição no total da PCE	Balanço	Contribuição no total da PCE
	(%)	(%)	(%)	(%)
Garantias bancárias	79%	97%	49%	94%
Cartas de crédito	18%	3%	39%	0%
Compromisso de crédito	3%	0%	12%	6%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

## 28.3.6 Análise da exposição máxima a risco de crédito antes da obtenção de melhorias do risco de crédito

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>As exposições de risco de crédito relacionadas com a demonstração da posição patrimonial dos activos financeiros são as seguintes:</b>		
Caixa e disponibilidades	3,784,902	3,380,836
Activos financeiros	2,903,410	2,838,595
Aplicações em Instituições de Crédito	1,533,380	1,814,623
Crédito a clientes	<b>5,249,432</b>	<b>4,498,668</b>
Outros activos	1,715,116	582,967
	<b>15,186,240</b>	<b>13,115,689</b>
<b>As exposições de risco de crédito extra-patrimonial:</b>		
Garantias bancárias	1,106,155	561,745
Cartas de crédito	253,746	452,128
Compromissos de crédito	46,577	142,782
	<b>1,406,478</b>	<b>1,156,655</b>

O quadro acima representa o pior cenário de exposição a risco de crédito para o Banco à data de 31 Dezembro, sem ter em conta o justo valor de garantias detidas ou a obtenção de outras melhorias do risco de crédito associadas. Para os activos em balanço, as exposições indicadas acima baseiam-se no valor contabilístico de acordo com a demonstração da posição financeira.

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar uma exposição mínima ao crédito mínima resultante da carteira de crédito do Banco com base no seguinte:

- 76% da carteira de crédito é considerado não vencido nem afectado por imparidade (2021: 74%); e
- o Banco tem um processo de selecção rigoroso na concessão de crédito.

O quadro seguinte mostra a exposição máxima a risco de crédito por classe de activo financeiro. Mostra igualmente o total do justo valor das garantias, o eventual excesso de garantias (na medida em que o justo valor das garantias detidas é superior à exposição a que diz respeito) e a exposição a risco de crédito líquida.

31 Dezembro 2022		Justo valor do total da garantia					
Tipo de colateral ou fortalecimento do crédito	Exposição máxima ao risco de crédito	Caixa	Garantias e Letras de crédito	Imóveis	Outros	Total de garantias	Exposição líquida
<b>Balanço:</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5,318,282	-	-	-	-	-	5,318,282
Aplicações em instituições de crédito	5,318,282	-	-	-	-	-	5,318,282
Activos financeiros	2,908,613	-	-	-	-	-	2,908,613
- Obrigações do tesouro	415,826	-	-	-	-	-	415,826
- Bilhetes do tesouro	1,376,568	-	-	-	-	-	1,376,568
- Eurobonds	1,078,924	-	-	-	-	-	1,078,924
- Investimentos não cotados	37,295	-	-	-	-	-	37,295
Crédito a clientes	5,610,973	253,226	-	2,430,028	1,639,765	4,323,019	1,287,954
- Empresas	1,735,636	168,159	-	886,705	1,423,109	2,477,973	(742,337)
- PME	418,005	52,567	-	876,037	166,176	1,094,780	(676,775)
- Retalho	3,457,332	32,500	-	667,286	50,480	750,266	2,707,066
<b>Total do balanço</b>	<b>13,837,868</b>	<b>253,226</b>	<b>-</b>	<b>2,430,028</b>	<b>1,639,765</b>	<b>4,323,019</b>	<b>9,514,849</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>							
Garantias	1,106,155	391,924	-	1,653,920	85,928	2,131,772	(1,025,617)
Cartas de crédito	253,746	-	-	-	154,821	154,821	98,925
Compromissos de crédito	46,577	-	-	-	-	-	46,577
<b>Total extrapatrimoniais</b>	<b>1,406,478</b>	<b>391,924</b>	<b>-</b>	<b>1,653,920</b>	<b>240,749</b>	<b>2,286,593</b>	<b>(880,115)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15,244,346</b>	<b>645,150</b>	<b>-</b>	<b>4,083,948</b>	<b>1,880,514</b>	<b>6,609,612</b>	<b>8,634,734</b>

31 Dezembro 2021		Justo valor do total da garantia					
Tipo de colateral ou fortalecimento do crédito	Exposição máxima ao risco de crédito	Caixa	Garantias e Letras de crédito	Imóveis	Outros	Total de garantias	Exposição líquida
<b>Balanço:</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5,195,459	-	-	-	-	-	5,195,459
Aplicações em instituições de crédito	5,195,459	-	-	-	-	-	5,195,459
Activos financeiros	2,848,298	-	-	-	-	-	2,848,298
- Obrigações do tesouro	349,550	-	-	-	-	-	349,550
- Bilhetes do tesouro	1,730,584	-	-	-	-	-	1,730,584
- Eurobonds	730,869	-	-	-	-	-	730,869
- Investimentos não cotados	37,295	-	-	-	-	-	37,295
Crédito a clientes	5,110,130	94,533	-	3,649,791	2,589,523	6,333,847	(1,223,717)
- Empresas	1,649,948	50,000	-	1,176,308	2,287,232	3,513,540	(1,863,592)
- PME	772,924	37,033	-	1,397,208	270,941	1,705,182	(932,258)
- Retalho	2,687,258	7,500	-	1,076,275	31,350	1,115,125	1,572,133
<b>Total do balanço</b>	<b>13,153,887</b>	<b>94,533</b>	<b>-</b>	<b>3,649,791</b>	<b>2,589,523</b>	<b>6,333,847</b>	<b>6,820,040</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>							
Garantias	561,745	474,082	-	206,223	-	680,305	(118,560)
Cartas de crédito	452,128	-	-	1,647,817	-	1,647,817	(1,195,689)
Compromissos de crédito	142,782	-	-	-	-	-	142,782
<b>Total extrapatrimoniais</b>	<b>1,156,655</b>	<b>474,082</b>	<b>-</b>	<b>1,854,040</b>	<b>-</b>	<b>2,328,122</b>	<b>(1,171,467)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14,310,542</b>	<b>568,615</b>	<b>-</b>	<b>5,503,831</b>	<b>2,589,523</b>	<b>8,661,969</b>	<b>5,648,573</b>

### 28.3.7 Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (PCE)

#### Aumento significativo do risco de crédito

Quando determina se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e fundamentáveis relevantes e disponíveis sem custos ou esforços desproporcionados, que inclui tanto informações como análises quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica e na avaliação do crédito por peritos do Banco, incluindo informações prospectivas.

O objectivo desta avaliação é identificar se houve um aumento significativo do risco de crédito para uma exposição comparando:

- a probabilidade de incumprimento (PD) para a vida útil remanescente à data de relato; com
- a PD para a vida útil remanescente para este ponto no tempo que foi estimada no momento do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, quando relevante, em função de alterações das expectativas de reembolso antecipado).

#### O Banco usa três critérios para determinar se se verificou um aumento significativo do risco de crédito:

- um teste quantitativo baseado no movimento da PD;
- indicadores qualitativos; e
- uma barreira de 30 dias de mora.

#### Graus de risco de crédito

O O Banco afecta cada exposição a um grau de risco de crédito com base numa variedade de dados, que são determinados para prevenir o risco de incumprimento e na análise histórica do mesmo. Os graus de risco de crédito são definidos usando indicadores quantificáveis do risco de incumprimento.

Estes indicadores variam em função da natureza da exposição e do tipo do cliente. Os graus de risco de crédito são definidos e calibrados de forma a que o risco de crédito piora exponencialmente quando se verifica um aumento do risco de incumprimento. Por exemplo, a diferença no risco de incumprimento entre graus de risco de crédito "vivo" e "menção especial" é menor do que a diferença entre graus de risco de crédito "menção especial" e "vencido".

Cada exposição é alocada a um grau de risco no reconhecimento inicial com base em informações disponíveis sobre o cliente. As exposições são sujeitas a monitoria permanente que pode levar a que uma exposição seja transferida para um grau de risco de crédito diferente.

#### Escala de rating de risco e equivalência a ratings externos

O Access Bank tem uma escala de rating de risco com 12 graus numéricos. A escala de rating de risco vai de 1 a 8. O rating 1 representa os melhores devedores e financiamentos, ao passo que o rating 8 representa os piores devedores e financiamentos. A escala de rating de risco incorpora subgraus e graus inteiros que reflectem padrões de migração de crédito realistas. A escala de rating de risco e a equivalência a ratings externos é discriminada abaixo:

Rating externo equivalente	Grau	Rating de risco
AAA	Investimento	1
AA	Investimento	2+
A	Investimento	2
BBB	Investimento	2-
BB+	Standard	3+
BPME	Standard	3
BB-	Standard	3-
B	Sem grau de investimento	4
B-	Sem grau de investimento	5
CCC	Sem grau de investimento	6
C	Sem grau de investimento	7
D	Sem grau de investimento	8

#### Determinar um aumento significativo do risco de crédito

O Banco avalia se houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial em cada data de relato. Determinar se um aumento do risco de crédito é significativo depende das características do instrumento financeiro, do cliente e do tipo de carteira. Também se pode considerar que o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial com base em factores qualitativos ligados a processos de gestão do risco de crédito do Banco que podem, de outro modo, não estar plenamente reflectidos atempadamente na sua análise quantitativa. Será o caso de exposições que preenchem determinados critérios de risco acrescido, como fazerem parte de uma lista de vigilância. Estes factores qualitativos baseiam-se na sua apreciação especializada e em experiência histórica relevante.

Como barreira, o Banco considera que se verifica um aumento significativo do risco de crédito o mais tardar quando um activo fica em mora há mais de 30 dias. Os dias de mora são calculados contando o número de dias decorridos desde a dívida que se venceu primeiro até à data em que o pagamento integral não foi recebido. As datas de vencimento são determinadas sem considerar eventuais períodos de carência de que o cliente possa beneficiar.

Se houver sinais de que deixou de haver um aumento significativo do risco de crédito relativamente ao reconhecimento inicial, a imparidade do instrumento volta a ser mensurada tendo em conta os 12 meses. Alguns indicadores qualitativos de um aumento do risco de crédito, como incidentes ou reestruturações, podem indicar um risco de incumprimento acrescido que persiste depois de o próprio indicador ter deixado de existir. Nestes casos, o Banco determina um período probatório durante o qual activo financeiro tem de mostrar bom desempenho para dar provas de que o seu risco de crédito decresceu.

#### O Banco acompanha a eficácia dos critérios utilizados para identificar aumentos significativos do risco de crédito através de revisões regulares com o objectivo de confirmar que:

- os critérios conseguem identificar aumentos significativos do risco de crédito antes de uma exposição entrar em incumprimento;
- os critérios não estão alinhados em função do ponto no tempo em que um activo fica com 30 dias de mora;
- o tempo médio entre a identificação de um aumento significativo do risco de crédito e o incumprimento parece ser razoável;

- em geral, as exposições não são transferidas directamente da mensuração das PCE para 12 meses para crédito com imparidade; e

- não existe nenhuma volatilidade indesejada nas provisões para perdas de transferências entre a PD para 12 meses (estágio 1) e a PD até à maturidade (estágio 2).

### Definição de incumprimento

O Banco considera que uma exposição está em incumprimento quando:

- é improvável que o cliente pague integralmente as suas obrigações creditícias ao Banco, sem recurso a actos como execução de garantias (se as tiver);
- o cliente está em mora há mais de 90 dias, os descobertos são considerados em mora quando o cliente viola um limite comunicado ou lhe é comunicado um limite menor do que o montante em dívida nesse momento; ou
- é provável que o cliente reestruture o activo em consequência de falência ou devido à sua incapacidade de pagar as suas obrigações creditícias.

Com o objectivo de avaliar se o cliente está em incumprimento, o Banco considera os seguintes indicadores:

- qualitativos: por exemplo, violações de compromissos;
- quantitativos: por exemplo, mora ou falta de pagamento de outra obrigação do mesmo cliente perante o Banco; e
- dados desenvolvidos internamente e obtidos de fontes externas.

Os dados usados na avaliação do potencial incumprimento do instrumento financeiro podem variar ao longo do tempo para reflectir alterações das circunstâncias. A definição de incumprimento aplicada pelo Banco está, em grande parte, alinhada para efeitos do cálculo dos fundos próprios regulamentares.

### Incorporação de informação prospectiva

O Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração das PCE. Periodicamente, o Banco realiza testes de esforço de choques mais extremos para calibrar o apuramento de cenários optimistas e pessimistas que sejam representativos. Periodicamente, são realizados testes de esforço da carteira / segmento de crédito para prever vulnerabilidades decorrentes de condições adversas e iniciar atempadamente o devido dimensionamento e planos de mitigação. Adicionalmente, os reguladores determinam a realização de testes de esforço que abrangem para avaliar a capacidade do Banco continuar a cumprir os seus requisitos de fundos próprios durante um choque adverso plausível na sua actividade.

### Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um crédito podem ser modificados por vários motivos, incluindo alterações das condições de mercado, retenção de cliente e outros factores não relacionados com uma deterioração do crédito do cliente real ou potencial. Um crédito existente cujos termos tenham sido modificados pode ser desreconhecido e renegociado como um novo crédito ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita acima.

Quando os termos de um activo financeiro forem modificados e a modificação não levar ao desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD para a vida útil remanescente na data de relato com base nos termos modificados com a PD para a vida útil remanescente estimada com base em dados no reconhecimento inicial e os termos contratuais originais.

Quando uma modificação se traduz no desreconhecimento, um crédito novo é reconhecido e classificado no estágio 1 (assumindo que não está em imparidade de crédito nessa altura). O Banco renegocia créditos de clientes em dificuldades financeiras (designado como "actividades de reestruturação") para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. Nos termos da política de reestruturação do Banco, a reestruturação de crédito é concedida numa base selectiva se o devedor estiver na altura em incumprimento da sua dívida ou se houver um risco significativo de incumprimento, se houver sinais de que o devedor desenvolveu todos os esforços razoáveis para pagar de acordo com os termos contratuais originais e se esperar que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos usualmente incluem a prorrogação do vencimento, alteração da calendarização dos pagamentos de juros e alteração dos termos dos compromissos associados ao crédito. Tanto o crédito de retalho como o corporativo está sujeito a actividades de reestruturação. Para activos financeiros modificados como parte da política de reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte se a modificação melhorou ou restaurou a capacidade do Banco de recolher juros e capital e a experiência anterior do Banco quanto a actos de reestruturação semelhantes. Como parte deste processo, o Banco avalia o desempenho de pagamento do cliente à luz dos termos contratuais modificados e considera vários indicadores comportamentais. Geralmente, a reestruturação é um indicador qualitativo de um aumento significativo do risco de crédito e a expectativa de uma reestruturação pode constituir um sinal de que uma exposição está em imparidade de crédito. O cliente tem de demonstrar uniformemente um bom comportamento de pagamento durante algum tempo antes de a exposição deixar de ser considerada em imparidade de crédito/em incumprimento ou se considerar que a PD se reduziu de tal forma que a imparidade volta a ser mensurada a um montante igual ao do estágio 1.

### Mensuração de PCE

Os principais dados utilizados na mensuração de PCE são a estrutura temporal das seguintes variáveis:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição em incumprimento (EAD).

As PCE para exposições do estágio 1 são calculadas multiplicando a PD para 12 meses pela LGD e pela EAD. As PCE para a vida útil do activo (estágio 2) são calculadas multiplicando a PD para a vida útil pela LGD e pela EAD. Os graus de risco de crédito são um dado primário da determinação da estrutura temporal da PD das exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e incumprimento sobre as suas exposições a risco de crédito, analisadas por tipo de produto e cliente bem como por grau de risco de crédito. Para algumas carteiras, também são usadas informações compradas a agências de referência externas de informações de crédito. O Banco emprega modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos calculando estimativas da PD para a vida útil remanescente das exposições e a probabilidade das mesmas alterarem tendo em conta o efeito temporal.

A LGD corresponde à magnitude das perdas prováveis no caso de incumprimento. O Banco estima parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação de créditos relativamente a contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram a estrutura, as garantias, a maturidade do crédito, o sector da contraparte e os custos de recuperação de garantias que sejam parte integrante dos activos financeiros. Para o crédito hipotecário, os rácios entre o valor do empréstimo e o valor do activo dado em garantia (loan-to-value ou "LTV") são um parâmetro crucial para determinar a LGD.

As estimativas da LGD são recalibradas para diferentes cenários económicos e, para o crédito hipotecário, para reflectir eventuais alterações dos preços dos imóveis. São calculadas numa base de fluxos de caixa descontados usando a taxa de juro efectiva como factor de desconto.

A EAD representa a exposição esperada em caso de incumprimento. O Banco calcula a EAD com base na exposição actual da contraparte e potenciais alterações compromisso de crédito contratado e decorrente de amortizações. A EAD de um activo financeiro corresponde à sua quantia escriturada bruta no momento do incumprimento. Para compromissos de concessão de crédito, a EAD representa o montante da exposição garantida quando a garantia financeira se torna devida.

Conforme descrito acima, tendo em conta o uso dos 12 meses de PD para activos financeiros do estágio 1, o Banco mensura as PCE considerando o risco de incumprimento durante o prazo contratual máximo (incluindo eventuais opções de prorrogação do crédito) durante o qual está exposto a risco de crédito, mesmo que, para efeitos de gestão do risco de crédito o Banco considere um prazo mais longo. O prazo contratual máximo estende-se até à data em que o Banco tem o direito de requerer o reembolso de um crédito ou pôr termos a um compromisso de concessão de crédito ou a uma garantia.

No entanto, para descobertos bancários que incluem tanto uma componente de empréstimo como uma componente de linha de crédito não utilizada, o Banco mensura as PCE durante um prazo mais extenso que o prazo contratual máximo, se a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar a linha de crédito não utilizada não limitar a exposição do Banco a perdas de crédito ao prazo contratual de pré-aviso. Estas linhas não têm um prazo fixo nem uma estrutura de reembolso fixa e são geridas em base colectiva. O Banco pode cancelá-las com efeitos imediatos, mas este direito contratual não é exercido na gestão normal do dia a dia, mas apenas quando o Banco toma conhecimento de um aumento do risco de crédito ao nível da linha. Este prazo mais longo é estimado considerando os actos de gestão do risco de crédito que o Banco espera praticar e serve para mitigar as PCE. Incluem uma redução dos limites, cancelamento da linha e/ou conversão do saldo em dívida num empréstimo com termos de reembolso fixos.

Quando a modelação de um parâmetro é executada em base colectiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco partilhadas que incluem:

- o tipo de instrumento;
- o grau de risco de crédito;
- o tipo de garantias;
- o LTV para credor hipotecário;
- a data de reconhecimento;
- o prazo remanescente até ao vencimento;
- o sector de actividade; e
- a localização geográfica do cliente.

O crédito é objecto de revisão regular para garantir que as exposições dentro de um determinado grupo se mantêm devidamente homogéneas. Para carteiras para as quais o Banco tenha dados históricos limitados, usam-se informações de referência externas para complementar os dados disponíveis internamente. O cálculo da imparidade é efectuado com base num modelo que combina as directrizes das provisões regulamentares do Banco de Moçambique e a política de imparidade para perdas de crédito das NIRF.

Banco de Moçambique - directrizes prudenciais: logo que um crédito seja identificado como crédito com incidentes, devem ser criadas provisões adequadas para perdas de crédito de acordo com os requisitos das directrizes prudenciais e a política de crédito do Banco conforme descrito seguidamente. Para créditos classificados como vencidos, duvidosos ou muito duvidosos: os juros em mora há mais de 90 dias devem ser suspensos e reconhecidos apenas numa base de caixa. Os reembolsos de capital em mora há mais de 90 dias devem ser provisionados e reconhecidos apenas numa base de caixa. Para reembolsos de capital de crédito em incumprimento ainda não devidos, a provisão deve ser efectuada de acordo com o modelo da NIRF 9 adoptado.

Política de imparidade para perdas de crédito da NIRF 9: o Banco deve avaliar em base prospectiva as perdas de crédito esperadas (PCE) associadas aos seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado, à exposição decorrente de compromissos de concessão de crédito e aos contratos de garantias financeiras. Nos termos da abordagem geral, em cada data de relato, o Banco deve reconhecer uma imparidade baseadas nas PCE para 12 meses ou nas PCE para a vida útil, dependendo se houve um aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. As alterações do saldo da imparidade devem ser reconhecidas em resultados como um ganho ou perda de imparidade. O montante de PCE reconhecido como uma provisão ou reserva para perdas depende da extensão da deterioração do crédito desde o reconhecimento inicial.

Nos termos da abordagem geral, há duas bases de mensuração:

- PCE para 12 meses (estágio 1), que se aplica a todos os itens (desde o reconhecimento inicial) enquanto não ocorre um aumento significativo do risco de crédito; e
- PCE para a vida útil (estágio 2 e 3), que se aplica quando se verifica um aumento significativo do risco de crédito.

## Qualidade do crédito por classe de notação de risco

### Crédito sobre clientes de retalho

2022		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
Nível	Avaliação de risco	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
Investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2+	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Standard	3+	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Standard	3	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Standard	3-	2,789,275	110,761	-	2,900,036	10,047	15,833	-	25,880	2,874,156
Sem grau de investimento	4	134,271	450,329	-	584,600	831	(6,712)	-	(5,881)	590,481
Sem grau de investimento	5	-	34,505	356,196	390,701	-	23,371	160,455	183,826	206,875
Sem grau de investimento	6	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sem grau de investimento	7	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sem grau de investimento	8	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>Valor contabilístico</b>		<b>2,923,546</b>	<b>595,595</b>	<b>356,196</b>	<b>3,875,337</b>	<b>10,878</b>	<b>32,492</b>	<b>160,455</b>	<b>203,825</b>	<b>3,671,513</b>

2021		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
Nível	Avaliação de risco	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
Investimento	1	386,930	24	-	386,955	9,367	-	-	9,367	377,588
Investimento	2+	430,577	4,800	-	435,377	15,660	-	-	15,660	419,718
Investimento	2	151,327	-	-	151,327	8,323	-	-	8,323	143,004
Investimento	2-	175,188	-	-	175,188	6,592	-	-	6,592	168,596
Standard	3+	233,624	863	-	234,487	6,070	312	-	6,382	228,106
Standard	3	593,057	5,544	-	598,601	32,863	1,516	-	34,379	564,222
Standard	3-	676,740	4,933	2	681,674	22,352	1,661	1	24,014	657,660
Sem grau de investimento	4	106,620	203,103	-	309,723	6,767	47,309	-	54,076	255,647
Sem grau de investimento	5	-	32,821	-	32,821	-	10,856	-	10,856	21,965
Sem grau de investimento	6	-	12,177	106,401	118,577	-	4,662	37,469	42,131	76,447
Sem grau de investimento	7	-	20,880	85,475	106,355	-	8,109	39,133	47,242	59,113
Sem grau de investimento	8	-	12,735	216,361	229,096	-	4,877	44,214	49,091	180,004
<b>Valor contabilístico</b>		<b>2,754,063</b>	<b>297,880</b>	<b>408,239</b>	<b>3,460,181</b>	<b>107,994</b>	<b>79,302</b>	<b>120,817</b>	<b>308,113</b>	<b>3,152,070</b>

### Crédito sobre clientes corporativos

2022		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
Nível	Avaliação de risco	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
Investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2+	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Standard	3+	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Standard	3	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Standard	3-	1,242,220	53,869	-	1,296,089	21,757	9	-	21,766	1,274,323
Sem grau de investimento	4	-	154,369	-	154,369	-	116,287	-	116,287	38,082
Sem grau de investimento	5	-	-	285,178	285,178	-	-	19,664	19,664	265,514
Sem grau de investimento	6	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sem grau de investimento	7	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sem grau de investimento	8	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>Valor contabilístico</b>		<b>1,242,220</b>	<b>208,238</b>	<b>285,178</b>	<b>1,735,636</b>	<b>21,757</b>	<b>116,296</b>	<b>19,664</b>	<b>157,717</b>	<b>1,577,919</b>

2021		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
Nível	Avaliação de risco	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
Investimento	1	279,644	-	-	279,644	9	-	-	9	279,635
Investimento	2+	56,084	-	-	56,084	61	-	-	61	56,023
Investimento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Investimento	2-	37,087	-	-	37,087	4	-	-	4	37,082
Standard	3+	223,064	-	-	223,064	57,191	-	-	57,191	165,873
Standard	3	142,555	-	-	142,555	1,622	-	-	1,622	140,933
Standard	3-	50,979	-	-	50,979	57	-	-	57	50,923
Sem grau de investimento	4	-	271,867	-	271,867	-	160,762	-	160,762	111,105
Sem grau de investimento	5	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sem grau de investimento	6	-	-	265,552	265,552	-	-	7,917	7,917	257,635
Sem grau de investimento	7	-	-	200,313	200,313	-	-	30,626	30,626	169,687
Sem grau de investimento	8	-	-	122,804	122,804	-	-	45,100	45,100	77,702
<b>Valor contabilístico</b>		<b>789,413</b>	<b>271,867</b>	<b>588,669</b>	<b>1,649,949</b>	<b>58,944</b>	<b>160,762</b>	<b>83,643</b>	<b>303,349</b>	<b>1,346,598</b>

## INTERNET BANKING

# Mais simples e cómodo

Um Banco com as soluções que precisa. Através do Internet Banking Corporate, pode realizar operações bancárias com segurança e comodidade, bem como garantir um maior controlo e organização para o seu negócio.

- / Consultas de saldo
- / Consultas e simulador de câmbios
- / Pagamento de Seguros (Hollard e Moçambique Companhia de Seguros)
- / Solicitação de Cheques
- / Transferências em tempo real
- / Gestão de Utilizadores



Caso ainda não tenha este serviço, contacte o seu gestor, dirija-se à agência mais próxima de si e subscreva-o gratuitamente.

Para mais informações ligue 800 724 724 ou envie um e-mail para: [contactcenter.moz@accessbankplc.com](mailto:contactcenter.moz@accessbankplc.com).  
<https://mozambique.accessbankplc.com>



mais que um banco

### 28.3.8 Concentração de riscos de activos financeiros com exposição a risco de crédito

#### a) Sectores geográficos

Todos os créditos concedidos encontram-se em Moçambique.

in '000 MZN	SADC	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2,647,436	1,137,466	3,784,902
Aplicações em Instituições de crédito	1,141,337	392,043	1,533,380
Investimento em títulos	1,824,486	1,078,924	2,903,410
Crédito a clientes	5,249,432	-	5,249,432
Outros activos	1,715,116	-	1,715,116
<b>Total do Balanço</b>	<b>12,577,806</b>	<b>2,608,433</b>	<b>15,186,239</b>
Compressimos de crédito	1,406,478	-	1,406,478
<b>Em 31 Dezembro 2022</b>	<b>13,984,284</b>	<b>2,608,433</b>	<b>16,592,717</b>

in '000 MZN	SADC	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3,380,836	-	3,380,836
Aplicações em Instituições de crédito	1,431,643	382,980	1,814,623
Investimento em títulos	2,107,726	730,869	2,838,595
Crédito a clientes:	4,498,668	-	4,498,668
Outros activos	582,967	-	582,967
<b>Total do Balanço</b>	<b>12,001,840</b>	<b>1,113,849</b>	<b>13,115,689</b>
Compressimos de crédito	1,013,872	-	1,013,872
<b>Em 31 Dezembro 2021</b>	<b>13,015,712</b>	<b>1,113,849</b>	<b>14,129,561</b>

#### b) Sectores de actividade

Sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2022:

	Instituições Financeiras	Comércio	Indústria	Governo	Minas e construção	Outros serviços	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3,784,902	-	-	-	-	-	3,784,902
Aplicações em Instituições de Crédito	1,533,380	-	-	-	-	-	1,533,380
Activos financeiros	-	-	-	2,903,410	-	-	2,903,410
Crédito a clientes	627,569	270,727	-	-	64,971	4,286,165	5,249,432
Outros activos	-	-	-	-	-	1,715,116	1,715,116
<b>Balanço</b>	<b>5,945,851</b>	<b>270,727</b>	<b>-</b>	<b>2,903,410</b>	<b>64,971</b>	<b>6,001,281</b>	<b>15,186,240</b>
Compromissos de crédito	54,290	586,961	-	-	706,897	58,330	1,406,478
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>6,000,141</b>	<b>857,688</b>	<b>-</b>	<b>2,903,410</b>	<b>771,868</b>	<b>6,198,589</b>	<b>16,592,718</b>

## Sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2021:

	Instituições Financeiras	Comércio	Indústria	Governo	Minas e construção	Outros serviços	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3,380,836	-	-	-	-	-	3,380,836
Aplicações em Instituições de Crédito	1,814,623	-	-	-	-	-	1,814,623
Activos financeiros	-	-	-	2,801,300	-	37,295	2,838,595
Crédito a clientes	174,274	545,522	402,607	-	129,997	3,246,268	4,498,668
Outros activos	-	-	-	-	-	582,966	582,967
<b>Balanço</b>	<b>5,369,733</b>	<b>545,522</b>	<b>402,607</b>	<b>2,801,300</b>	<b>129,997</b>	<b>3,866,529</b>	<b>13,115,688</b>
Compromissos de crédito	180,447	349,539	-	-	477,205	6,682	1,013,873
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>5,550,180</b>	<b>895,061</b>	<b>402,607</b>	<b>2,801,300</b>	<b>607,202</b>	<b>3,873,211</b>	<b>14,129,561</b>

### 28.3.9 Aquisição de bens dados em garantia

Durante o exercício, o Banco obteve os seguintes activos dados em garantia:

	2022	2021
<b>Natureza do activo:</b>		
Propriedades	160,487	84,329
<b>Valor contabilístico</b>	<b>160,487</b>	<b>84,329</b>

A política do Banco é a de realizar as garantias atempadamente e de forma ordeira. O Banco geralmente não usa garantias numa moeda diferente das suas operações. Os bens adquiridos ao abrigo de garantias são vendidos assim que possível e o produto da venda é utilizado para reduzir a quantia em dívida. Os bens dados em garantia são moderadamente líquidos e com um mercado facilmente disponível. O Banco normalmente recupera 100% da quantia escriturada de cada bem.

### 28.3.10 Análise da qualidade do crédito

#### (i) Garantias financeiras, compromissos de concessão de crédito e outras rubricas extrapatrimoniais

O quadro seguinte apresenta a análise do crédito para compromissos de concessão de crédito, garantias financeiras e outras rubricas extrapatrimoniais. Os montantes que constam do quadro representam os montantes objecto de compromisso ou garantidos, respectivamente.

#### Concentração significativa de risco de crédito a 31 de Dezembro de 2022

	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	Total
Garantias	1,106,155	-	-	1,106,155
Compromissos de crédito	46,577	-	-	46,577
Cartas de Crédito	253,746	-	-	253,746
<b>Total</b>	<b>1,406,478</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,406,478</b>

#### Concentração significativa de risco de crédito a 31 de Dezembro de 2021

	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			Total
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	
Garantias	561,745	-	-	561,745
Compromissos de crédito	142,782	-	-	142,782
Cartas de Crédito	452,128	-	-	452,128
<b>Total</b>	<b>1,156,655</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,156,655</b>

#### (ii) Crédito

O quadro seguinte mostra a decomposição do crédito sobre clientes e sobre bancos com base na classificação anterior:

2022	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	Total
31-Dez-22				
Banca corporativa	1,242,220	208,237	285,178	1,735,636
Banca comercial	225,010	64,768	128,227	418,005
Banca do retalho	2,698,537	530,827	227,969	3,457,332
<b>Total</b>	<b>4,165,767</b>	<b>803,832</b>	<b>641,374</b>	<b>5,610,973</b>

2021	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	Total
31-Dez-21				
Banca corporativa	789,412	271,867	588,668	1,649,947
Banca comercial	450,434	99,698	222,792	772,924
Banca do retalho	2,303,631	198,182	185,446	2,687,259
<b>Total</b>	<b>3,543,477</b>	<b>569,747</b>	<b>996,906</b>	<b>5,110,130</b>

## 28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de o Banco ser incapaz de obter o financiamento necessário, de contrair empréstimos a taxas de juros ou prazos de vencimento favoráveis, ou de vender activos em tempo oportuno e a um preço razoável e de não conseguir vender activos num contexto de tensão do mercado sem incorrer em perdas significativas.

O Banco desenvolveu a gestão de liquidez com base num modelo estatístico assente em premissas conservadoras sobre entradas de fundos e liquidez de passivos. Além disso, foram realizados testes de esforço de liquidez assumindo cenários extremos de levantamentos. Estes testes de esforço especificam requisitos de liquidez adicionais a serem cumpridos através da detenção de activos líquidos.

A liquidez do Banco manteve-se uniforme e substancialmente acima do rácio de liquidez mínimo e dos requisitos dos seus testes de esforço. As actividades globais da gestão do risco de liquidez estão centralizadas na Tesouraria do Banco.

A Administração considera que uma abordagem centralizada à gestão do risco de liquidez possibilita uma melhoria na capacidade do Banco monitorar as necessidades de liquidez, maximiza o acesso a fontes de financiamento, minimiza os custos de financiamento e facilita respostas atempadas a eventos de liquidez.

O Conselho de Administração aprova a política de liquidez e o plano de financiamento de contingência do Banco, que inclui o estabelecimento de níveis de tolerância ao risco de liquidez.

O Comité de Activos e Passivos (ALCO) do Banco, em conjunto com o Conselho de Administração e as suas comissões, monitora a posição de liquidez e revê o impacto de decisões estratégicas sobre a liquidez.

As posições de liquidez são mensuradas calculando o diferencial de liquidez líquido do Banco e comparando rácios e com objectivos definidos de acordo com o manual de gestão do risco de liquidez.

### 28.4.1 Supervisão pelo Conselho de Administração

Cabe primordialmente ao Conselho de Administração compreender o perfil de risco de liquidez do Banco e as ferramentas utilizadas para gerir o risco de liquidez.

### 28.4.2 Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão activa de liquidez só é possível com a existência de supervisão apropriada. O processo de supervisão foca-se em carteiras de financiamento, no balanço projectado e em indicadores gerais; quando relevante, informações e dados são comparados com os limites que tenham sido estabelecidos.

A Tesouraria do Banco é responsável por manter liquidez suficiente e um rácio suficientemente elevado de activos líquidos e financiamento disponível para passivos de curto prazo. A medida de liquidez garantida é calculada e monitorizada pela Gestão do Risco. O aumento de levantamentos de fundos de curto prazo é monitorado através de mensurações da base de depósito do Banco. O risco de liquidez é reportado trimestralmente ao Conselho de Administração.

O plano de liquidez e financiamento inclui indicadores de alerta rápido de risco de liquidez para auxiliar na identificação imediata do risco de liquidez no Banco. Os principais indicadores adoptados para identificação do risco de liquidez são:

- rápido crescimento de activos, financiado por grandes depósitos voláteis;
- concentrações em activos ou passivos;
- deterioração da qualidade da carteira de crédito;
- tendência negativa ou aumento do risco em qualquer unidade de negócios ou linha de produtos;

- declínio no desempenho de ganhos ou projecções;
- existência de exposições extrapatrimoniais significativas; e
- deterioração da avaliação do Banco por parte de terceiros.

#### a) Mensuração do risco de liquidez

O Access Bank adoptou abordagens qualitativas e quantitativas para mensurar o risco de liquidez. Especificamente, o Banco adoptou as seguintes abordagens:

- criação de um plano de financiamento e liquidez;
- análise de diferenciais; e
- análise de rácios.

O plano de financiamento e liquidez define as fontes e os canais de utilização de fundos do Banco. O limite do risco de liquidez é quantificado calculando rácios de liquidez e mensurando/acompanhando o diferencial acumulado entre os activos e os passivos do Banco.

A análise do diferencial de liquidez quantifica o diferencial diário e acumulado numa situação de normalidade. O diferencial de um determinado grupo temporal representa os fundos utilizados na concessão de empréstimos ou aplicados no mercado para substituir passivos ou activos que se vençam.

O Banco monitora o diferencial acumulado em + 20% do total de activos de risco e o diferencial em + 20% do total de passivos de depósitos. Para além da análise de fluxos de caixa, o Banco usa uma variedade de rácios e limites para quantificar o seu risco de liquidez à luz de requisitos de liquidez de referência regulamentar e do accionista.

São definidos limites para os seguintes indicadores de risco de liquidez:

- total do crédito/total dos depósitos;
- total do crédito/total do capital próprio;
- empréstimos/total do activo;
- depósitos individuais/total de depósitos;
- nível de exposição em termos de compromissos; e
- activos líquidos/total de depósitos.

#### Os principais elementos do processo de gestão do risco de liquidez do Banco são:

- definição da estratégia de liquidez do Banco;
- identificação de risco de liquidez;
- mensuração do risco de liquidez; e
- monitoria e divulgação do risco de liquidez.

#### b) Plano de financiamento de contingência

O Banco tem um plano de financiamento de contingência que incorpora indicadores de alerta precoce para monitorar as condições do mercado.

O Banco acompanha a sua posição de liquidez e as suas estratégias de financiamento numa base continua, mas reconhece que eventos inesperados, condições económicas ou de mercado, problemas ao nível dos lucros ou situações fora do seu controlo podem causar uma crise de liquidez de curto ou longo prazo. O plano de financiamento de contingência é revisto anualmente.

Para controlar a liquidez e o financiamento, a Tesouraria do Banco prepara uma folha de cálculo da liquidez que projecta as fontes e os usos de fundos. A folha de cálculo incorpora o impacto do risco e situações de crise moderados. A folha de cálculo faz parte integrante do plano de financiamento de contingência.

Embora seja improvável que uma crise de financiamento de algum grau significativo se possa verificar, o Banco considera importante avaliar este risco e formular planos de contingência para o caso de ocorrer uma crise desta natureza.

O plano de financiamento de contingência cobre as fontes disponíveis de financiamento de contingência para complementar a escassez de fluxos de caixa; os prazos para obter esse financiamento; os papéis e as responsabilidades dos colaboradores envolvidos nos planos de contingência; e os requisitos de comunicação quando indicadores antecipados de alerta assinalarem a deterioração nas condições de mercado.

As crises de financiamento de curto e longo prazo são tratadas no plano de financiamento de contingência.

O plano de liquidez e financiamento (PLF) do Banco contém uma estratégia que é documentada numa circular anual e descreve:

- a composição de activos e passivos; e
- a diversificação e sensibilidade de passivos.

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros de acordo com suas maturidades contratuais remanescentes. A maturidade contratual remanescente é definida como o período entre a data do balanço e a data de execução contratualmente acordada do activo ou passivo ou a data de vencimento de um pagamento parcial nos termos do contrato de um activo ou passivo.

<b>Em 31 de Dezembro de 2022:</b>	<b>Até um mês</b>	<b>1-3 meses</b>	<b>3-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>acima de 5 anos</b>	<b>Sem maturidade</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de clientes	9,168,317	1,143,639	2,712,931	-	-	-	13,024,886
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	1,022,690	-	-	-	-	-	1,022,690
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>10,191,007</b>	<b>1,143,639</b>	<b>2,712,931</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14,047,577</b>
<b>Activos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	3,784,902	3,784,902
Activos financeiros	364,625	1,263,712	266,670	216,639	1,470,081	69,047	3,650,774
Aplicações em instituições de crédito	1,142,483	393,391	-	-	-	-	1,535,874
Crédito a clientes	1,567,674	394,431	1,228,135	3,041,364	523,677	279,832	7,035,113
Outros activos	1,715,116	-	-	-	-	-	1,715,116
<b>Total dos activos</b>	<b>4,789,898</b>	<b>2,051,534</b>	<b>1,494,805</b>	<b>3,258,003</b>	<b>1,993,758</b>	<b>4,133,781</b>	<b>17,721,779</b>
<b>Activos disponíveis para gerir liquidez</b>	<b>(5,325,156)</b>	<b>(907,895)</b>	<b>1,218,126</b>	<b>(3,258,003)</b>	<b>(1,993,758)</b>	<b>(4,133,781)</b>	<b>(3,750,156)</b>

<b>Em 31 de Dezembro de 2021:</b>	<b>Até um mês</b>	<b>1-3 meses</b>	<b>3-12 meses</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>acima de 5 anos</b>	<b>Sem maturidade</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de clientes	9,604,398	442,668	1,576,303	-	-	-	11,623,369
Empréstimos	306,488	-	-	-	-	-	306,488
Outros passivos	869,165	-	-	-	-	-	869,165
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>10,780,051</b>	<b>442,668</b>	<b>1,576,303</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12,799,022</b>
<b>Activos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	3,380,836	3,380,836
Activos financeiros	270,000	780,821	831,132	318,460	1,335,336	27,592	3,563,341
Aplicações em instituições de crédito	1,430,241	388,139	-	-	-	-	1,818,380
Crédito a clientes	707,288	240,616	1,063,384	3,042,130	658,095	385,445	6,096,958
Outros activos	582,966	-	-	-	-	-	582,966
<b>Total dos activos</b>	<b>2,990,495</b>	<b>1,409,576</b>	<b>1,894,516</b>	<b>3,360,590</b>	<b>1,993,431</b>	<b>3,793,873</b>	<b>15,442,481</b>
<b>Activos disponíveis para gerir liquidez</b>	<b>(7,789,556)</b>	<b>966,908</b>	<b>318,213</b>	<b>3,360,590</b>	<b>1,993,431</b>	<b>3,793,873</b>	<b>2,643,469</b>

## 28.5 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perdas financeiras devido a movimentos adversos do mercado que afectem o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações adversas em variáveis de mercado como taxas de câmbio, taxas de juro, preços de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado do Access Bank Mozambique é mensurado pela soma de todos os instrumentos financeiros do Banco e as exposições em moeda estrangeira.

O objectivo da política de gestão de risco de mercado do Banco é garantir que todos os riscos de mercado significativos são identificados, mensurados, avaliados, priorizados, geridos, monitorados e tratados de forma consistente e eficaz em todo o Banco, a fim de estabilizar os lucros e o capital sob uma ampla gama de condições de mercado.

O Conselho de Administração articula declarações de apetite de risco de mercado tendo por base a política de gestão de risco de mercado, enquanto o gestor de risco, juntamente com a unidade de risco de mercado e a tesouraria, garantem a implementação das directrizes da política dada pelo Conselho de Administração.

A unidade de risco de mercado, sob a supervisão do gestor de risco, desempenha uma função de coordenação, agregação, facilitação e habilitação, define padrões de gestão de risco de mercado, desenvolve e distribui ferramentas, técnicas, metodologias, linguagem comum de risco, níveis de risco, análise, relatórios, comunicação e formação.

O director de risco de mercado do Banco, o ALCO e o Administrador executivo recomendam, para aprovação pelo Conselho de Administração, os vários limites de risco e planos de contingência de liquidez para o Banco e trabalham em estreita colaboração com o tesoureiro para garantir a adesão.

A gestão de risco acompanha constantemente as exposições ao risco de mercado e garante que sejam mantidas dentro de níveis prudenciais em todos os momentos. A unidade de risco de mercado também trabalha em estreita colaboração com o director de risco operacional para garantir que todos os controlos recomendados sobre as funções de operações de tesouraria são rigorosamente cumpridos.

O ALCO é responsável pela supervisão e gestão do risco de mercado do Banco. Os membros do ALCO reúnem-se quinzenalmente e, com mais frequência se necessário, dadas as condições de mercado, para rever a liquidez do Banco e as necessidades de financiamento, a estrutura e o preço dos activos e passivos do Banco e o risco de mercado envolvido em novos produtos.

O comité articula a visão da taxa de juro do Banco e decide sobre o perfil de maturidade necessário e a combinação de activos e passivos incrementais.

### a) Âmbito da gestão do risco de mercado

O risco de mercado é definido pelo potencial impacto de alterações nas condições de mercado sobre o valor de carteiras de negociação até à maturidade, resultando numa perda para o Banco.

O risco de mercado de posições de negociação é definido pela potencial alteração do valor económico actual de uma posição, ou seja, no seu valor de mercado devido a mudanças nos factores de risco de mercado subjacentes associados, como por exemplo, as taxas de câmbio e as taxas de juro.

### b) Identificação do risco de mercado

A tesouraria mantém intervalos para registar os movimentos e posições de balanço dos instrumentos negociados. O Banco identifica o risco de mercado através da monitoria diária dos níveis e saldos de lucros e perdas das posições de negociação e não negociação. O controlo interno efectuado pela gestão de riscos monitora as actividades diárias de negociação para garantir que as exposições ao risco assumidas estão dentro dos limites de preço aprovados, e dos níveis globais de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração, e acompanha os indicadores de liquidez para garantir que o Banco cumpre sempre as suas obrigações financeiras.

### c) Mensuração do risco de mercado

O Banco analisa posições líquidas para mensurar a sua exposição ao risco da taxa de juro. Através desta análise, o Banco compara os valores dos activos sensíveis à taxa de juro e dos passivos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços em vários períodos no futuro. Uma diferença sensível à taxa de juro é positiva quando o valor dos activos de taxa de juro excede o valor dos passivos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços dentro de um determinado período.

Uma diferença sensível à taxa de juro é negativa quando o valor dos passivos sensíveis à taxa de juro excede o valor dos activos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços dentro de um determinado período.

Uma instituição com uma posição líquida positiva espera que os rendimentos líquidos com juros aumentem com o aumento das taxas de juro do mercado e diminua com taxas de juro do mercado em queda.

O risco cambial é mensurado através da conta de ganhos e perdas e o risco de liquidez é mensurado pela diversificação das fontes e prazo de vencimento dos depósitos.

### d) Monitoria e controlo do risco de mercado

O tesoureiro do Banco controla o risco da taxa de juros através de análises diárias, semanais e mensais da estrutura e avaliação de preços de activos e passivos.

O tesoureiro analisa o impacto de eventos improváveis, mas não impossíveis, através de uma análise de cenários que permite à Administração obter um melhor entendimento dos riscos que enfrenta em condições extremas, e são testados tantos os eventos históricos como os previstos.



### 28.5.1 Risco cambial

O Banco assume a exposição aos efeitos de flutuações das taxas de câmbio de moeda estrangeira prevaletentes sobre a sua posição financeira e fluxos de caixa. O Banco estabelece limites ao nível de exposição por moeda e exposição total, para as posições overnight e intraday, que são monitoradas diariamente. O quadro seguinte resume a exposição do Banco ao risco cambial em 31 de Dezembro de 2022:

#### (i) Risco de concentração cambial

O quadro mostra as quantias escrituradas dos activos e passivos financeiros do Banco, categorizados por moeda.

31 de Dezembro de 2022	USD	MZN	EUR	GBP	ZAR	Total
<b>Activos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2,095,744	1,258,618	199,346	10,383	220,811	3,784,902
Aplicações em instituições de crédito	392,043	1,141,337	-	-	-	1,533,380
Activos financeiros	1,078,924	1,824,486	-	-	-	2,903,410
Crédito a clientes	89,071	5,125,825	34,534	-	-	5,249,432
Outros activos	68,788	1,477,231	106,795	-	62,301	1,715,116
<b>Total dos activos</b>	<b>3,724,570</b>	<b>10,827,498</b>	<b>340,675</b>	<b>10,383</b>	<b>283,112</b>	<b>15,186,239</b>
<b>Passivos</b>						
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes	3,645,294	9,451,206	334,272	10,122	271,603	13,712,497
Outros passivos	16,756	923,316	4,397	524	1,744	946,737
<b>Total dos passivos</b>	<b>3,662,050</b>	<b>10,374,522</b>	<b>338,669</b>	<b>10,646</b>	<b>273,347</b>	<b>14,659,233</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>62,520</b>	<b>452,975</b>	<b>2,006</b>	<b>(263)</b>	<b>9,765</b>	<b>527,006</b>
<b>Compromisso de crédito</b>	<b>999,170</b>	<b>407,308</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,406,478</b>

31 de Dezembro de 2021	USD	MZN	EUR	GBP	ZAR	Total
<b>Activos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1,372,547	1,399,136	370,508	13,759	224,766	3,380,836
Aplicações em instituições de crédito	1,364,496	450,126	-	-	-	1,814,623
Activos financeiros	730,869	2,107,726	-	-	-	2,838,595
Crédito a clientes	124,178	4,316,965	57,525	-	-	4,498,668
Outros activos	64,216	518,751	-	-	-	582,967
<b>Total dos activos</b>	<b>3,656,306</b>	<b>8,792,704</b>	<b>428,033</b>	<b>13,759</b>	<b>224,766</b>	<b>13,115,689</b>
<b>Passivos</b>						
Empréstimos	145,713	160,775	-	-	-	306,488
Recursos de clientes	3,365,895	7,744,140	335,090	10,868	119,402	11,575,396
Outros passivos	112,065	745,156	603	533	7,530	869,165
<b>Total dos passivos</b>	<b>3,623,673</b>	<b>8,650,071</b>	<b>335,693</b>	<b>11,401</b>	<b>126,932</b>	<b>12,751,049</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>32,633</b>	<b>142,633</b>	<b>92,340</b>	<b>2,358</b>	<b>97,834</b>	<b>364,640</b>
<b>Compromisso de crédito</b>	<b>841,747</b>	<b>160,066</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12,060</b>	<b>1,013,873</b>

### CARTÃO DE DÉBITO CLASSIC MULHER

# é a tua cara e foi feito para ti!

O nosso **Cartão de Débito Classic Mulher** é como tu e tem soluções para tudo o que precisas. Para teres acesso a este cartão, faz como a Paula, vai a uma das agências Access e solicita o teu.

- ✓ Cartão disponível para mulheres com conta no Access Bank;
- ✓ Permite fazer compras online dentro e fora do país;
- ✓ Dá acesso a descontos na rede de parceiros W Initiative;
- ✓ Está disponível para marcações no Agoda.com e confere 5% de desconto;
- ✓ Dispõe da funcionalidade Contactless;
- ✓ Permite fazer outras operações bancárias em mais de 150 países.

Para mais informações dirige-te à agência, liga para 800 724 724 ou envia um e-mail para: [contactcenter.moz@accessbankplc.com](mailto:contactcenter.moz@accessbankplc.com)  
<https://mozambique.accessbankplc.com>



mais que um banco

### 28.5.1.1 Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

A principal exposição cambial do Banco é ao dólar, que constitui uma parte significativa da exposição cambial do Banco à data de 31 de Dezembro de 2022. O quadro seguinte ilustra a sensibilidade teórica dos lucros relatados do Banco com um aumento de 3% na taxa de câmbio USD/MZN no final do ano, assumindo que todas as outras variáveis se mantêm inalteradas.

A taxa de sensibilidade de um aumento de 3% representa a avaliação da Administração de uma alteração razoável possível baseada na volatilidade histórica.

Activos	Dezembro 2022	+ 3bp	-3bp
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	2,526,284	2,602,073	2,450,495
Aplicações em instituições de crédito	392,043	403,804	380,282
Activos financeiros	1,078,924	1,111,292	1,046,556
Crédito a clientes	123,605	127,313	119,897
Outros activos	237,884	245,021	230,747
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>4,358,740</b>	<b>4,489,502</b>	<b>4,227,978</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos	-	-	-
Recursos de clientes	4,261,291	4,389,130	4,133,452
Outros passivos	(10,092)	10,395	(9,790)
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>4,251,199</b>	<b>4,378,734</b>	<b>4,123,662</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>107,541</b>	<b>110,768</b>	<b>104,315</b>
<b>Alteração da taxa de câmbio +3bp; -3bp</b>		<b>3,226</b>	<b>-3,226</b>
<b>Impacto em % no resultado do período</b>		<b>3%</b>	<b>-3%</b>

Activos	Dezembro 2021	+ 3bp	-3bp
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	1,981,700	2,041,151	1,922,249
Aplicações em instituições de crédito	1,364,497	1,405,431	1,323,562
Activos financeiros	730,869	752,795	708,943
Crédito a clientes	181,703	187,154	176,252
Outros activos	64,216	66,142	62,290
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>4,322,985</b>	<b>4,452,673</b>	<b>4,193,296</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos	145,713	150,084	141,342
Recursos de clientes	3,831,256	3,946,194	3,716,318
Outros passivos	124,009	127,729	120,289
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>4,100,978</b>	<b>4,224,007</b>	<b>3,977,949</b>
<b>Posição financeira líquida</b>	<b>222,007</b>	<b>228,666</b>	<b>215,347</b>
<b>Alteração da taxa de câmbio +3bp; -3bp</b>		<b>6,660</b>	<b>(6,660)</b>
<b>Impacto em % no resultado do período</b>		<b>4%</b>	<b>-4%</b>

A taxa de câmbio MZN/USD aplicada na conversão de saldos no final do ano foi de MZN 63,87/USD 1 (2021: MZN 63,83/USD 1). O fortalecimento ou o enfraquecimento do metical pode não produzir resultados simétricos, dependendo da proporção e da natureza do balanço.

### 28.5.2 Risco de taxa de juro

O principal indicador de risco da taxa de juro do Banco mensura o impacto das mudanças nas taxas de juros em todos os elementos patrimoniais ou extrapatrimoniais sensíveis às taxas de juro. O indicador quantifica a perda de valor do Banco caso ocorra uma mudança repentina das taxas de juro. O risco de taxa de juro decorre de diferenças estruturais entre as maturidades dos activos e dos passivos.

A abordagem do Banco para mensurar e gerir o risco de taxa de juro é orientada pela política de risco de taxa de juro do Grupo.

O resumo da posição do Banco nas diferentes taxa de juro apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2022	Até um mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	acima de 5 anos	Sem juros	Total
<b>Passivos</b>							
<b>Recursos de clientes</b>	<b>9,444,018</b>	<b>1,132,169</b>	<b>2,542,634</b>	-	-	<b>593,676</b>	<b>13,712,497</b>
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	946,737	946,737
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>9,444,018</b>	<b>1,132,169</b>	<b>2,542,634</b>	-	-	<b>1,540,413</b>	<b>14,659,234</b>
<b>Activos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	3,784,902	3,784,902
Activos financeiros	199,724	1,199,004	244,836	148,830	1,004,674	106,342	2,903,410
Aplicações em Instituições de Crédito	1,147,581	385,799	-	-	-	-	1,533,380
Crédito a clientes	4,807,141	-	-	-	-	442,291	5,249,432
Outros activos	-	-	-	-	-	1,715,116	1,715,116
<b>Total dos activos</b>	<b>6,154,446</b>	<b>1,584,803</b>	<b>244,836</b>	<b>148,830</b>	<b>1,004,674</b>	<b>6,048,650</b>	<b>15,186,239</b>
<b>Total gap de risco de taxa de juros</b>	<b>(3,289,572)</b>	<b>452,634</b>	<b>(2,297,798)</b>	<b>148,830</b>	<b>1,004,674</b>	<b>4,508,237</b>	<b>527,005</b>

31 de Dezembro de 2021	Até um mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	acima de 5 anos	Sem juros	Total
<b>Passivos</b>							
<b>Recursos de clientes</b>	<b>9,261,940</b>	<b>436,739</b>	<b>1,531,492</b>	-	-	<b>345,224</b>	<b>11,575,396</b>
Empréstimos	306,488	-	-	-	-	-	306,488
Outros passivos	-	-	-	-	-	869,165	869,165
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>9,568,428</b>	<b>436,739</b>	<b>1,531,492</b>	-	-	<b>1,214,389</b>	<b>12,751,049</b>
<b>Activos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	3,380,836	3,380,836
Activos financeiros	268,325	746,466	751,793	313,550	651,005	107,456	2,838,595
Aplicações em Instituições de Crédito	1,428,824	385,799	-	-	-	-	1,814,623
Crédito a clientes	4,294,924	-	-	-	-	203,745	4,498,668
Outros activos	-	-	-	-	-	582,967	582,967
<b>Total dos activos</b>	<b>5,992,073</b>	<b>1,132,265</b>	<b>751,793</b>	<b>313,550</b>	<b>651,005</b>	<b>4,275,004</b>	<b>13,115,689</b>
<b>Total gap de risco de taxa de juros</b>	<b>(3,576,355)</b>	<b>695,526</b>	<b>(779,699)</b>	<b>313,550</b>	<b>651,005</b>	<b>3,060,615</b>	<b>364,640</b>

### 28.5.2.1 Análise da sensibilidade à taxa de juro

	2022		2021	
	Impacto antes de imposto	Impacto depois de imposto	Impacto antes de imposto	Impacto depois de imposto
Variação da margem financeira (+300 pontos base)	(119,437)	(81,217)	(80,879)	(54,998)
Em % do total dos capitais próprios	-4.9%	-3.3%	-3.3%	-2.2%
Variação da margem financeira (-300 pontos base)	119,437	81,217	80,879	54,998
Em % do total dos capitais próprios	4.9%	3.3%	3.3%	2.2%

### 28.6 Risco operacional

O Banco define o risco operacional como o risco para ganhos e capital resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou com falhas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal mas exclui os riscos estratégicos e de reputação.

O Banco alocou recursos significativos para desenvolver uma cultura de "consciência do risco", e para garantir que todos os riscos

operacionais significativos são identificados, mensurados, avaliados, priorizados, geridos, monitorados e tratados de forma consistente e eficiente, e desenvolveu uma política de risco operacional e diversos manuais operacionais com controlos de melhores práticas para gerir e mitigar a exposição ao risco, que também garantem vigorosamente a implementação.

O Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração coordena, facilita e supervisiona a eficácia e integridade da gestão de risco operacional do Banco e monitora a adequação dos controlos, o cumprimento das políticas de risco operacional e o perfil global de risco tendo por base apetite ao risco definido. O controlo interno e a auditoria interna monitoram a eficácia dos processos, testam controlos, validam informações de risco e identificam acções correctivas. A gestão do risco operacional é baseada no processo de Auto-avaliação de Riscos e Controlo (AARC).

O processo de RCSA é constituído pelos seguintes passos:

- documentação das actividades de cada negócio/função no Banco;
- identificação e avaliação dos principais riscos operacionais;
- identificação dos controlos-chave;
- avaliação e classificação dos controlos-chave em relação a riscos significativos;
- estabelecimento dos indicadores-chave de risco; e
- comunicação dos resultados da AARC.

O Banco utiliza o Process Maker como uma aplicação de gestão de risco operacional para realizar as suas auto-avaliações de risco e controlo. Este software compreende:

- um questionário de controlo a ser respondido pelos utilizadores finais, para avaliar o risco de perdas associadas a aspectos específicos das suas operações;
- um sistema de gestão diário para garantir que as tarefas associadas à minimização dos riscos são registadas e monitoradas;
- um sistema de alerta por e-mail para garantir que o utilizador atribuído a uma tarefa de minimização de risco recebe um aviso prévio para concluir a tarefa; e
- a aplicação também permite a recolha, análise e reporte de dados de eventos de perda operacional por unidades de negócio e categorias alinhadas com os requisitos de Basileia II, que são, portanto, capazes de monitorar as principais exposições ao risco operacional e as causas subjacentes em relação aos limites definidos pelo Banco.

#### a) Identificação de risco operacional

A função de gestão do risco operacional, em conjunto com as unidades de negócio e os proprietários dos processos, identificam e avaliam o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas materiais do Banco. O processo de identificação deve especificar a natureza e os tipos de risco operacional e as suas causas e provável impacto no Banco. O processo de identificação emprega uma combinação das seguintes técnicas:

- auto-avaliação de riscos e controlos;
- análise do processo; e
- indicadores-chave de risco.

#### Nota 29

### Eventos subsequentes

À data da posição financeira, verificaram-se os seguintes eventos subsequentes a serem divulgados no período de relato:

- 1) Liquidação por venda do Ghana Euro Bond (cinco milhões de dólares), um instrumento financeiro que entrou em default tendo o risco de crédito do País (Ghana) aumentado significativamente. Não foram registadas perdas para o Banco;
- 2) Aumento das reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira, de 10.5% para 39% e 11.5% para 39.5% respectivamente, este aumento coloca pressão na liquidez dos bancos comerciais, não sendo Access Bank excepção. Importa referir que o Banco cumpre integralmente com as reservas obrigatórias e o rácio de liquidez que a data do reporte estava a 30% contra 25% exigido pelo regulador.

As fontes adicionais para identificar o risco operacional incluem experiências reais de perdas internas, dados externos (quando relevantes e disponíveis), análise de cenários e resultados de auditoria interna e externa.

Os principais riscos operacionais derivam de uma avaliação crítica dos riscos significativos identificados através de AARC bem como de outros factores de base relevantes que incluem eventos externos, dados de perda operacional e análise de cenários.

O Banco classifica o risco operacional em sete categorias de eventos de perda, com base na sua causa principal: fraude interna, fraude externa, práticas de emprego e segurança no trabalho, litígios com clientes, danos associados a activos físicos, interrupções dos negócios e falhas do sistema e execução, entrega e gestão de processos.

#### b) Mensuração do risco operacional

Os responsáveis pelo risco operacional em cada unidade de negócios garantem que todos os eventos de risco operacional são registados e reportados aos níveis de gestão apropriados. Os eventos de perda interna são categorizados em: incidente de perda real que resultou numa perda financeira; perda potencial (um incidente que foi descoberto e que pode ou não resultar numa perda financeira); eventos em falta.

Um evento de quase acidente é um incidente que foi descoberto por outros meios que não as práticas normais de funcionamento e que, após gestão adequada, não resultou em perda ou ganho.

#### c) Monitoria e controlo do risco operacional

O Banco monitora o risco operacional através de auto-avaliações de riscos e controlo (RCSA), rastreamento de dados de perdas internas e monitoria de indicadores-chave de risco (KRI), que envolve, com regularidade trimestral, que cada unidade de negócios identifique e avalie de forma proactiva as exposições significativas a riscos operacionais e os controlos em vigor para gerir esses riscos.

Os planos de acção correctiva são formulados para abordar quaisquer áreas de fraqueza onde os controlos-chave de risco estão ausentes e são inadequados ou ineficazes. O plano de acção correctiva inclui um calendário de execução e a identificação dos gestores responsáveis pela sua implementação em tempo útil. A gestão de risco operacional utiliza a ferramenta Process Maker para assegurar que todas as acções correctivas são eficazes, concluídas de forma expedita e reportadas regularmente ao Conselho de Administração.

#### d) Avaliação dos fundos próprios

O Banco adoptou o "Método do Indicador Básico" nos termos do Acordo de Basileia II para mensurar o montante de capital que deve ser reservado para absorver as perdas esperadas e para proteger a instituição contra perdas que possam ocorrer no decurso normal da actividade.

# Deixe-nos apoiar o desenvolvimento do seu negócio

Conheça as nossas soluções para PMEs e faça o seu negócio crescer dia após dia.

- ✓ Soluções de Financiamento – de até 8 Milhões de Meticais
- ✓ Soluções de Seguro – Vários tipos de protecção para o seu negócio e para os seus colaboradores
- ✓ Soluções de Mentoria – Acesso a programas de capacitação, networking e consultoria
- ✓ Soluções transaccionais – Contas correntes com acesso aos canais digitais para a gestão do seu negócio

Para mais informações contacte o seu gestor, ligue 800 724 724 ou envie um e-mail para [contactcenter.moz@accessbankplc.com](mailto:contactcenter.moz@accessbankplc.com).  
<https://mozambique.accessbankplc.com>



mais que um banco

## Balço - Contas Individuais (Activo)

Código de contas	ACTIVO	2022		2021
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 773 092		2 065 714
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 011 809		1 315 122
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociacao	1 408 660		1 799 000
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponiveis para Venda.	1 494 750		1 039 595
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicacoes em Instituicoes de Crédito	1 533 380		1 814 623
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	5 610 974	361 542	4 498 668
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	-		-
21	Derivados de Cobertura	-		-
25-3580	Activos nao correntes detidos para Venda	627 020		467 803
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangiveis	1 664 356	739 180	1 030 075
29-3583-361	Activos Intangiveis	330 917	182 133	204 333
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-		-
300	Activos por Impostos correntes	10 380		5 854
301	Activos por Impostos diferidos	432 974		432 974
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	1 715 116		583 033
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>18 613 428</b>	<b>1 282 855</b>	<b>17 330 573</b>

## Balço - Contas Individuais (Passivo)

Código de contas	PASSIVO	2022		2021
38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais			-
43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociacao			-
43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-
39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituicoes de Créditos			306 488
40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	13 712 497		11 575 396
42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Titulos	-		-
44	Derivados de Cobertura	-		-
45	Passivos nao correntes detidos para Venda e operacoes descontinuadas	-		-
47	Provisoes	201 501		233 280
490	Passivos por Impostos correntes	32 727		10 694
491	Passivos por impostos deferidos	-		-
480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-		-
51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	1 018 093		821 057
55	Capital	2 450 000		2 450 000
602	Premios de Emissao	-		-
57	Outros Instrumentos de Capital	-		-
-56	Accoes Proprias	-		-
58+59	Reservas de Reavaliacao	-		-
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(140 122)		(119 982)
64	Resultado do Exercicio	55 878		(20 140)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>17 330 574</b>		<b>15 256 793</b>

## Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Código de contas		2022	2021
79+80	Juros e Rendimentos Similares	1 750 677	1 085 476
66+67	Juros e Encargos Similares	(462 762)	(277 220)
	<b>Margem Financeira</b>	<b>1 287 915</b>	<b>808 256</b>
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissões	357 545	308 828
68	Encargos com Serviços e Comissões	(235 305)	(122 028)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	332 325	272 006
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	60 611	46 308
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	75 954	53 890
	<b>Produto Bancário</b>	<b>1 879 045</b>	<b>1 367 260</b>
70	Custo com Pessoal	(871 579)	(601 340)
71	Gastos Gerais Administrativos	(678 171)	(533 585)
77	Amortização do Exercício	(299 789)	(215 046)
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidadas de Reposições e Anulações	0	0
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversões e Recuperações	94 901	(56 839)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquidada de reversões e Recuperações	0	0
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>124 408</b>	<b>(39 548)</b>
65	Impostos Correntes	(68 530)	(69 326)
74-86	Impostos Diferidos		88 735
640	Resultados após Impostos	55 878	(20 140)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>55 878</b>	<b>(20 140)</b>

# mais que um banco

Access Bank Mozambique

Telefone: 800724724

Website: mozambique.accessbankplc.com

Endereço: Rua dos Desportistas N-480,

Edifício Maputo Business Tower (MBT), 18 Andar.

